

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A Festa Inacabada

*A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara
e a constituição de sujeitos liminares*

Ana Tereza Ferreira Rocha

São Luís
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A Festa Inacabada

*A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara
e a constituição de sujeitos liminares*

Ana Tereza Ferreira Rocha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

São Luís
2006

CDU 316.334.55/56

A Festa Inacabada
A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara
e a constituição de sujeitos liminares

Aprovada em 28 / 02 / 2007

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosa Elisabeth Acevedo Marin

Profa. Dra. Maristela de Paula PAULA ANDRADE

Prof. Dr. Benedito Souza Filho
(Orientador)

Agradecimentos

O término desse trabalho teria sido impossível não fosse a ajuda, colaboração e compreensão de um conjunto de pessoas, que se fez presente em minha vida durante esses dois anos de curso.

Ao meu orientador agradeço de modo muito especial, que além de sua competente orientação e estímulo, foi amigo e solidário, apoiando-me sempre, sem medir esforços, nos momentos de empolgação e também nos de desestímulo, a fim de que eu superasse as minhas dificuldades e limitações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação pelo aprendizado, convívio e amizade e por terem me dito as palavras certas (mesmo que nem sempre agradáveis) no momento em que precisava ouvi-las.

Aos colegas de curso – Suely, Flávia, Christiane, Ernesto, Gerson, Cosme, Bruno, Daniela, Zé Filho, Gisele, Marcio, Amanda e Carlos - pela consolidação de uma amizade, algumas novas, outras desde os tempos de graduação, pelos momentos de estudo e de descontração.

Aos moradores da *agrovila* Peptal, pela confiança, amizade, acolhida e colaboração no fornecimento das informações que possibilitaram a realização desta dissertação. Agradeço de modo especial a Dona Leandra e Ana por terem sempre me hospedado em suas casas e me acolhido em suas famílias durante a realização do trabalho de campo.

À minha família, principalmente a minha mãe pelo incentivo permanente, carinho e dedicação.

“Moro aqui já esses anos todos, 18 anos, 19 que nós mora aqui, mas sinceramente eu moro porque daqui eu não vou mais sair pra outro lugar pra morar, mas eu nunca me acostumei. Eu passo no carro ou no caminhão que eu vou pra Alcântara eu olho a entrada de lá do Peptal Velho, que hoje a entrada de lá é a entrada da CAEMA, que fornece água para Alcântara, quando eu passo lá meus olhos não sai lágrima, mas meu coração chora de saudade. Eu digo e repito, moro aqui, mas nunca me acostumei não, moro porque agora e daqui pra frente desde que nós chegamos aqui eu não faço mais mudança, não dá pra mudar mais não”.

(Dona Leandra)

Sumário

Mapas, diagramas e croquis.....	08
Lista de fotos.....	09
Siglas utilizadas.....	10
Resumo.....	11
Apresentação.....	12
INTRODUÇÃO	15
Contextualização	15
A construção do objeto	18
O trabalho de campo	23
Trabalhando com o material coletado.....	27
CAPÍTULO I : Caracterização histórica e sociológica das localidades remanejadas para a <i>agrovila</i> Peptal	31
Os lugares de origem das famílias relocadas para a <i>agrovila</i> Peptal	33
As antigas formas de organização social	37
a. Vivendo nos antigos lugares	38
b. Festas	40
Planos de organização social: relação entre os lugares	47
CAPÍTULO II: A transferência compulsória e a constituição de sujeitos liminares	51
O processo de mudança	53
Eventos que marcam a mudança	53
O levantamento das benfeitorias e o cadastramento das famílias	54
A assinatura do termo de adesão	55
A consulta sobre o modelo de casa	58
As visitas à casa modelo	59
A construção das casas e a visita a <i>agrovila</i>	60
O sorteio das casas	61
As foto em frente às antigas casas	63
As sstratégias de convencimento da Aeronáutica	66
A expectativa da mudança	68
Os dias de mudança	69
A constituição dos sujeitos liminares	75
CAPÍTULO III: A vida na <i>agrovila</i>: o difícil processo de adaptação	82
O processo de reconhecimento do novo lugar	86
As assombrações, morte de animais e de plantas	89

Estabelecendo referências	92
Comparação entre os lugares: estar aqui, estar lá	96
A morte social dos sujeitos	97
CAPÍTULO IV: Transformação de campesinato de uso comum em parcelar: a vida na <i>agrovila</i>	101
A reprodução das famílias e o problema da construção de novas unidades residenciais.....	104
Atividades produtivas	108
Cultura alimentar	115
As festas	117
Relocados, remanejados ou atingidos: as <i>agrovilas</i> e a questão da identidade.....	129
Relação com o CLA: buscando alternativas de sobrevivência.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
Referências Bibliográficas.....	142

Mapas, Diagramas e Croquis

Mapa 1: Localização de Alcântara	15
Mapa 2: Mapa de Alcântara com a localização de Peptal Velho e da <i>agrovila</i>	17
Diagrama 1: Quadro de classificação dos dados	29
Croqui 1: <i>Agrovila Peptal</i>	94
Mapa 3: Localização dos sítios de lançamento e institucionais.....	136

Lista de Fotos

Foto 1: Festa de São Benedito na Tribuna em Peptal Velho	41
Foto 2: Altar de Santa Tereza, feito por Dona Maria em Peptal Velho.....	45
Foto 3: Dia que a Aeronáutica levou a maquete das casas para os moradores conhecerem.....	59
Foto 4: Antiga casa de Dona Leandra (Peptal Velho)	63
Foto 5: Antiga casa de Seu Zé Carçoço (Peptal Velho)	64
Foto 6: Antiga casa de Dona Maria (Peptal Velho)	64
Foto 7: Documento entregue as famílias das localidades remanejadas, depois da mudança.....	65
Foto 8: Chegada na <i>agrovila</i>	74
Foto 9: Símbolo pintado na porta das casas	91
Foto 10: Casa construída de taipa, do lado armação de uma outra casa.....	106
Foto 11: Casas dos três irmãos, construídas fora do modelo da Aeronáutica.....	107
Foto 12: Quebra de coco babaçu,depois de meses de acúmulo.....	116
Foto 13: Tiramento de jóia.....	120
Foto 14: Mesa do mordomo durante a distribuição da comida.....	123

Siglas Utilizadas

ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

AEB – Agência Espacial Brasileira.

CICLA – Comissão de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara.

CLA - Centro de Lançamento de Alcântara.

CSJ – Consórcio Social da Juventude.

EUA – Estados Unidos da América.

MAer – Ministério da Aeronáutica.

MECB – Missão Espacial Completa Brasileira.

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

VLS – Veículo Lançador de Satélite.

A presente dissertação é fruto de pesquisa realizada no município de Alcântara, mais precisamente na *agrovila* Peptal e trata da transformação compulsória de um campesinato de uso comum em parcelar, a partir da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Tal transformação gerou uma desagregação econômica de segmentos camponeses que ocupavam ancestralmente suas antigas terras, compartilhando valores calcados em princípios étnicos. Tomando como referência as informações obtidas por meio de entrevistas e observação das práticas sociais do grupo estudado, apreendidas por meio de pesquisa etnográfica, o trabalho visa analisar, nesse contexto, os eventos que marcaram a vida das famílias transferidas compulsoriamente para a *agrovila* Peptal bem como a sua constituição como sujeitos liminares ao longo de mais de duas décadas de existência do Centro de Lançamento de Alcântara.

Palavras – chave: Deslocamento compulsório
Campesinato de uso comum
Campesinato parcelar
Liminaridade

Apresentação

Este trabalho representa um esforço no sentido de analisar a situação de expropriação de segmentos camponeses resultantes de uma ação oficial, neste caso a implantação do Centro Lançamento de Alcântara – CLA. Essa situação se enquadra naquelas situações nas quais o Estado brasileiro faz uso do recurso da desapropriação para fins de utilidade pública para justificar a construção de grandes empreendimentos, como portos, estradas, hidrelétricas entre outros. No caso estudado, a construção de uma base espacial e o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro faz parte de um conjunto de medidas desenvolvimentistas que datam do regime autoritário, o que poderá ser visto com maiores detalhes no corpo do trabalho.

As situações de expropriação são freqüentemente analisadas pelos cientistas sociais, mas nem sempre o pesquisador tem a possibilidade de observar tais processos no mesmo momento em que eles ocorrem. Muitas vezes, quando chegamos em lugares que passaram por situações deste tipo, o fato já ocorreu. Nesse caso resta ao pesquisador o recurso das entrevistas, que neste trabalho é amplamente utilizado, e a observação de como os grupos sociais reconstroem suas práticas nos novos espaços que foram obrigados a viver.

Entre outros aspectos, o esforço deste trabalho reside no entendimento da transformação nos modos de produção dos camponeses de Alcântara, especialmente daqueles da *agrovila* Peptal. Em outras palavras, interessa a compreensão dos efeitos da ação oficial na transformação de um campesinato de uso comum, ancorado em princípios étnicos, com formas específicas de relacionamento com a terra e demais recursos naturais, em parcelar.

Para entender melhor essa situação, começo fazendo uma caracterização histórica e sociológica das localidades de origem, ou seja, daqueles lugares onde viviam anteriormente à relocação. Foi com esse objetivo que pude selecionar meus informantes. Eram eles, prioritariamente, antigos moradores dessas localidades que tinham vivido a experiência do remanejamento, participando do processo. Foi por meio de suas memórias que pude recuperar parte do drama social vivido pelas famílias remanejadas.

Esse foi o caso de Dona Leandra, que era moradora de Santa Rosa e na ocasião da mudança morava em Peptal, e Seu Melquiades, morador de Pedro Marinho. Seu Zé Caroço tem importância significativa, pois além de ser considerado o dono das terras de Peptal, era também o dono da festa de São Benedito. Essas foram as minhas primeiras escolhas.

Com o passar do tempo, o convívio na localidade e aproximação com os informantes, acabei descobrindo novas situações que possibilitaram o acesso a outras pessoas. Foi o caso de Dona Maria, proprietária da festa de Santa Tereza, que era realizada no Peptal Velho, e que eu até as primeiras conversas com Seu Zé Caroço não sabia da existência. O mesmo aconteceu com Seu Virela, morador do antigo Camaleão, localidade que também não conhecia, pois não aparece nas estatísticas oficiais da Aeronáutica. A dificuldade de diálogo com seu Virela, em virtude de sua avançada idade, me possibilitou o acesso a Dona Justina e Seu Zé Raimundo, seu esposo. Ela era filha do proprietário de Camaleão, que também fazia uma festa chamada Festa de Boi.

O acesso e a relação estabelecida com esses informantes é posta com mais clareza na Introdução, onde faço um esforço de descrever o trabalho de campo e a obtenção dos dados, bem como a construção do objeto de estudo.

A caracterização histórico- sociológica a que me referi acima é objeto do Capítulo 1. Faço isso neste capítulo evidenciando suas formas de organização social, trabalhando as festas religiosas das quatro localidades, Camaleão, Pedro Marinho, Santa Rosa e Peptal, mostrando de que forma elas estão relacionadas e contribuem para a formação de redes de solidariedade e reciprocidade.

No segundo capítulo, trato questão da transferência compulsória, não me preocupando, nesse momento, com as transformações ocorridas. Neste capítulo faço uma espécie de etnografia da mudança, nem antes nem depois, mas o período de mudança que se estende por alguns anos e que vai desde a primeira vez que ouviram falar que iriam ter que mudar até o dia da mudança, propriamente dita. Processo este que foi marcado por uma sucessão de eventos que os afastavam cada vez mais da vida em suas localidades de origem e os aproximavam da realidade da *agrovila*. Ainda neste capítulo, aponto a transformação dos moradores que foram compulsoriamente remanejados no que denomino de sujeitos liminares. A noção de liminaridade está presente em quase todo trabalho, entretanto, observa-se com maior ênfase neste capítulo.

É importante lembrar que o momento de saída é marcado pela festa de São Benedito, pois a mudança aconteceu durante os dias da festa. Da mesma forma é importante sublinhar que este trabalho não se trata de um estudo sobre festa. Embora tal categoria apareça inclusive no título deste trabalho e eu faça um esforço de descrevê-la, tanto antes quanto depois do remanejamento compulsório, não se trata aqui de uma etnografia da festa, ela é apenas tomada como uma referência, como um momento de passagem, de liminaridade que auxilia na compreensão das diferentes dimensões da mudança a que foram submetidas às famílias. A festa é utilizada nesse caso como um marco, como um divisor, que estabelece a saída de um lugar de referências e a chegada em outro, completamente desconhecido.

No capítulo três, trato da chegada dos moradores à *agrovila*, a adaptação, o reconhecimento e o estabelecimento de referências no novo espaço. Trato também das comparações feitas entre os dois lugares, algo inevitável para os moradores. As referências que eles constroem na *agrovila* são sempre postas em oposição às aquelas que possuíam nas localidades de origem. Para finalizar, demonstro como as transformações verificadas, que modificaram radicalmente a vida das famílias e permitiram a constituição de situação de liminaridade, contribuindo igualmente para o que chamo de morte social do sujeito.

No último capítulo, a questão central deste trabalho – a transformação de um campesinato de uso comum em parcelar – aparece com maior destaque. Nele, faço uma descrição da vida na *agrovila*, levando em consideração a organização social da vida cotidiana, as atividades produtivas, as novas formas de realizar as festas, bem como suas estratégias de manutenção, além das alternativas encontradas pelas famílias para superar as dificuldades de sua reprodução material e social causadas pelo desastroso processo de transferência compulsória. Ainda nesse capítulo, dentro das alternativas que o grupo encontra para a sua manutenção, destaco a relação que mantêm com a Aeronáutica, passando por alguns problemas atuais, como o da reserva de território por parte do Estado para fins de instalação de novos sítios de lançamento de outros países, construção de atracadouros de cargas pesadas e a possibilidade de novas transferências.

Finalizando, apresento como os sujeitos, sempre postos numa situação de indefinição, se constituem em sujeitos liminares, que vivem em constante expectativa em relação ao futuro.

Contextualização

A pesquisa de campo foi realizada no município de Alcântara-MA, cidade do século XVII, cuja fundação data de 1648 e está localizada a 22 km de São Luís, a capital do Estado. Administrativamente, Alcântara faz parte da região hoje denominada de Baixada Maranhense, mais precisamente no que é conhecido como Baixada Ocidental e situa-se também nos limites da Amazônia Legal. Segundo os dados do último censo demográfico, possui uma população de 21.291 habitantes, espalhada em seus 114 mil ha de território, sendo que 73,4% vivem na zona rural, tendo como principais atividades econômicas a agricultura familiar, a pesca e o extrativismo vegetal. De acordo com o IBAMA, o município encontra-se na área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses, sendo rico em biodiversidade e recursos naturais (ALMEIDA,2003).



Mapa 1: Localização de Alcântara

Na segunda metade do século XVIII e princípio do XIX, Alcântara viveu um apogeu econômico, o que permitiu que fosse considerada uma das principais cidades do

Maranhão¹. Esta pequena cidade que experimentou um período áureo viveu também um momento de crise econômica que se iniciou ainda na segunda metade do século XVIII. Além da expulsão das ordens religiosas, e a ruína econômica de grandes proprietários que deixaram a cidade, abandonando suas fazendas e escravos, concorreu para tal declínio a queda nos preços do mercado internacional dos principais produtos exportados, como o algodão e o açúcar.

O declínio das grandes unidades produtoras, que ocasionou a saída dos grandes proprietários ou mesmo abandono de fazendas e engenhos, permitiu que descendentes de escravos e indígenas permanecessem ou ocupassem tais espaços. Dessa forma, desenvolveram uma complexa organização social, calcada em princípios de base étnica, na qual a constituição de territorialidades específicas possibilitou a consolidação de diferentes situações sociológicas, ao longo de mais de duzentos anos, em muitos casos.

A partir da década de 70, em plena vigência do regime autoritário, o Estado brasileiro passou a orientar seus interesses para a região Amazônia, como parte de um projeto de feição modernizadora que visava consolidar o processo de industrialização do país e integrar todo território nacional à economia capitalista. As regiões Norte e Nordeste, particularmente os Estados do Pará e Maranhão, tornaram-se alvo da implantação de grandes projetos pautados na ideologia desenvolvimentista, tendo como pano de fundo a gradual e contínua ocupação da Amazônia.

No início dos anos 80, o Brasil começa a desenvolver o Programa Espacial Brasileiro e Alcântara passa a sofrer mudanças estruturais agravadas pelos decretos estaduais e federais para fins de utilidade pública, que garantiram ao Ministério da Aeronáutica - MAer o controle de 52.000 hectares dos 114.000 do município, a partir do decreto nº 7.820 que declarou essas terras de utilidade pública, para fins de desapropriação.

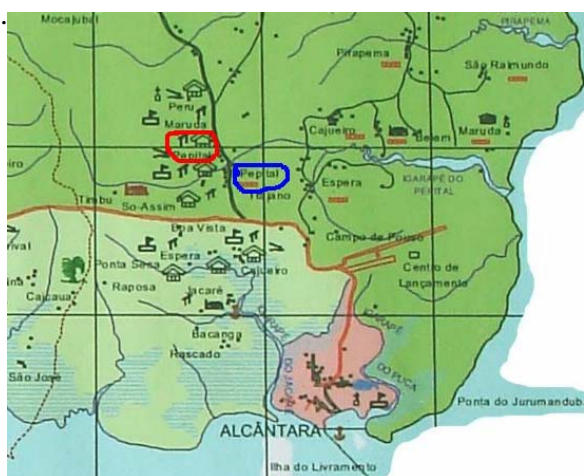
O Centro de Lançamento de Alcântara – CLA foi criado pelo Decreto 88.136, de 1º de março de 1983. A expropriação das famílias para sua implantação foi semelhante àquelas ocorridas em outras partes do país consistiu na utilização de instrumentos jurídicos para remover famílias com o objetivo de construir portos, aeroportos, estradas, ferrovias, hidrelétricas e bases espaciais.

¹ Para maiores detalhes sobre a história social e econômica de Alcântara e sobre a implantação do CLA, consultar FERNANDES, 1993; ALMEIDA, 1985 e 2006; MOURÃO, 1975; PAULA ANDRADE & SOUZA FILHO, 2006, VIVEIROS, 1976.

A justificativa para implantação do CLA em Alcântara foi tecnicamente dada em função de sua privilegiada localização geográfica, apenas 3° da linha do Equador, o que possibilitaria colocar satélites em órbita com uma economia de combustível que poderia chegar até 30% nos lançamentos, assim como das condições meteorológicas que forneciam segurança em operações de vôo, devido à temperatura pouco variável da região e sua posição estratégica em relação ao mar. Tais fatores garantiriam condições de lançamento favoráveis durante quase todo ano. Além desses fatores, a baixa densidade demográfica foi outro argumento técnico favorável para fins da implantação do CLA.

Por se tratar de um projeto controlado por militares era necessário que tivesse uma Área de Segurança, isso fez com que o Ministério da Aeronáutica, a partir de 1986 desencadeasse um processo de transferência de famílias que viviam ancestralmente nessa zona. Até o momento já foram transferidas 312 famílias de 21 povoados que agora vivem em sete *agrovilas*.

As *agrovilas* são vilas residenciais com moradias de alvenaria, cuja quantidade varia conforme a quantidade de famílias assentadas em cada uma delas. Possuem algumas edificações de uso coletivo (escola, igreja, lavanderia, posto de saúde, casa de farinha), cujas existências também variam de acordo com o tamanho. As *agrovilas* são espaços pensados por técnicos contratados pelo MAer e distinguem-se completamente da forma concebida pelos trabalhadores rurais. Para completar o quadro, alguns antigos povoados foram reunidos em uma mesma *agrovila*, sem que se levasse em consideração suas peculiaridades, devoções religiosas, atividades produtivas, hierarquias próprias e disputas políticas e sociais (SOUZA FILHO, 2003).



Mapa 2: Mapa de Alcântara, com a localização de Peptal Velho e da agrovila. Fonte: (ALMEIDA, 2006).

Apresentado pelo MAer como o mais ambicioso projeto científico elaborado por um país em desenvolvimento, o CLA é parte de um projeto maior, denominado Missão Espacial Completa Brasileira – MECB, que se inscreve num conjunto de políticas adotadas pelo Governo Federal, no sentido de viabilizar o chamado “Programa Espacial Brasileiro”.

Em 1991, um Decreto Presidencial ampliou a área declarada de utilidade pública para fins de desapropriação de 52.000 para 62.000 ha, o que corresponde a mais da metade dos 114.000 ha que compõe a área total do município.

A administração por parte de militares acarretou o atraso da construção definitiva do VLS. Com o objetivo de tirar esse caráter militar da Missão Espacial Brasileira, facilitando dessa forma o acesso à tecnologia espacial, cria-se, a partir do Projeto de Lei nº 3711/93, a Agência Espacial Brasileira- AEB, deixando-a sob o controle civil. A Lei de criação da AEB definia como seu objetivo a “promoção de atividades espaciais de interesse nacional”.

Atualmente, o Governo Brasileiro encontra-se em um dilema com relação à Base Espacial de Alcântara, após uma seqüência de insucessos técnicos que não permitiram o retorno esperado: artefatos espaciais não foram colocados em órbita a partir do CLA. Diante desta situação, nos últimos anos, precisamente a partir de 2000, com a tentativa de Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e EUA, a opção que vem se apresentando como viável é o aluguel da área da Base, ou de parte dela, para países com tecnologia espacial desenvolvida (SOUZA FILHO, 2003). No Congresso Nacional tem tramitado e sido debatido acordo com EUA, Ucrânia, Canadá. Estes acordos apontam para a possibilidade de novos deslocamentos compulsórios, atingindo mais 6 povoados. Nas notícias veiculadas através da imprensa nacional ou em reuniões e encontros locais, as autoridades do Governo Federal dão informações desencontradas quanto aos novos deslocamentos, o que gera uma situação de insegurança e instabilidade nos povoados.

A construção do objeto

Em torno da construção de uma proposta de trabalho há vários interesses. Por trás do objeto escondem-se motivos e razões que movem o investigador a defini-lo. O meu propósito, primeiramente, dar continuidade ao trabalho que fiz para conclusão do curso de graduação. Neste trabalho, tentei refletir sobre as noções de memória, identidade e lugar a

partir de uma experiência de pesquisa de campo, realizada no município de Alcântara – MA, na *agrovila* de Peptal, localidade que passou por um processo de expropriação em virtude da implantação do CLA. Esse fato desestruturou as dinâmicas seculares de organização e ocupação do espaço. Dessa forma, procurei analisar as relações que as famílias desta *agrovila* mantinham com os lugares (os que saíram e os que moram atualmente) e de que forma se identificam com ambos.

A construção do objeto é um processo longo e contínuo. Levantar questionamentos não esgota as dúvidas, buscar esclarecimentos e compreensão das relações não é responder a perguntas feitas, mas todas essas tentativas constituem o alicerce de qualquer investigação. Por isso, devemos “tirar o máximo proveito de suas vantagens e minimizar suas desvantagens” (BERREMAM, 1990, p. 139), pois, segundo Pinto (1998, p. 15), “o objeto construído não é uma realidade empírica”, de fácil apreensão, “mas um sistema abstrato de relações”, compreendidas somente através de certo número de critérios.

Rerler a monografia representou o primeiro passo para construir um novo trabalho. Continuará na mesma *agrovila*, pois o interesse em estudar o processo de mudança emana de passagens extraídas de entrevistas já realizadas com pessoas que vivenciaram o processo de remanejamento demonstraram a saudade do lugar “antigo” e a dificuldade de adaptação ao lugar “novo”.

Durante o curso de mestrado, a partir de leituras e discussões realizadas em sala de aula nas disciplinas de Métodos de Pesquisa e Teorias I e II, principalmente, além de constantes conversas com o orientador, o foco do trabalho definiu-se e passei a pensar esse tema de outra forma. Identifiquei aquilo que decidi chamar de situação problema: como eram os diferentes aspectos (sensações, sentimentos, emoções) que estavam postos no momento da mudança de lugar em decorrência do deslocamento compulsório. Entendi que antes dos moradores da *agrovila* Peptal terem de se adaptar ao novo lugar, a considerar novos recursos naturais e a redimensionar suas relações com o meio ambiente, eles passaram pelo processo de mudança. E o que significou para eles mudar? No momento da mudança, que interesses estavam envolvidos? Como este processo desenvolveu-se?

A partir desses novos questionamentos, passei a interessar-me em produzir um trabalho que recuperasse o momento da transferência para a *agrovila*. Aqui um outro interesse também me impulsionou: tratava-se de estudar um momento de ruptura, até então

pouco discutido pela literatura. O primeiro interesse permanece e coexiste com este, pois a monografia continua servindo como elemento para pensar essas novas questões e o exercício de recorte e delimitação do objeto foram fundamentais.

Ter identificado a situação problema colocou-me, de imediato, diante de uma dificuldade. Há representações pré-estabelecidas circundando a construção do objeto de estudo, “o pré-estabelecido está em toda parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa” (BOURDIEU, 2001, p. 34) e que, conforme Lenoir (1996, p.61), “induzem a maneira de apreendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo”.

Estava partindo do pressuposto de que a mudança havia sido traumática e violenta, pois nas entrevistas que realizei um grande destaque era dado às perdas (material e simbólica) que sofreram ao se mudarem, além das promessas não cumpridas, feitas pela Aeronáutica. Em um primeiro exercício, relativizei a idéia de perda e também a de violência. Centrar o trabalho só no que foi perdido, na mudança, o empobreceria. Considerar o que foi incorporado e também ressignificado neste momento colocava-se como fundamental.

O que é e como foi isso que é chamado grosseiramente, por mim e pelos outros, de momento violento? Foi realmente traumático? Talvez ganhasse mais no processo de pesquisa se passasse a considerar níveis de violência, ao invés de generalizar o momento como simplesmente traumático. Níveis estes marcados por uma série de acontecimentos, como a construção de uma casa modelo na sede de Alcântara e escolher apenas algumas pessoas para conhecê-la, ou fazer fotos das famílias diante de suas casas dias antes da mudança e dessas serem demolidas, dentre outros. A idéia de violência, de terem sido arrancados de seus lugares contribui para que a mudança de uma parcela da população alcantareense para as *agrovilas* seja considerada um grande problema social, de proporção nacional e até internacional, não só pelas questões material, agrária, de segurança militar e alimentar, mas principalmente pela questão étnica. Esse encadeamento de fatores constitui “um dos obstáculos mais difíceis de ser superado” (LENOIR, 1996, p.62).

Há representações coletivas da situação problema, que segundo Durkheim (1970), constituem uma realidade quase autônoma. Como problema social é “produto de uma construção, não é somente o resultado do mau funcionamento da sociedade” (LENOIR,

1996, p.84), construção que tem a ver com o aparecimento de instituições e agentes especializados, os quais realizam um verdadeiro trabalho social de legitimação e reconhecimento do problema como digno de atenção.

A dificuldade reside em tomar consciência da “imposição da problemática”, “mas, sobretudo às condições em que se processa seu estudo: o próprio campo” (LENOIR, 1996, p.76). Superar estes obstáculos é fundamental para fazer do problema social uma possibilidade de construção do objeto sociológico. Nesse sentido, passei a não mais preocupar-me apenas com as conseqüências da mudança de lugar, não que isso tenha deixado de ser importante e interessante, mas min hás atenções voltavam-se para as significações e as ressignificações dessa mudança e a como esse momento é representado.

A proposta agora é estudar o momento da mudança, nem antes, nem depois. Definir o que realmente queria estudar, fazer esse exercício de recorte é um momento difícil do trabalho, mas fundamental para que eu fosse delimitando o objeto de estudo e pudesse, então, construí-lo dentro da situação problema que havia identificado anteriormente. É também um dos momentos mais demorados, pois “a construção do objeto não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural” (BOURDIEU, 2001, p.26). com efeito, o objeto consistiria em compreender as dimensões da ruptura com o lugar de origem. Que sentimentos estavam postos neste momento? Havia, de fato, ruptura? E quanto tempo durou esse momento?

Em torno desse objeto uma nova ordem de problemas, ainda não considerados, iriam emergir. O primeiro deles evidenciou que as leituras anteriormente feitas já não correspondiam mais às necessidades das novas idéias. Era preciso identificar novos conceitos que me fizesse pensar o objeto. Nesse ponto as conversas com o orientador foram fundamentais, delas surgiram possibilidades de categorias, noções e conceitos que poderiam servir para inspirar o trabalho. Dentre elas, a noção de “liminaridade” de Turner (1974) foi reveladora, pois nela apontou-se a possibilidade de pensar a mudança de outro modo.

Pensar a liminaridade possibilita estabelecer dois recortes: um temporal e um espacial. O primeiro pode ser determinado por um conjunto de acontecimentos temporalmente marcados, tais como, o dia que receberam a notícia que iriam se mudar, a preparação e a espera, e a proximidade do dia da mudança. O segundo diz respeito ao estar

nos dois lugares e não ocupar nenhum deles ao mesmo tempo. Há uma transitoriedade entre os espaços e também um espaço abstrato que transcende a própria experiência de localização. Há, de fato, um duplo deslocamento que não tem início com a mudança ou mesmo com a primeira pessoa que subiu no caminhão, mas com uma sucessão de eventos espacial e temporalmente localizados.

Apesar de estabelecer essas duas possibilidades de recorte, considero que o tempo, bem mais que o espaço, é fundamental na liminaridade. O tempo para mim é um e para eles é outro, e ambos são frutos de abstrações que só é possível se for mediada pela estrutura social na qual cada um dos dois está inserido. Acerca desta questão, vejo mais uma série de questionamentos: qual é o tempo da liminaridade? Para eles, há uma unidade própria do momento de transição? E se existe, como essas unidades se estabelecem? Especulo, neste primeiro momento, que o tempo não é definido simplesmente por acontecimentos, mas pela coexistência de eventos.

É possível, para dinamizar os estudos, estabelecer marcos dentro da liminaridade e encaixá-los em fases? Há um antes e um depois claramente definido? Parafraseando Bourdieu, “o progresso ‘teórico’ gera um acréscimo de dificuldades ‘metodológicas’” (BOURDIEU, 2001, p. 41), mas entre essas dificuldades, há a questão dos limites do campo.

Espero conseguir entender como são reelaborados os acontecimentos, que expectativas, sentimentos e emoções são depositados em cada um deles, daí a necessidade de pensar a transição num outro tempo, no tempo de quem viveu o acontecimento. Portelli (1996, p.108) considera, “improvável que qualquer experiência possa ser verdadeiramente expressa; é inquestionável que ninguém pode compartilhar a experiência alheia, dolorosa ou não”. Ele considera essa dificuldade por acreditar que há um mundo de subjetividades que fazem parte da dimensão do indizível.

Quando o indizível é dito? Qual o lugar do sentimento na construção do objeto sociológico? É possível tomar sentimentos (substituir emoção) como ponto de construção teórica? Na situação problema é visível a mudança radical na vida material e o que pretendo é ter acesso a outra esfera, dos sentimentos e trazê-la para dentro do problema. Acredito que a soma dessas esferas podem dar sentido ao problema e à construção do objeto.

A essa altura já ficaram claras algumas das categorias que serviram para objetivar a construção do objeto e operacionalizar os problemas que são postos: liminaridade, tempo e espaço. Mas que outras noções podem, ainda, auxiliar-me? Penso que a idéia de rito de passagem pode ser bastante inspiradora. Agora, o leitor deve estar se perguntando o porquê do uso dessa noção.

Vejamos, a mudança para a *agrovila* Peptal aconteceu nos dias da festa do Santo Padroeiro, São Benedito, a em um determinado momento da história dos moradores de Peptal a festa passou a marcar uma passagem, uma transição. Por esse motivo, acredito que para eles a festa, além de confraternização religiosa e de fé, marca também a ruptura com o lugar de origem e a mudança para o lugar desconhecido. O que é ter em sua história uma festa inacabada? O que significa sair neste momento?

Daí a importância de fazer uma recuperação, por meio da história oral, desta festa em particular, pois ela pode constituir um momento que sinaliza o que era, como é hoje e de que forma estabeleceu-se o processo de transformação. É preciso observá-la agora, depois da mudança e saber como ela era antes, o que só é possível através da realização de entrevistas. Aqui é indispensável considerar a importância de co-relacionar a análise de discurso com a análise etnográfica, pensar a combinação das duas possibilidades metodológicas pode facilitar um mergulho mais profundo na construção do objeto e significar a percepção da situação por novos ângulos.

O Trabalho de Campo

No trabalho etnográfico residem vários problemas, por vezes materiais, por vezes humanos, que dificultam o acesso às informações necessárias. Fazer um trabalho desse tipo é um verdadeiro exercício de construção, na qual o alicerce encontra-se, segundo Silva (2002, p. 121), nas “representações que seus interlocutores fazem do mundo cultural em que vivem”.

A entrevista, neste caso, constitui um instrumento que preenche um vazio intransponível, mas não espero que as narrativas forneçam-me um quadro verdadeiro de um passado próximo ou distante. A questão não é só ouvir, gravar, observar e descrever, mas buscar as condições sociais que tornaram o fato possível e para isso é preciso ter claro que o acontecimento está localizado no passado e quando lembrado é relido a partir da

“experiência de vida atual e ao contexto a partir do qual eram solicitados a acionar elementos do passado ou do presente” (DEBERT, 1986, p.143). É importante não perder de vista que o passado permanece no presente, podendo até ressignificar o futuro.

Por essas particularidades é importante frisar que há limites no uso das entrevistas e construí-las como instrumento é necessário para que as narrativas obtidas sejam entendidas criticamente. A memória é “um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico” (PORTELLI, 1996, p.109), trabalhar com essa idéia exige muita atenção do pesquisador, não tanto para o passado, mas para a relação passado/presente. Além disso, uma outra coisa preocupa-me: definir a “identidade” do trabalho quanto aos limites de uso da memória. O que quero não é resgatar a memória de um momento tratando-a como um núcleo sólido, pretendo, ao contrário, acioná-la como recurso de apropriação do acontecimento passado.

Para Bourdieu (1998, 695), é preciso ter total “disponibilidade em relação à pessoa interrogada, submissão a singularidade de sua história particular”. A entrevista possibilita ao pesquisador adentrar um mundo estranho e desconhecido, desse modo é fundamental que se estabeleça uma relação de reciprocidade e confiança para que haja condições efetivas de diálogo.

O material que disponho neste trabalho, são frutos de um longo período de investigação, que se deu em várias etapas. A primeira delas foi o período de campo para a monografia, todo recuperado e utilizado (tanto entrevistas, como cadernos de campo), consistindo em três períodos de estadia na *agrovila*, dois de cinco dias e um de sete dias, ambos entre os anos de 2003 e 2004.

As outras etapas, nos anos de 2005 e 2006, foram três. A primeira de dez dias, a segunda de dois meses e a terceira de quatro dias, apenas os dias da festa de São Benedito. A segunda etapa estendeu-se por longo tempo em função de ter trabalhado como instrutora no Consórcio Social da Juventude Quilombola de Alcântara². Essa experiência proporcionou-me conviver e compartilhar vários momentos do cotidiano das famílias, já que tive que residir na *agrovila* durante o tempo que ministrava aulas. Essa etapa também

² Programa de políticas públicas do Governo Federal criado pela Secretaria Executiva Nacional de Políticas para Juventude, tem como objetivo preparar jovens entre 16 e 24 para o mercado de trabalho. Em Alcântara é executado pela Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas- ACONERUQ, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

fora importante, pois a minha mudança de status na localidade, passou de simples pesquisadora e estudante curiosa à professora; permitiu-me que pudesse conhecer mais pessoas e conquistar a confiança de alguns informantes.

Um exemplo que não posso deixar de citar diz respeito ao Seu Zé Caroço. Durante quase um ano tentei conversar com ele sem sucesso, pois nunca se mostrava receptivo. Sempre inventava alguma coisa para comprar em seu pequeno comércio, apenas conseguir uma conversa. Várias vezes marquei horário para conversarmos e ele não estava em casa na hora marcada, não vinha cedo da *roça* ou tinha ido buscar gado do pasto ou mesmo tinha ido para Alcântara. Depois de algumas investidas fracassadas, um dia, ainda na primeira etapa de campo, dirigi-me ao seu comércio e comecei a conversar espontaneamente com ele, que falava livremente sobre algumas amenidades que perguntava. Quando começamos discutir o assunto da mudança para a *agrovila* pedi permissão para ligar o gravador e ele permitiu. Obviamente fiquei surpresa com a sua aceitação e pensei que fosse conseguir um bom depoimento, uma vez que, conversava pacientemente comigo, porém com o fato de o gravador estar ligado, a espontaneidade dele ia pouco a pouco se reduzindo e todas as pessoas que passavam pela frente de sua quitanda³ ele as chamava para conversar comigo. Ele dizia: “ei fulano, vem falar da tua mudança”. Dessa maneira a primeira entrevista com Seu Zé Caroço foi quase uma roda de bate papo e em alguns momentos chagou a ter quatro pessoas conversando comigo. No momento da conversa, percebi como algo ruim, mas logo compreendi que não era, pois as pessoas que participaram dessa “entrevista” acabaram se transformando também em informantes que me levaram as novas descobertas.

Quando voltei, já na segunda etapa, depois de várias tentativas, também sem sucesso, resolvi passar na casa dele para marcar novamente um horário e ele afirmou que só poderia concedê-la de manhã. Respondi que pela manhã eu não poderia, pois deveria lecionar bem cedo na escola. Ele, admirado, perguntou: a senhora que é a professora desse colégio? Respondi afirmando e em seguida retrucou: então venha amanhã de tarde, contradizendo o horário que havia estabelecido anteriormente. Estava lá conforme a hora marcada e Seu Zé Caroço havia acabado de chegar, conduzindo o gado do pasto e pediu

³ Denominação local dada a pequenos comércios.

que voltasse mais tarde, pois iria tomar banho e jantar. Logo pensei que iria me enganar novamente, mas dessa vez foi diferente.

A forma como ele recebeu-me e respondeu, cordialmente, às minhas perguntas deixaram-me surpresa. Como ele mudara, assim, de uma hora para outra? Tudo isso só porque eu era a professora? A minha condição de professora modificou completamente a minha posição no grupo, definindo, inclusive, melhores condições de acesso às informações. O importante é que depois disso consegui todas as informações que necessitava, aliás, obtive bem mais do que pensava. Foram conversas, fotos e muitos documentos que ele cuidadosamente guarda em casa, inclusive convite para visitá-lo e conhecer os utensílios de cozinha que eram utilizados na festa de São Benedito no período que ele era o *festeiro* no Peptal Velho.

Esse exemplo mostra o quanto o pesquisador deve estar atento a cada momento, por menor que pareça ser, e saber aproveitar as oportunidades que a convivência com o grupo oferece-lhe. De modo bastante nítido verifiquei que o informante “é como uma cartola de mágico: tira-se alguma coisa que faz sentido um dia; no outro só conseguimos fitas coloridas de baixo valor” (DA MATTA, 1978, p. 32), assim foi a minha relação com Seu Zé Carço.

O sucesso ou o fracasso da pesquisa depende do modo como o pesquisador posiciona-se no campo e diante dos informantes. Mesmo com uma estratégia bem definida, a dinâmica do trabalho proporciona mudanças na forma com que pensamos em obter as informações. Às vezes a própria dinâmica do campo aponta no que se deve investir e o que deve ser abandonado. Somente o contato com os informantes que possibilita a orientação e a busca de novos materiais ou novos informantes.

A dinâmica do trabalho conduziu-me a caminhos que nem imaginava seguir. Por exemplo, depois da aproximação com Seu Zé Carço, por meio de documentos que ele me mostrou da época em que se mudara, acabei descobrindo que no Peptal Velho outra festa era realizada, a festa de Santa Tereza, o que naquele momento foi totalmente novo e inesperado para mim. Da mesma forma, ele contou-me que a pessoa responsável pela realização dessa festa era Dona Maria, que por coincidência era irmã de Dona Leandra, senhora que sempre me hospedou, desde a graduação, e minha principal informante do

trabalho monográfico a partir de sua história de vida, mas não havia mencionado em nossas conversas a existência de tal festa.

Outra informação que surgiu na primeira conversa na quitanda de Seu Zé Caroço foi o fato dele ter me informado que na *agrovila* Peptal moravam pessoas de quatro localidades. Informação que eu não entendia, pois nos dados que já tinha coletado só apareciam três, mas segundo ele Camaleão era um povoado e me indicou inclusive as famílias que vieram de lá.

Seu Virela, segundo as informações era a única pessoa viva que morou no povoado Camaleão (um dos que tiveram família relocada para a *agrovila* Peptal), ou pelo menos era isso que Seu Zé Caroço e os outros informantes que mencionaram existência dessa localidade me diziam. Ele já está com a idade bem avançada e nem ele mesmo sabe precisar quantos anos tem. Especula-se que ele tenha entre 94 e 96, em função disso a entrevista foi pouco produtiva, ele falava muito baixo e já não lembrava mais de quase nada, achei que não iria conseguir informações sobre Camaleão, mas ele mesmo apontou quem poderia responder o que eu queria saber e foi assim que eu cheguei a Dona Justina, filha de Seu Raimundo, já falecido, que era o proprietário das terras de Camaleão. Ela, casada com Seu Zé Raimundo, morador de Peptal, havia se mudado para lá e na ocasião da mudança já não estava em Camaleão, por isso que as pessoas que perguntava sobre esta localidade não me diziam que ela era de lá, somente com Seu Virela que consegui tal informação.

Após as várias etapas de campo, retornei com um bom volume de material para ser transcrito e analisado. A partir das transcrições das entrevistas e dos dados contidos nos cadernos de campo, o objeto de estudo passou a ganhar, de fato, clareza.

Trabalhando com o material coletado

Essa etapa demonstra que, apesar de ser uma das mais trabalhosas, não há dúvidas que há uma “necessidade absoluta de coleta de um bom material, que permitisse um diálogo mais intenso mais profícuo com as teorias conhecidas” (DA MATTA, 1978, p. 26). Casar a teoria aprendida com a experiência vivida consiste, como diz Silva (2000, p.45) num “conhecimento que o ouvinte só lentamente vai juntando para construir sua compreensão”. A riqueza das informações é tanta que resultou em cerca mais ou menos 15

horas de gravação, um pouco mais de 200 páginas de transcrição, além de duas cadernetas de campo, que em conjunto me ajudaram a melhor tratar o problema desse trabalho.

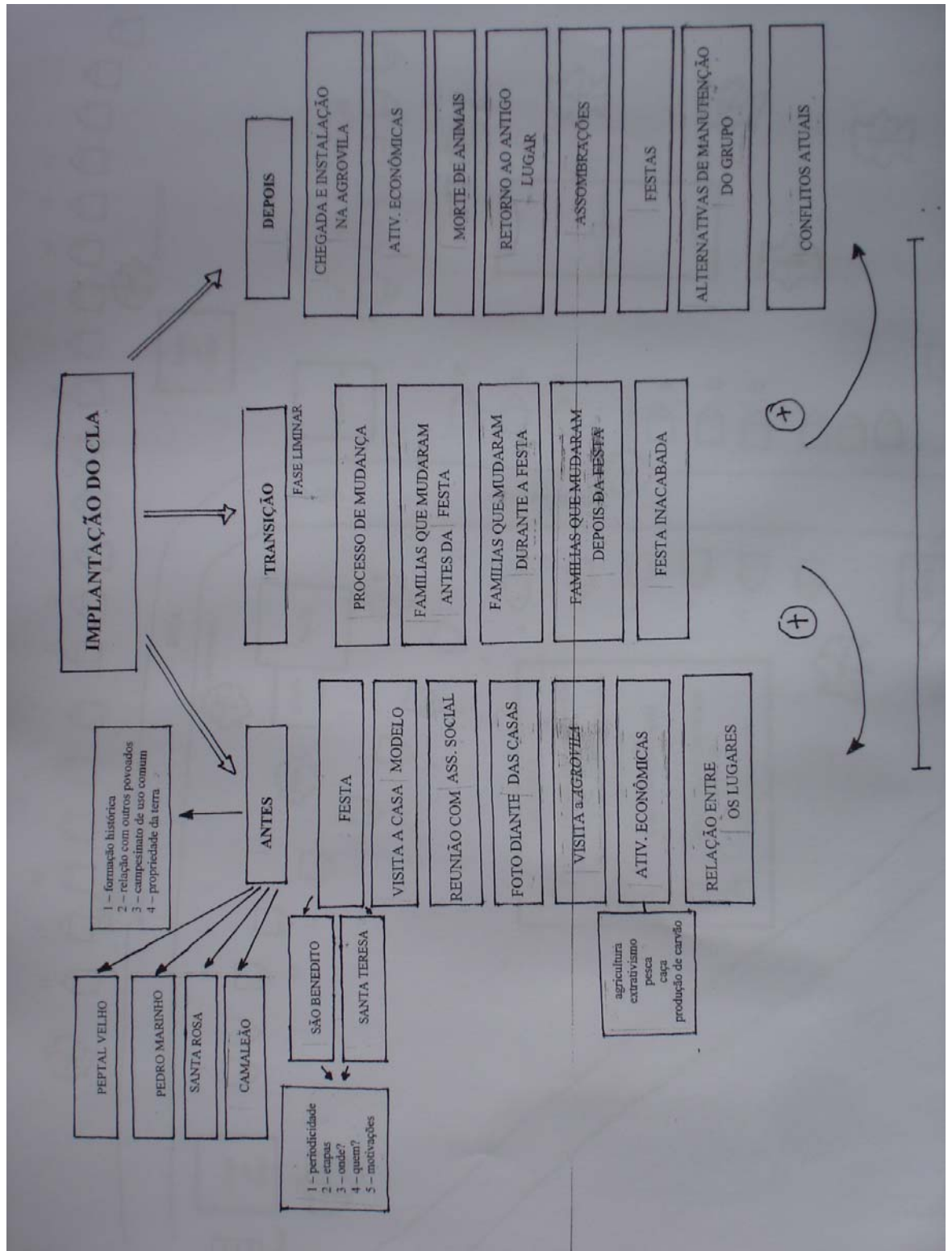
Após a leitura atenta dos cadernos de campo e das entrevistas transcritas era preciso juntar tudo e começar a escrever o texto. Só então percebi que um material bem utilizado serve como ponte, que conduz o pesquisador a um mundo que está materializado na forma de dados que ocultam várias dimensões da estrutura, das relações, do pensamento e principalmente dos sentimentos que a escrita jamais poderá expressar.

O material para ser bem utilizado, precisa antes ser classificado. Essa etapa me permitiu pensar de maneira mais criativa a problemática que me proponho analisar, recortar, classificar, remodelar são, de fato, etapas angustiantes, mas são também, as que trazem mais aprendizado. Compreendi que recortar não significa reduzir, o objeto deve ampliar e não fechar o entendimento. Aprendi, principalmente, que numa pesquisa é preciso valorizar o que se tem. E o que se tem é condicionado à experiência do pesquisador. É ela que determina o que e a quem observar.

O material que dispunha me conduziram a classificá-los em três grandes momentos, que eu chamei de **antes, transição e depois**. Para isso fiz um quadro (veja na próxima página) que ilustra a classificação e que serviu para nortear a escrita do texto. Os momentos que separam não podem ser compreendidos separadamente ou tomados como momentos estanques, muito menos que entre eles haja uma idéia de evolução, que vá de um momento a outro como se houvesse uma linha que determinasse uma única trajetória.

No primeiro momento classifiquei informações referentes à forma com que as pessoas viviam em suas localidades de origem. No segundo agrupei informações que fazem parte do que chamo de processo de mudança e nele identifiquei uma série de eventos que, postos numa escala, determinam à proximidade ou o afastamento dos antigos lugares e da *agrovila* da mesma forma. No terceiro, classifiquei todas as informações relacionadas à vida deles depois que foram morar na *agrovila*, indo do processo de adaptação, passando por como eram estabelecidas novas referências no lugar, chegando até os conflitos atuais.

Quadro de Classificação dos Dados



Com o material já separado em momentos comecei a analisá-los articuladamente em seu conjunto, de forma mais dirigida a fim de compreender as particularidades de cada um deles, para só então parti para a escrita. Etapa não menos difícil do que qualquer uma das outras. Pois transformar histórias vividas num texto acadêmico é um trabalho que requer uma compreensão especial, além de uma dedicação por parte do pesquisador. Dessa forma, o diálogo com o material acumulado, a articulação das atividades de campo com a teoria, com conceitos, determinaram os princípios que nortearam a escrita deste trabalho, desde a estruturação das partes que compõem a dissertação ao texto propriamente dito.

Caracterização histórica e sociológica das localidades relocadas para a agrovila Peptal

1

A formação social e histórica do município de Alcântara, no Maranhão, revela que suas terras foram tradicionalmente ocupadas por grupos que, ao longo da história do município, consolidaram diversas situações sociológicas com territorialidades específicas recobertas por noções tais como *terra de santo*, *terra de preto*, *terra de santíssimo*, *terra de caboclos*, *terra da pobreza* (SÁ, 1975, PRADO, 1976, ALMEIDA, 1985; FERNANDES, 1993; LINHARES, 1999).

A origem dessas situações sociológicas se deu de várias formas: por herança dos antigos senhores, por doação, também dos antigos senhores ou de fazendeiros que retribuía algum favor recebido, sucessão, aquisição ou mesmo ocupação. Nesses espaços, a partir de formas particulares de ocupação, passaram a constituir-se sistemas de usufruto comum dos recursos básicos nos territórios constituídos, pautados em regras consensualmente aceitas e acatadas. Nessas situações de uso comum “a territorialidade ganharia proeminência enquanto ‘fator de identificação, defesa e força’ e a noção de terra comum seria central no sistema de representação sobre a terra” (PAULA ANDRADE, 1999, p. 78).

As famílias das localidades de Santa Rosa, Peptal, Pedro Marinho e Camaleão, compulsoriamente remanejadas para a *agrovila* Peptal durante o processo de implantação de CLA, possuíam um sistema próprio de utilização da terra que se caracterizava pelo uso comum não só da terra, mas dos demais recursos da natureza. Nessas formas específicas de uso dos recursos, não se observam regras definidoras de princípios de apropriação privada. De forma distinta, prevalece o princípio do uso comum e, segundo Martins (1994, p. 67), “os integrantes do grupo social elaboram regras internas de apropriação dos meios de produção que são acolhidos por unanimidade”.

Terra comum, uso comum, sistema de uso comum são expressões que normalmente designam essa forma característica de utilização da terra. Assim, “os significados dessa expressão indicam o não parcelamento do território em lotes particulares,

o que permite as diversas unidades familiares escolherem, livremente, a cada ano agrícola, onde implantar seus roçados” (PAULA ANDRADE, 1999, p. 62)

Nos antigos *sítios*, forma como os moradores comumente referem-se aos locais de moradia, de onde foram retirados (Santa Rosa, Peptal, Pedro Marinho e Camaleão) o acesso à terra era assegurado a todos os grupos familiares, sempre em consonância com as regras de apropriação socialmente estabelecidas e acatadas.

A terra representava, para os grupos, um bem comum, não um bem comercializável. A relação com a terra era definida em termos dos significados a ela associados, elemento responsável pelo sustento que se tira dela, a alimentação que assegura. Esses fatores marcam decisivamente o significado que atribuíam aos locais que viviam. As antigas localidades constituíam princípio de sentido para quem os habitava e os sujeitos construía uma idéia parcialmente materializada desses lugares devido edificações, plantações e relações estabelecidas, garantindo então, uma noção concreta de localização.

Talvez o aspecto mais extraordinário da localização que o homem faz de seu mundo é não reduzi-lo a níveis práticos de ação. A terra, aparentemente ligada somente a necessidades práticas, corresponde também às necessidades simbólicas, pois é nela que se enterram os mortos e os umbigos dos bebês, dentre outros sentidos, conforme tratarei adiante. Essas necessidades, muitas vezes diversas, possibilitam que o lugar exprima a identidade do grupo, que funda, congrega e une, definindo, assim, uma estabilidade mínima. Dessa forma, a compreensão do envolvimento das pessoas com os antigos lugares, justifica o porque da não divisão da terra em pedaços, pois quanto mais diversas são as relações entre localidades e pessoas, maiores são as possibilidades de se sentir parte delas.

Para que o leitor entenda a importância que os antigos lugares ainda têm para as famílias transferidas para a *agrovila* Peptal e como a transformação compulsória de um campesinato de uso comum em parcelar alterou profundamente relações sociais secularmente enraizadas nesses territórios, procurarei sublinhar alguns aspectos no sentido de estabelecer uma caracterização, ainda que parcial, dos antigos lugares. Nesse movimento é preciso, portanto, entender o momento anterior à mudança para que tenhamos uma dimensão das alterações sofridas em termos das organizações internas dessas localidades.

É importante ressaltar que o entendimento do hoje está completamente vinculado à compreensão do antes. Momento este que só foi possível obter através de relatos das pessoas que viveram nos antigos lugares, sofreram a experiência da mudança e que se dispuseram a relatar suas lembranças. Mas não se pode perder de vista que as lembranças são representações reconstruídas do passado tomando emprestados acontecimentos do presente a partir de um árduo trabalho e apóiam-se, não na história apreendida, mas na vida vivida com os outros, pois é somente na “subjetividade que as pessoas constroem e atribuem significado à própria experiência” (ARAÚJO, 2000, p. 172).

Os lugares de origem das famílias relocadas para a agrovila Peptal

As famílias transferidas compulsoriamente para a *agrovila* Peptal eram originárias das localidades de Santa Rosa, Peptal, Paulo Marinho e Camaleão. Apesar de distintas, em virtude de aspectos relacionados com suas origens, redes de parentescos, sistemas de trocas e festas religiosas, elas podem ser pensadas articuladamente, como se compusessem uma unidade sociológica. Tal compreensão deve-se não somente aos processos sociais que asseguravam a circulação de bens e serviços, mas também à relação com os recursos naturais entre os diferentes povoados, ancoradas, sobretudo, nas relações de parentesco e compadrio.

No intuito de proceder a uma caracterização preliminar acerca da origem e formação de cada uma dessas localidades, procurarei discutir alguns aspectos relativos ao surgimento de Peptal, Santa Rosa, Camaleão e Pedro Marinho, cujas origens estão associadas à doação, aquisição, herança ou ocupação.

Começando pela última forma citada, Peptal é um exemplo de formação que advém de processos de ocupação. Segundo Zé Carlos, um dos entrevistados, os mais velhos começaram a estabelecer-se em Peptal “no tempo dos presos”, apontando que a ocupação das terras é coetânea à construção da penitenciária de Alcântara.

Peptal é do tempo dos presos de Alcântara, lá nesse tempo não tinha estrada, era um caminho, lá era uma grota que eles andavam, aí fizeram essas casas lá. Papai fez uma casa, tinha a casa de Zé Caroço, tinha finado Ostaque, Marcelino, então esses morador, o morador mais velho que existiu nesse lugar foi esse pessoal. Eram presos, inclusive papai era um, papai era preso.

Em conversas com o mesmo informante, ele revelou que “Peptal era terra de sentenciado”, reforçando a característica particular da ocupação, acrescentando que, por esse motivo, nem todos os moradores eram originários do município de Alcântara. Como ele mesmo destaca, “lá em Peptal morou muitas pessoas que não era filho, afiliado, não era de Alcântara, era de outras cidades”. Reforçando tal peculiaridade, lembrou ainda, que, no início, muitos só vinham dormir em casa com a família, pois já eram soltos e iam trabalhar em Alcântara, mas isso era privilégio apenas dos libertos.

Inclusive o nome do lugar foi dado por um antigo morador, também *sentenciado*, como ressalta o entrevistado:

ele deu esse nome, ele era preso também [...] ninguém sabe, é um nome muito incabuloso, né, ninguém nunca descobriu, a origem é um segredo que ninguém descobre o significado dele (Zé Carlos).

Posteriormente incorporada às terras de Peptal, Santa Rosa era uma antiga localidade que também foi remanejada compulsoriamente para a *agrovila* Peptal. O surgimento de Santa Rosa, segundo Dona Leandra, uma outra informante, se deu a partir da doação de terras, assim descrito:

a Santa Rosa ela nasceu através de meus avós. Eles que chegaram primeiro, ele veio de Tauaú, eles vieram de Tauaú, aí eles vieram escolher uma terra, era só mata nesse tempo, era só mata, aí tinha o dono dessas terras, que se chamava Américo Viveiro, que era dono dessas terras de Mocaju, Manival, esses lugar e aí chamou minha vó, minha avó tinha vindo de Tauaú casada de lá, aí ela era mãe de leite do Vicente que era das pessoas do Américo Viveiro e ele perguntou se ela não queria uma posse de terra pra ela fazer a casa dela e criar os filhos dela e ela disse que ela queria.

A instalação das primeiras famílias é confirmada por sua irmã, Dona Maria:

[...] que nesse tempo minha vó morava com minha mãe, nesse tempo a gente ainda não existia não, minha mãe ainda era menina e minha vó andava morando de lugar em lugar aí tinha um senhor que chamava, não sei se era Viveiro, mas eles chamavam ele de irmão, ele tinha umas terras, que eles se davam, eram considerado, aí ela pediu um lugar pra ela morar, disse: ô meu irmão eu quero que tu me dê um lugar pra mim morar, ele tomava conta dessas terras.

As duas procuram enfatizar o nome do doador e descrever em que circunstâncias as terras foram doadas: uma relata que foi por recompensa, devido sua avó ter amamentado um de seus parentes e a outra, não desmentindo a versão, acrescenta que a motivação foi

também à consideração, por ser conhecido de sua avó, pois esta chegava a chamá-lo de irmão.

Embora a doação seja explícita na fala das duas, não há provas concretas disso. Dona Maria acentua esse aspecto:

acho que foi assim, eu é que não sei contar essas coisas direito porque sempre a gente esquece, mas nesse tempo não tinha preto no branco como tem hoje que é tudo preto no branco, que não tinha assinatura que deu né, e nesse tempo se dava assim de boca e dado de boca não resolveu.

Almeida aponta que essa é uma característica comum na formação do município de Alcântara. Normalmente, os moradores acentuam que “por descuido ou acontecimento acidental não se completou a legalização da doação” (ALMEIDA, 2006, p. 142, v.1). Mas, ainda assim, desconsiderando o descuido da não formalização, permanecem legitimamente na terra, obtida verbalmente ou *dado de boca*, como eles costumam dizer.

Embora os moradores de Santa Rosa evidenciem sua ligação com o lugar, como aponta o fragmento abaixo, tiveram motivos mais fortes para abandonarem o local de moradia e incorporarem-se a Peptal.

No Santa Rosa, lá que era meu lugar, era a terra dos meus pais, onde minha avó morava, onde eu nasci e me criei, meus irmãos nasceram e se criaram também, mas depois minha mãe faleceu, meus irmãos cada qual procurou rumo, procurou seu lugar (Dona Leandra).

A morte da mãe é o principal motivo da saída do local, secundariamente o casamento dos irmãos com pessoas de outros lugares e a migração destes para junto de seus cônjuges também contribui significativamente. Apenas um dos irmãos, Sulino, ficou no local e, para não morar sozinho, decidiu mudar para Peptal, pois além de ser mais perto e lá ter parentes, já havia relações estabelecidas e concretizadas de longas datas, já que sua mãe era prima de Seu Ostaque, pai de Seu Zé Caroço.

Mesmo Dona Leandra afirmando que “a gente se mudou pro Peptal e aí Santa Rosa ficou só o sítio”, essa mudança não se deu gratuitamente e o chamado *sítio* não ficou abandonado. As terras de Santa Rosa não foram mais utilizadas para moradia, mas passaram a incorporar as terras de Peptal, sendo consorciadas no sistema de uso comum estabelecido entre os membros das duas localidades.

Camaleão, embora não apareça nas estatísticas oficiais dos povoados remanejados, também é uma localidade surgida nas terras reconhecidas como pertencentes a Peptal. Sua história de formação é comum, também ocorreu mediante ocupação, conforme Dona Justina aponta:

foram chegando e fez a morada dele, o meu avô e a minha avó [...] Aí eles foram ganhando filhos e ficaram as casas tudo perto né [...] Então ele, minha mãe, meus avós, tudo é lá do Camaleão. Aí nós nascemos e vivemos tudo lá, era família grande, aí a gente vivemo lá.

Peptal era cortado por um rio, com o mesmo nome do povoado. Do outro lado ficava Camaleão e, dada a proximidade em relação a Peptal, estas terras eram consideradas uma só localidade. Mas Dona Justina tenta explicar: “era tudo perto, tudo era parte de Peptal, mas era diferente” e acrescenta “era diferente, o rio cortava”. Tal diferença, provavelmente, é marcada pela data da ocupação, pelas famílias que compõem a localidade e também pelos motivos determinantes para que permanecessem no lugar.

Ainda sobre Camaleão, a partir das novas uniões, a ocupação foi se consolidando, o número de famílias aumentando, progressivamente, a partir dos casamentos de filhos e netos. Por gerações sucessivas a permanência na terra ocorreu dessa forma, pois, segundo Dona Justina, “meus avós morreram e ficaram pra meus pais, mas aí eles não compraram, porque mesmo se eles quisessem, a terra era do estado, de lá”.

Uma outra localidade que hoje faz parte da *agrovila* Peptal é Pedro Marinho. Esta reúne certas particularidades que a distingue das demais. Neste caso a terra possuía proprietário e a história de sua formação começa com a aquisição das terras por uma única família, de forma que os recursos básicos dela eram usufruídos livre e individualmente por este único grupo doméstico, porém quando necessário, empregava mão de obra de terceiros.

As terras de Pedro Marinho eram de propriedade de Benedito Eduardo Pereira, mais conhecido como Benedito Chipaú. O pai dele havia comprado a terra e a deixou como herança. Com o tempo, seu Benedito fez novas aquisições e aumentou a área para 663 hectares, segundo relatou Seu Melquiades, último proprietário das terras antes do remanejamento.

Seu Melquiades era de Peptal, mas com catorze anos foi morar em Pedro Marinho, a propósito de trabalhar nas chamadas *roças*⁴ e nas *farinhadas*⁵ de Seu Benedito. Este era um movimento comum. Como a família do proprietário era pequena e ele possuía grandes extensões de terra, contratava mão-de-obra para realizar as atividades antes mencionadas e os envolvidos nessas tarefas eram alojados em sua propriedade.

Com o tempo, Seu Melquiades passou a ser homem de confiança de Seu Benedito e mais tarde transformou-se em genro dele, casando-se com uma de suas filhas, o que lhe colocou em uma posição privilegiada, uma vez que o casamento alterou a condição de simples empregado levando-o a galgar outra posição na sua relação com o proprietário das terras. O caso de Pedro Marinho é importante para evitar que se faça generalizações acerca das localidades remanejadas, pois, como mostrado, nem todas utilizavam o sistema de uso comum das terras, o que não significa dizer que não sofreram da mesma forma as conseqüências do remanejamento. O importante a ser ressaltado neste caso, é que as famílias não se localizavam livremente neste espaço e nem dividiam as partes da terra a serem trabalhadas, segundo critérios definidos por um grupo. Aqui o proprietário determinava em que espaço cada um trabalharia e as regras vigentes eram por ele determinadas.

Embora cada localidade mencionada possua características próprias e, por vezes, apresentem grande variação quanto à sua formação, elas “têm seus fundamentos num conjunto de componentes essenciais que disciplinam o sistema de relações sociais” (ALMEIDA, 2006, p. 73, v.2), e determinam as formas de acesso a terra.

As antigas formas de organização social

Apesar das formas características de ocupação, cada uma dessas localidades não deve ser compreendida, a rigor, por sua separação espacial, pois, em função das dinâmicas sociais estabelecidas, mantêm entre si uma interação constante desenhando um sistema de

⁴ Essa noção não deve ser entendida exclusivamente como uma categoria da geografia, designativa do local de plantio. Segundo Marcier (1974, p. 178) “refere-se não apenas a área de terra em que se realiza, durante o período produtivo, o cultivo consorciado de diversas lavouras camponesas, mas também a própria natureza do processo de produção agrícola, específico das unidades domésticas”

⁵ Termo utilizado para designar o processo de feitura da farinha (a utilização desse termo será melhor explicada adiante)

relações que permitem pensá-las como se compusessem uma unidade sociológica e territorial.

a. Vivendo nos antigos lugares

Como dito anteriormente, a vida nos antigos lugares era bem particular, a começar pelo exercício da autoridade, pela forma de organização, construção das casas, pelo uso dos recursos naturais bem como pela combinação das atividades produtivas.

Seu Zé Caroço era considerado pelos integrantes das famílias como o mais velho da antiga localidade de Peptal, não em idade, mas em tempo de ocupação, pois seus pais foram os primeiros a chegarem, originando o lugar. Essa posição proporcionava a ele uma certa autoridade em relação aos demais, de maneira que passou a ser reconhecido como o dono: “Seu Zé Caroço se entendia o dono do lugar”, conforme relatou Zé Carlos. A essa autoridade dava-se o nome de “subdelegado”.

Ele era o subdelegado de lá do Peptal Velho. Lá se tinha uma questão, se tinha questão, uma mínima questão, aí ele que resolvia, ele era o delegado de lá, aí ele mandava intimar as pessoas (Zé Carlos).

Seu Zé Caroço era tido, pelo conjunto das famílias, como uma autoridade. consequentemente julgava o que era certo e o que era errado no antigo lugar. Encarnava, ainda, a figura do mediador, resolvendo problemas e aconselhando as pessoas, seja em assuntos relacionados à terra, às chamadas *roças*, casa de farinha, uso dos espaços públicos. Deliberava, inclusive, sobre assuntos relacionados à construção de novas casas, aceitação ou não de pessoas oriundas de outros lugares, até sobre alguns aspectos da vida privada, como briga entre irmãos. Era a pessoa de referência do lugar, com atribuições, inclusive, de punição. Quando os problemas chegavam até ele:

ele via que tava errado, aí ele mandava chamar as pessoas, aí sentava lá na sala, tinha a sala onde ele fazia a reunião, a audiência pros pessoal, dava conselho pras pessoas, que era pra acabar com aquilo, que não ia dar certo, era confusão, ia dar mais problema pra pessoas, aí quando um queria se fazer de brabo, ele mandava pro canto (Zé Carlos).

A autoridade legítima, tradicionalmente reconhecida, garantia um certo ordenamento no lugar e expandia-se também para as vizinhanças, como Camaleão e Santa Rosa.

As moradias eram comumente de taipa, cobertas de palha, que precisavam ser trocadas mais ou menos a cada três anos, o que segundo seu Melquiades nunca foi problema, pois “a gente morava lá numa casa de taipa, mas tinha muita fartura e tinha muita água”. Tal fartura é descrita por todos os entrevistados, não importando o local que moravam e essa característica, atribuída a essas localidades, nos termos de seus moradores, permitia afirmar que se tratava de *um bom lugar para viver*.

A idéia de *um bom lugar para viver*, além de outros fatores, está intimamente ligada à disponibilidade de recursos indispensáveis à reprodução das famílias. Dona Justina, ressaltando a facilidade do acesso às fontes de alimentos, descreve esse aspecto de sua vida em Camaleão da seguinte maneira:

ah, a vida da gente lá era legal, tinha muita fruta, era bem pertinho assim, tinha muita Jussara, criava muito porco, lá era bom, era perto de casa, era rapidinho pra pegar um peixe, lá era bom como que.

A idéia de fartura dava-se pela proximidade dos povoados às matas, igarapés, rios, brejos, mangues e do mar. Isso possibilitava a combinação de diversas atividades produtivas: quem se dedicava às atividades agrícolas também pescava, por vezes caçava e praticava extrativismo, como pode ser observado nos relatos abaixo:

Nós quando chegava da roça dez e meia, botava a tarrafa nas costas, ia pegar peixe, almoçava e ainda ia pra roça. Porque? Lá a praia era bem pertinho, o igarapé era bem pertinho, tudo a gente tinha como andar, lá era assim; tanto homem quanto mulher ia na praia, panhava o murici, panhava o guajuru e levava pra cidade pra vender, tirava juçara, tirava o buriti, tudo vendia em São Luis, vendia em Alcântara, muito, de grande quantidade, botava nos barquinho a pano e levava, o carvão, o buriti, a juçara, o guajuru, murici, tudo ia pra vender, tudo isso se vendia em São Luis [...] tudo isso ele tinha como fator: tinha o peixe, tinha a farinha, tinha arroz, tinha o milho, tinha o feijão, tinha melancia, tudo isso crescia com bonança e a terra era boa pra trabalhar (Seu Melquiades).

Aqui nós somos lavrador e pescador, o mesmo lavrador é pescador, eu quando morava em Pedro Marinho, lavrava, mas pescava muito de rede, de capacho, como falei indagorinha, eu pescava e dava muito peixe, eu não comprava peixe não (Seu Melquiades).

Almeida aponta um traço fundamental na forma de vida nesses antigos lugares, “na própria organização social intrínseca aos povoados, verifica-se uma certa inseparabilidade entre a condição de pescador e aquela de lavrar e roçar. De toda maneira a unidade familiar é também a unidade de trabalho, seja na pesca, seja na agricultura, seja no extrativismo, fazendo uso de tecnologias elementares” (ALMEIDA, 2006: 74, v.2). A caça também era uma atividade combinada com a pesca e a agricultura, como Seu Zé Raimundo evidencia:

Assim pra sobreviver, eu tinha meus aparelhos, sempre gostei de tá pescando, de tá caçando, de vez em quando a pesca não dá aí a caçada dava pra sobreviver com os meninos e graças a Deus deu pra vencer a batalha (Seu Zé Raimundo).

A combinação dessas atividades garantia a renda familiar durante todo o ano e além dessas atividades havia, igualmente, a venda do carvão, comum em toda Alcântara e a coleta do coco babaçu e extração do azeite. Esta última atividade sempre esteve a cargo das mulheres. Como destaca seu Melquiades, “a mulher juntava o coco, tinha muito babaçu, fazia muito azeite pra vender”.

As casas não eram muito perto uma das outras, pois eram dispostas em pequenos grupos pouco afastados, normalmente agrupadas por laços de consangüinidade ou de compadrio, chamados de “correios de casas”. Alguns moravam, nos termos dos trabalhadores, “pra dentro dos mato”. Segundo Zé Carlos, “era uma dificuldade pra tu ir na casa de uma pessoa, era longe uma casa da outra”. Mesmo com a distância, a localização e a identificação das casas obtinha-se, mediante alguns sinalizadores tais como, árvores, igarapés, entre outros, já enraizados e assimilados pelas pessoas que moravam no povoado, inclusive as crianças.

6. Festas

De acordo com Almeida, “a manutenção dos rituais religiosos rompe com seus limites estritos, estabelece lealdades para além do parentesco e da atividade econômica conjunta” (ALMEIDA, 2006, p. 170, v.1). As festas religiosas conformavam um domínio nas quais as famílias dessas antigas localidades agrupavam-se de modo a redefinir novos parâmetros para as relações sociais.

Sejam em termos de sua origem, motivações, formas de realização ou nos seus aspectos rituais, cada festa tem sua particularidade. Na antiga localidade de Peptal, os moradores realizavam duas festas: a de Santa Tereza e a de São Benedito, esta última, tida por todos como a mais importante,¹ por assegurar o funcionamento das redes sociais que reforçavam os vínculos de solidariedade e reciprocidade, não só entre os grupos familiares de Peptal, mas também daqueles de localidades vizinhas.

A festa de São Benedito era organizada por Seu Zé Caroço, desde o seu casamento com Dona da Sé (já falecida). Segundo ele, não fazia nem por promessa e nem por obrigação, era por que gostava do santo. Como ele mesmo destaca, “a graça era de fazer a festa, que chegava muita gente, eu fazia todo ano, ai depois comecei a botar com mordomo, fazer com mordomo, né”.



Foto 1: Festa de São Benedito na Tribuna em Peptal Velho.
Fonte: ARAUJO, Mundinha. Breve memória das comunidades de Alcântara. São Luís: SIOGE, 1990

O empenho em realizar a festa não se restringia ao esforço pessoal de seu Zé Caroço. Era extensivo à sua família bem como a de outros. Conforme ressalta, a sua “mulher gostava, do santo, fazia e tinha os filhos pra ajudar, filha, parente, ai era muita gente que vinha pra ajudar”. As palavras de Seu Zé Caroço deixa entrever a importância da

feira de São Benedito não só como fator de acionamento das redes de reciprocidade, mas como importante elemento de coesão social e definidor de um pertencimento coletivo.

Os preparativos da festa começavam meses antes da data prevista, com a distribuição das chamadas *cartas de jóias*⁶ e a escolha dos denominados *mordomos*⁷, etapas de responsabilidade apenas do *festeiro*⁸. As atividades coletivas iniciavam-se mais ou menos com um mês de antecedência. Entre tantas, podem ser elencadas: o preparativo de licores, na qual normalmente os homens coletavam os frutos e as mulheres preparavam a bebida, o preparo do azeite de coco babaçu para ser usado na preparação de distintos alimentos a serem servidos durante a festa. Pilar o arroz, cortar lenha e fazer carvão, são registradas como atividades coletivas que envolviam homens, mulheres e crianças.

[...] quando ia fazer uma festa, era festa de São Benedito, tambor, mastro e festa dançante, mas antes dessa festa tinha um mês ou mais de preparação, tinha o dia que a gente ia socar arroz no pilão, em mão de pilão, então se juntava muitas mulheres, homens e crianças para socar arroz, as vezes nós socava no pilão três paneiro de arroz, isso era uma animação, era foguete, era gente bebendo, era gente brincando, era gente socando arroz e era aquela animação, vamos cortar lenha pra fazer a caieira do festejo do santo, aí ajuntava 15, 20, até 30 homens, mulheres e tudo aí ia pra roça, nós ia cortar e os homens ia botar e tinha mulheres que as vezes ia, então fazia caieira, no dia de rachar lenha, começava de manha cedo umas 8 hs, era 15, 20 mulher racha lenha, rachava lenha no mato, na roça, onde achasse, aí nós amarrava os fixe de lenha com corda ou com cipó, com embira e botava a lenha na cabeça e vinha cantando, cantando proa, cantando proa, todo tempo cantando, era aquela animação (Dona Leandra, 2004).

Os últimos preparativos são a limpeza do povoado, feita pelos homens, enquanto as mulheres dedicavam-se ao chamado “fazimento de bolo”. Tais atividades eram feitas um dia antes do início da festa, no dia cinco de setembro.

O marco de início da festa no antigo Peptal era denominado *levantamento do mastro*, dia seis de setembro, seguido de *ladainha* e de uma noite de Tambor de Crioula. Como sublinha seu Zé Caroço, “era tambor a noite todinha, cachaça panhando, era bebida, senhora era muita coisa! Café com bolo, chocolate, tudo saia, depois da ladainha”. Os

⁶ Carta de Jóia é uma carta que a pessoa responsável pela realização da festa entrega num envelope pedindo a colaboração para realização da mesma. A contribuição é feita em gêneros alimentícios (arroz, farinha ou animais como porco e galinha) ou em dinheiro. Nesse caso, a pessoa que doa coloca a quantia no mesmo envelope em que recebeu a carta. Em ambos os casos a contribuição é chamada de *jóia*.

⁷ *Mordomo* é a denominação dada as pessoas que contribuem com *jóias*.

⁸ Pessoa responsável pela organização da festa, também chamado algumas vezes por *dono do festejo* ou *promesseiro*.

outros dias eram marcados por muita comida e festa dançante ao som da chamada *radiola*⁹ em um espaço reservado para esse fim, denominado localmente de *tribuna*¹⁰.

No dia sete de setembro acontecia a festa dançante ao longo do dia, interrompida por volta das cinco da tarde para a saída da procissão e a realização da *ladainha*. De acordo com seu Zé Carço, figura central na organização da festa de São Benedito, “saía a procissão da tribuna e dava a volta no povoado todo, no povoado, tocando tambor. Aí uns ia garrado com o tambor, e outros batendo”.

Com a chegada da procissão na chamada *tribuna*, a cerimônia religiosa era encerrada com uma *ladainha*, também chamada por eles de reza. Somente após a realização dessas etapas, preparava-se a “mesa dos Mordomos”, descrita por Seu Zé Carço como a expressão da fartura:

[...] era cada prato de comida! tinha um boi, eu matei um boi de 300 quilos só pra dar a carne pros mordomos. Cada quatro quilos, cinco quilos, conforme o tanto que ele desse.

Essa grande disponibilidade de alimentos, traduzida na quantidade de carne servida, lembra o sistema de Potlach¹¹ ressaltado por Mauss (1984), no qual a generosidade daquele que oferece - nesse caso, grande quantidade de alimento - reforça não só sua posição, mas também o seu prestígio social junto àqueles que participam da festa e esperam dele o cumprimento dessa expectativa.

Em seguida, para animar a festa, realizavam algumas atividades denominadas por eles de *brincadeiras*, a mais comum era o leilão de comidas, carne ou frango assado, torta, entre outros. Mas, normalmente, quem arrematava era o próprio Zé Carço:

[...] aí eu pra ficar com aquele bem, aí eu dizia eu dou tanto, aí pronto, aí ninguém vendia mais nada [...] aí tinha muita gente que vinha aqui gritar o valor, era uma brincadeira, uma animação.

⁹ *Radiola* é o termo utilizado para designar a aparelhagem de som utilizada nas festas. Normalmente contém muitas caixas de som empilhadas que são denominados *paredões*.

¹⁰ Espaço reservado e construído especificamente para realização de festas. É similar ao que chamaríamos de clube. Nesse mesmo espaço é colocado o altar do Santo.

¹¹ Por enquanto faço apenas alusão ao sistema Potlach, as comparações que pretendo fazer com esse sistema serão incorporadas no decorrer deste trabalho.

Após as chamadas *brincadeiras* começava o *baile*¹² com *radiola*, que se estendia por toda à noite até o amanhecer.

No dia seguinte, realizavam o chamado *lava-pratos* que compreendia algumas atividades que marcavam o encerramento da festa, *é o dia chamado de lava pratos*. A *radiola* tocava ininterruptamente, a fartura de comida e bebida repetiam-se e encerravam-se as atividades do denominado *lava-pratos* com um banho no rio Peptal, que cortava o povoado. Segundo seu Zé Carçoço, “tinha um pessoal de Alcântara que vinha banhar, banhava no rio, ficava o dia todo na festa, ia banhar no rio, mudar a roupa e voltava de novo pra festa”.

A realização do chamado *derrubamento do mastro* marcava definitivamente o fim da festa, mas normalmente não acontecia na seqüência dos dias festivos, passavam-se muitos dias, até um mês para a derrubada, como conta Seu Zé Carçoço:

[...] tinha uns que passava mês e mês, ai ia derrubar com muitos dias, nós deixava fazer outro bailinho, outra festinha [...] os que vivia por ai assim, de influência, marcava e derrubava o mastro.

A festa de São Benedito é narrada como uma grande festa, com muita comida, bebida e dinheiro:

[...] lata de mingau, a lata de mingau ficava inteirinha, pro outro dia de manhã, aí dava pra quem queria, porque não tinha nem fome pra comer, aí tinha o botequim, botequim, fazia o dinheirão [...] eu tirava assim na mão do armazenista, mandava chamar ele pra fazer conta, um maço de dinheiro, assim, um maço de côfo como se a gente fosse tirar caieira, tudo amarrado em cruz. (Seu Zé Carçoço)

Toda essa abundância justificava-se pela afluência de um grande número de pessoas. A festa de São Benedito era muito freqüentada:

[...] olha lá era muita gente nessa festa, fazia era medo, a casa era lá em cima, e tinha um caminho pra ir pro rio, aí a gente olhava de longe, e vinha cheio de gente, aí vinha de todo lado, do Manivá, de todo lado, Cajueiro, era lá pra cá. Tinha muita gente do Marudá, do Pedro Marinho, tudo vinha (Seu Zé Carçoço).

No antigo Peptal era realizada também a festa de Santa Tereza que, embora não tivesse a mesma importância daquela feita em louvor a São Benedito, possuía seu valor na localidade. Envolve um grande número de pessoas em torno de sua organização, mas não

¹² Termo utilizado para caracterizar a festa com *radiola* e bebida. O termo festa utilizado sem adjetivos é referente a festa para o santo, em oposição a isso, utilizam festa com adjetivo: festa dançante, similar a baile.

acionava as redes de solidariedade entre os festeiros, porque Dona Maria tinha suas razões para organizá-la quase que sozinha.

A festa em louvor a Santa Tereza está associada com a doação de uma imagem da santa de uma madrinha a seu afilhado. Quando a madrinha do filho de Dona Maria estava doente e próxima do falecimento, não tendo nada para deixar de lembrança para seu afilhado, ofereceu para ele, uma Santa, a imagem de Santa Tereza que, segundo *ela era pra ele zelar até quando ele pudesse*. Alterezo, filho de Dona Maria, tinha mais ou menos dez anos e seu aniversário era dia quinze de outubro, dia de Santa Tereza, e ela comenta: “aí eu fiquei esses anos zelando pela Santa e toda vez no aniversário dele eu fazia esse festejinho pra ele”.

Dona Maria narra o nascimento do filho evidenciando a religiosidade e a devoção:

[...] ele nasceu no dia da Santa, seis horas da madrugada, no dia da Santa mesmo. Aí eles iam mudar o nome dele e mamãe disse: pode não mudar, pode não mudar, porque ele nasceu no dia da Santa, na certa é porque queria que o nome dele fosse o nome da Santa e se fosse mulher botava Maria Tereza, botava outro nome, mas é homem, o nome dele é Alterezo, Alterezo de Jesus, se souber chamar bem, se não souber, bota um apelidozinho, aí mesmo botaram um apelido nele e botaram Jejú, com esse Jejú ele morreu.

Dona Maria deixa claro que a festa não era realizada por promessa, “não era promessa não, não [...] era pra cuidar e zelar pela santa”. O *zelo* pela imagem da Santa, como procura ressaltar, retratava também o respeito pela madrinha do filho, demonstrando a importância das relações de compadrio.



Foto 2: Altar de Santa Tereza, feito por Dona Maria em Peptal Velho.

O pedido da madrinha, a devoção a Santa Tereza e a coincidência do nascimento do filho ser no dia destinado à Santa, são fatores que contribuem para que Dona Maria seja a única responsável pela festa, “era só eu mesmo, quem quisesse me ajudar, tudo bem”. Mas sempre que recebia contribuição do grupo e procurava recompensar bem, mesmo que depois lhe faltasse alimento:

[...] as cozinheira que me ajudava, os trabalhador que me ajudava, quando era depois no lava pratos, sobrava aqueles cofo de bagulho, cabeça, era fato, era toicinho, era tudo, tudo, o meu marido pegava estirava no quintal, pegava a balança e dava pesada pra um, pesada pra outro, pesada pra outro, que quando era no outro dia depois da festa que nós ia roçar não tinha nem um pedacinho pra botar no feijão, nós ia era comprar, que nós fazia tudo pra agradar os pessoal que ajudava (Dona Maria).

Assim como a festa de São Benedito, a de Santa Tereza também possuía todas as etapas do cerimonial, como o *levantamento de mastro com ladainha*, seguido do *baile com radiola*, mas sem o Tambor de Crioula. Eram somente dois dias de festa, realizada nos dias catorze e quinze de Outubro. No segundo dia havia a procissão e a denominada *mesa dos mordomos*. Semelhante à festa de São Benedito, a fartura de comida e bebida é da mesma forma narrada:

[...] eu matava porco, matava boi, mandava fazer um bolo, tudo eu fazia e os pessoal me ajudava, tinha muito ajudante, a casa era cheia, ta vendo, e era festa boa, minha festa era boa. Boa! Era fartura, tinha fartura (Dona Maria).

As finalizações dos rituais também eram marcadas pelo *derrubamento do mastro*, feito logo em seguida aos dias de festa, e o lava-pratos, destinava-se normalmente, às pessoas que trabalhavam na festa.

Mas não só em Peptal realizavam-se festas, em Pedro Marinho organizava-se freqüentemente uma festa de carnaval. Como ressalta seu Melquíades, “sempre meu sogro fazia festa lá. Fazia festa de carnaval”. Não era uma grande festa, marcada por rituais e devoção, “era só um bailinho”, com Seu Zé Caroço diz, “pra gente brincar”.

Em Camaleão realizavam o que eles chamam de *festa de boi*, um festejo para São João. Dona Justina relata que seu pai realizava a festa por promessa ao Santo:

[...] era pro filho dele. Ele tinha o filho mais velho dele, ficou doente, com uma doença, quase morre, aí ele ficou com medo dele morrer, fez uma promessa pra São João, se São João desse saúde pra ele, ele botava o boi até quando ele pudesse botar, ele botava, aí começou.

O boi de Camaleão brincava no povoado na noite do Santo e apresentava-se nos outros lugares da mesma forma, com a participação de brincantes de varias localidades próximas. Como sublinha um informante: “às vezes ia brincadeira que tava 118 brincantes. Era muita gente”.

As devoções aos santos padroeiros e as festas realizadas, como dizem, somente para brincar, definem um calendário de festividades que ocorrem fundamentalmente na estação mais seca, entre junho e dezembro, com exceção da festa de Carnaval em Pedro Marinho. Entremeando todo o ciclo produtivo, “importa salientar que os festejos começam quando a colheita do arroz e do milho, bem como as farinhadas, já terminaram ou ainda estão terminando” (ALMEIDA, 2006, p. 173, v.1). As festas sintetizam um princípio aglutinador capaz de articular distintos lugares em uma unidade, definindo um sentido de territorialidade não pela continuidade natural, mas pelos vínculos sociais. Nesse sentido, o território “transcende a uma noção estrito senso de terra, como recurso básico, e remete a interações sociais entre pessoas e famílias, entre povoados e entre redes de povoados entre si, nas quais as devoções é que definem o pertencimento às comunidades” (ALMEIDA, 2006: 173, v.1).

A organização social das localidades estudadas se dá em planos, que estão em interseção (GERTZ, 1967) e que podem determinar limites espaciais relativamente fixos entre os diferentes povoados.

Os Planos de organização social: a relação entre os lugares

A organização social da vida cotidiana nas antigas localidades pode ser melhor compreendida se considerarmos que ela esteja estruturada em termos de planos de organização social (GEERTZ, 1967) , que se entrecruzam. Dentre aqueles, aponto como mais importantes para este trabalho destaco o das festas religiosas, que estão sempre relacionadas ao calendário agrícola, à relações de compadrio e o as trocas comerciais.

Os planos têm vários componentes com diferentes graus de interdependência e segundo Geertz (1967), a articulação entre eles revela algumas novas formas que implicam potencialidades de um modelo que estava em permanente construção e que foi, no caso do remanejamento dessas localidades, compulsoriamente interrompido. “Ao considerar as interseções de planos organizativos e sem querer absolutizá-los, pode-se dizer que cada um

desses planos consiste num conjunto de instituições sociais apoiadas num princípio de afiliação, ou seja, num modo de agrupar os agentes sociais ou de separá-los uns dos outros (Geertz, 1967, 259-263).

A relação das famílias dos antigos lugares define um sistema de organização social, pois predominam diferentes vínculos que justificam estarem intimamente relacionados uns com os outros. Tais vínculos são tanto econômicos, dados pelas trocas comerciais de alguns produtos ou até mesmo mão-de-obra em alguns casos, quanto afetivos e sociais, seja por casamento entre membros de povoados vizinhos, por compadrio e até mesmo em decorrência das redes sociais estabelecidas em virtude das festas religiosas. Esse relacionamento se dava por laços de amizade, envolvendo um forte sentimento de afinidade e pertencimento, permitindo que famílias de distintas localidades fossem reunidas em um território definido a partir do intercruzamento desses diferentes planos de organização social (GEERTZ, 1967).

Embora geograficamente as localidades estivessem relacionadas pela proximidade física, como os próprios moradores afirmam: “era só Peptal mesmo e Só Assim entre Peptal e Só Assim. Camaleão ficava no meio, o Só Assim com Peptal era uma convivência boa”, a geografia não é determinante. Neste caso, ela parece não funcionar como critério para explicar as formas de coesão social, pois as fronteiras entre os povoados ultrapassavam as barreiras físicas. Existiam, múltiplos vínculos que os ligavam. O que forma, segundo Almeida, um “mosaico complexíssimo de planos cruzados e sobrepostos, além de interações de toda ordem, seja no plano religioso, no plano sindical ou naquela de interdependência ecológica entre os povoados” (ALMEIDA, 2006, p. 75, v.2). Temos, então, uma estrutura com múltiplos povoados em rede (GEERTZ, 1967, p. 259-263), ligados por um sentimento cooperativo, de unidade territorial, coordenado por aspectos da vida em termos de residência, parentesco, compadrio, relações com a natureza, que compõe uma estrutura social, na qual cada base tem uma diferença principal de afiliação social, mas se ajusta às outras de forma única.

Existem vários aspectos que determinam de forma decisiva essa relação entre os povoados, no caso estudado, as festas demonstram o grau de inter-relação. Vejamos o exemplo a seguir:

Pesquisadora: Qual era o envolvimento do seu pai na festa de Seu Zé Carço?

Dona Justina: Meu pai era o mandante da festa com o dono, seu Zé Carço, eles eram compadres né, ele ajudava ele quando botava a festa do boi, e ele ajudava ele quando botava a festa de São Benedito.

Dona Justina, moradora de Camaleão, destaca a relação que seu pai tinha com Seu Zé Carço, dono da festa de São Benedito em Peptal. O vínculo de compadrio os aproximava de tal forma, que um tornava-se o *mandante* da festa do outro. Seu Zé Carço acrescenta, dizendo: “ela ajudava a matar boi, de judiar carne, o pai dela vinha de madrugada, ele vinha pra matar os boi”.

Conforme Almeida, essas “ditas ‘circunscções’ religiosas permitem mapear de uma outra maneira o território [...] estabelecendo vínculos e pertencimentos de várias ordens a povoados não necessariamente contíguos” (ALMEIDA, 2006, p. 170, v.1). Mas essa relação não ocorria somente entre Peptal e Camaleão, Pedro Marinho também fazia parte desse sistema em rede:

Pesquisadora: a sua família participava da festa de São Benedito?

Seu Melquiades: A minha mulher ajudava na cozinha, ajudava, inclusive meus filhos foram juizes na festa de Seu Zé Carço uns três anos mais ou menos, a gente ia pra lá, minha esposa ia pra lá ajudar a dona da festa.

Em troca dessa ajuda, Seu Zé Carço, na época da festa de carnaval, levava o seu congelador, pois era o único que possuía um congelador a gás nas proximidades, haja visto ser o dono de comércio, o qual utilizava o eletrodoméstico para resfriar a bebida que seria consumida durante a festa.

Um aspecto que ratifica a importância dessa relação entre os povoados e as festas religiosas é o Tambor de Crioula, que, tradicionalmente, figura na festa de São Benedito em Peptal. Quando comecei a estudar essa relação, as pessoas me diziam: “tu vai conhecer o tambor de Peptal, é muito famoso, é muito bonito”. A primeira vez que participei da festa, em 2004, já havia transcorrido um ano que freqüentava a *agrovila* e espantei-me ao ver o tambor de crioula e não reconhecer nenhuma das chamadas *coreiras* e nem os *tambozeiros*. Soube, então, que em Peptal nunca houve dançarinas nem tocadores, mesmo antes da mudança. As *coreiras* e *tambozeiros* vinham dos povoados vizinhos. O que me foi confirmado posteriormente em entrevista com Seu Zé Carço: “no Peptal não tinha tocador não né, eles vinham daqui, do Manival, da Conceição, tudo era tambozeiro [...] e as

dançarinas tudo vinha de lá também”. Continuei indagando sobre como eles chegavam à festa e ele respondeu: “era tudo perto, mas eu mandava buscar de carro”.

Apesar dessa particularidade, comentavam que o tambor de crioula *era de Peptal*. O tambor de crioula é só mais um dos exemplos ilustrativos do quão relacionadas estavam as localidades, tal modo que a festa existia somente a partir da participação de famílias de vários lugares. Este fato expressa o sentido de coletividade que transcende as territorialidades específicas. Define, igualmente, um princípio identitário que não se deixa aprisionar na rigidez da geografia.

A atividade produtiva e as trocas comerciais também são determinantes para marcar os planos de organização social. Elas são definidas em grande parte “no plano das relações de parentesco e de afinidade, refletindo a própria composição da família e suas interações mais diretas, consubstanciando a idéia de povoado como uma vigorosa rede social de serviços mútuos e recíprocos” (ALMEIDA, 2006, p. 51, v.1). As unidades produtivas estavam intimamente relacionadas entre si através da troca, como podemos perceber no trecho abaixo:

Pesquisadora: o senhor pescava?

Seu Melquiades: às vezes. Quando eu não ia pescar o pescador vinha do Peru, do Cajueiro, vinha do Santa Cruz, vinha do Camarajó vinha trocar peixe por farinha lá em casa e arroz. Eu não pescava muito, porque a gente tinha a produção e eles tinha peixe, né e eles faziam a troca, mas as vez eu ia porque gostava de pescar né, mas vinha era o peixe, o camarão, a sardinha, o siri, o caranguejo, tudo era lá, pra trocar por farinha.

O sistema social dos antigos lugares era profundamente articulado. As práticas sociais e econômicas que definiam os distintos planos de organização foram afetados, com a implantação do CLA, numa seqüência de atos que pouco a pouco foram afastando os moradores da vida que tradicionalmente tinham e os aproximando de uma vida de incertezas. Assim, a desestruturação de um dos aspectos fundamentais que os constituía enquanto grupo, no caso, o sistema de uso comum, e a imposição de uma nova relação com o espaço baseado no sistema parcelar de terras comprometeu todas as outras relações, alterando profundamente o todo, definido pela articulação e interdependência das distintas localidades.

A transferência compulsória e a constituição dos sujeitos liminares

2

A desestruturação do sistema social dos antigos lugares não aconteceu abruptamente, ao contrário, ocorreu mediante um processo marcado por uma sucessão de atos. Tal ciclo iniciou-se desde a primeira vez que receberam a notícia da possibilidade de mudança, até o dia da mudança propriamente dita. Este processo durou alguns anos, no qual as famílias viveram momentos de grande expectativa e reagiram a elas de diferentes maneiras.

A possibilidade de mudança começou a fazer com que as pessoas experimentassem um sentimento até então desconhecido: a incerteza. Durante anos ficaram sem compreender se era realmente verdade que precisariam mudar. Quando essa hipótese concretizou-se, ficaram outros tantos anos sem saber quando a transferência ocorreria efetivamente.

A notícia da mudança foi apreendida de várias maneiras pelas pessoas e suscitou diferentes reações. Dona Justina, por exemplo, quando indagada sobre como soube da possibilidade de mudança, disse ter sabido apenas por reuniões que eram realizadas ainda no antigo povoado:

Pesquisadora: como a senhora ficou sabendo que teria que se mudar?

Dona Justina: foram tudo em reunião, quem ia mais em reunião era os presidentes, né. Aí quando eles chegavam, faziam a reunião com a gente e avisavam que a gente ia mudar e aí era assim, porque quem ia mais na reunião era eles [...] Ainda foi muitas reuniões. Foi assim quase uns quatro anos.

Seu Melquiades, sempre envolvido nas questões sindicais, pois na época exercia a função de delegado sindical, também comenta essas reuniões, lembrando da primeira vez que ficou sabendo da notícia que poderiam ter que se mudar:

Pesquisadora: como o senhor ficou sabendo que teria que se mudar?

Seu Melquiades: Olha eu não tenho assim a certeza, mas tenho a lembrança, eu me lembro muito bem uma vez que sai do Pedro Marinho pra participar de um seminário em Mangabeira, perto de Pinheiro, né, eu morava no Pedro Marinho, a

gente foi convocado pela CPT, Pastoral da Terra, pra ir participar de um encontro, com várias comunidades, e eu fui, a gente foi escolhido pra ir, quando a gente chegamos lá em Alcântara, pois tinha que pegar o transporte lá na casa paroquial, aí o padre tava lá com os documentos, os decretos deles, né, João Castelo, assinado pelo governo do Estado e Federal e mostrou pra nós que ia ter que sair desses povoados, dessa localidade, pra ceder a terra para o Centro de Lançamento de foguetes de Alcântara. Aí começou.

Esse começo, a qual Seu Melquiades refere-se aponta o início de um longo processo de transição, marcado por incertezas, em que por vezes, cogitava-se a possibilidade de não ser verdade e que tudo não passava de boatos, em virtude da reduzida credibilidade dada às informações que circulavam sobre o assunto:

Pesquisadora: a notícia que vocês iam ter que se mudar foi muito tempo antes de vocês saírem daqui?

Seu Melquiades: Muito tempo, muito tempo antes, pensou que até era mentira, nessa época um padre falou isso, era um padre do Canadá, o padre Elder, o pessoal começou, o sindicato começou a fazer reuniões, alertando os pessoal e nessa época o prefeito era o doutor Pacuri que já morreu, Deus o tenha por lá, aí disse um dia numa reunião que não era verdade não, era mentira, era insinuação da igreja, do sindicato né, fazendo campanha contra, mas não era mentira, era realidade mesmo.

A realidade que começava a desenhar-se na vida das famílias é também percebida por eles como distinta de qualquer outra experiência vivenciada por esses sujeitos. A confirmação da transferência das famílias suscitou as mais diferentes reações. Dona Maria, por exemplo, diz não lembrar como soube da possibilidade de mudança, mas relata o sentimento que nutriu e a reação que tal sentimento desencadeou nela e em outras pessoas do povoado:

Pesquisadora: quando vocês souberam que iam mudar, vocês sabiam o porquê?

Dona Maria: A gente sabia que vinha a Base pra cá e a gente ficou tudo apavorado aí teve muitos que compraram casa em São Luis, pessoas que tavam se mudando, que ia mudar, mas que não ia ganhar a casa e não ia ganhar nada, só ia mesmo ganhar a indenização, aí muitos garraram e foram comprar casa pra São Luis, até eu mesmo comprei uma em São Luis lá.

A compra de casas em São Luis e também em Alcântara foi uma reação generalizada das pessoas, pois a aquisição de uma casa simbolizava segurança, uma necessidade de todos, dada a indefinição sobre quando sairiam, de que forma isso iria acontecer, se teriam ou não casa e qual seria o valor das indenizações.

A insegurança em relação ao futuro foi determinante para os sentimentos que geravam em relação à possibilidade da mudança. A possibilidade de mudar inseriu os

sujeitos em uma situação de expectativas quanto ao futuro, ratificada pela sucessão de acontecimentos, - como veremos adiante - caracterizando o que Victor Turner (1974) denominou de drama social, ou seja, uma série de eventos que interferem diretamente na vida dos sujeitos. Nesse sentido, principalmente os antigos lugares e aquele para onde seriam transferidos definiriam, assim, “the arenas of the action of the this drama spread” (TURNER, 1974, p. 102)

A confirmação de que teriam que mudar fez com que passassem a viver um dilema: provavelmente seriam destituídos da condição de sujeitos autônomos, com controle de suas vidas no espaço social e natural onde viviam. O futuro que se desenhava indicava dias de incerteza.

O Processo de mudança

O processo de mudança constituiu-se mediante uma condição imposta pela Aeronáutica, materializada numa seqüência de atos que sinalizavam para o fato de que as famílias das distintas localidades deveriam adaptar-se a uma nova situação não resultante de uma escolha, uma vez que, sequer tiveram a oportunidade de opinar. Uma situação que lhes foi imposta pelo Estado.

Eventos que marcaram a mudança

A mudança, como um processo, aconteceu de forma gradativa e não significou somente uma simples transferência de lugar. Representou um processo violento de desenraizamento cultural com graves conseqüências sociais observadas até os dias de hoje. As expectativas da transferência foram sendo acentuadas à medida que algumas ações da Aeronáutica tornaram mais próximo o dia da mudança.

Ter que mudar era apenas uma possibilidade, que no início para muitos parecia ser pouco provável, mas, após a realização do levantamento de benfeitorias, cadastramento das famílias e depois a assinatura do termo de adesão a tornou uma certeza. O início da construção das casas e a visita à casa modelo construída para ser mostrada às famílias confirmou o que temiam: seriam transferidos, embora ainda não soubessem, de fato, quando isso ocorreria.

O que se observou foi uma sucessão de acontecimentos em tornos dos quais se processavam discursos que, em suas especificidades ratificavam o caráter positivo da transferência. Apesar de formulados em contextos específicos compunham uma unidade discursiva, já que era possível agrupá-los e relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador. Segundo Foucault (2005, p.30), trata-se de uma “coleção de fatos de discurso”. Esse mesmo autor lembra que, no discurso, há regularidades, ou seja, “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis num espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas” (FOUCAULT, 2005, p. 42).

Foram vários os acontecimentos que definiram o processo de transferência. Apesar de múltiplos, é possível identificar os principais. Cada um desses acontecimentos, que chamo aqui de eventos, marca uma mudança de atitude e de comportamento das famílias, principalmente em função do discurso empregado pela Aeronáutica para tornar cada um desses eventos legítimos, no intuito de fazer cumprir a função a que se destinam. Vejamos a seguir, alguns deles.

O levantamento das benfeitorias e o cadastramento das famílias

Depois de receberem, das mais diversas maneiras, a notícia que teriam de se mudar, considero o levantamento das benfeitorias de cada grupo doméstico, seguido do cadastramento das famílias, os primeiros eventos que marcaram, de fato, a transição. Com essa etapa, os funcionários que representavam a Aeronáutica passaram a fazer parte do cotidiano dessas famílias.

Dona Leandra conta que eles percorriam a todas as casas, não medindo esforços para superar as dificuldades de acesso:

Eles entraram na nossa casa e começaram a fazer levantamento, levantamento das casas, levantamento das famílias, quantas famílias morava na casa, se tinha renda, se não tinha, se trabalhava em terra do estado ou se era terra própria e se tinha quantos que trabalhava de roça, se colhia ou não colhia, então a gente tudo fez esse levantamento com eles. (Dona Leandra)

A aceitação do cadastro das famílias era relativa. Uns, desconfiados, não respondiam às perguntas e impunham certos obstáculos para fornecerem as informações

que a Aeronáutica desejava, inclusive por não saberem ao certo a que fariam com elas. Seu Zé Carço, por exemplo, contou-me em algumas conversas que sempre respondia ter menos bens do que efetivamente possuía, pois acreditava que o levantamento era realizado para que pagassem impostos e hoje diz arrependê-lo, haja visto que o patrimônio indicado rendeu-lhe uma pequena indenização, e que não correspondia a tudo que possuía, pois, segundo ele, foi insuficiente.

Houve também quem aceitasse a presença da Aeronáutica de bom grado, permitindo que levantassem todas as informações que necessitavam. Dona Leandra comentou que as assistentes sociais, ao visitarem as casas, conversavam, pediam água, tomavam café, almoçavam e assim começavam a conquistar a confiança das pessoas. Quando indagada sobre como eram feitos os levantamentos, ela conta:

Fez os cadastros e eles começaram a rodar, começaram a rodar, rodar daqui pra colá, Cajueiro, Peptal, Só Assim e aonde eles não tinha estrada eles metiam trator pra fazer estrada e cortava os pau e atravessava por cima de Brejo e se lamiavam tudo, mas eles tinham que ir lá até encontrar essa moradia pra fazer este cadastro dessas pessoas. Uns aceitaram logo e outros não aceitaram. (Dona Leandra)

Como sublinha o relato de D. Leandra, os funcionários não mediam esforços para realizar suas tarefas. Como numa operação de guerra, abriam caminhos, superavam obstáculos a fim de cumprir a missão. Na realidade tratava-se de um tipo particular de guerra, não no seu sentido bélico, mas sim estratégico. É por essa razão que os informantes destacam a forma como as assistentes sociais se aproximavam dos membros das famílias tentando conquistar sua confiança.

Uma vez concluído o levantamento e depois de todas as famílias residentes na área destinadas à implantação do CLA terem sido cadastradas, os representantes da Aeronáutica passaram a construir o momento da assinatura do termo de adesão.

A assinatura do termo de adesão

A assinatura do termo de adesão ao remanejamento ou ao documento, como membros das famílias chamavam, evidenciou o porquê do levantamento das benfeitorias e do cadastramento das famílias que já haviam sido feitos. A partir desse momento, a mudança passou a ser vista como um fato e não mais como possibilidade. O documento

assinado oficializava, legitimava a ação da Aeronáutica e instigava o imaginário das pessoas. Esse evento funcionou como um marco, que prenunciou a certeza, junto aos moradores, de que realmente sairiam. Dona Leandra narra esse episódio :

Pesquisadora: depois desse levantamento e do cadastramento o que foi que aconteceu?

Dona Leandra: O que aconteceu, quando foi um belo dia o pessoal da Aeronáutica passaram no Peptal onde nós morava e falaram: olha é o seguinte, nós já andamos, já fizemos todo trabalho com vocês e agora chegou a hora de vocês assinar, vocês tem que assinar, porque nós já fizemos todo levantamento e nós vamos precisar desta área pra fazer um centro de lançamento e vocês não podem ficar aqui, porque vocês vão ficar atingido pelo foguete.

A forma como foram abordados para assinar, praticamente surpreendidos, demonstra a estratégia da Aeronáutica em não informá-los do que realmente aconteceria e ainda os colocavam em uma situação na qual a única alternativa era assinar. Aquela situação, controlada pela Aeronáutica, neutralizou qualquer possibilidade de modificação daquele quadro.

Pesquisadora: todos assinaram logo?

Seu Melquiades: então eles disseram que a gente ou tinha que aceitar, se aceitasse tudo bem, e se não aceitasse de qualquer maneira a pessoa sairia.

Além de concretizar uma possibilidade, a assinatura desse documento introduziu de forma visível, os primeiros conflitos internos e as primeiras alterações nas relações cotidianas de vizinhança.

Um dos membros do grupo que à época exercia a função de professora¹³, e em função dessa posição que ocupava no grupo, auxiliava a Aeronáutica propagando a idéia de que a mudança traria melhorias para a vida de todos. Conseqüentemente, o povoado Peptal, localidade que a professora residia, ficou dividido em torno dessa questão, pois no povoado havia pessoas que eram delegados sindicais e também ocupavam posições importantes no grupo. A polarização instaurada influenciava decisivamente o andamento das atividades e por vezes fortalecia as ações da Aeronáutica, em virtude dessa disputa. Dona Leandra relata um acontecimento que marcou tal disputa.

Quando o sindicato saía de Alcântara pra fazer reunião no Peptal, inclusive Peptal que mais era o lugar de fazer as reuniões, pessoas que tinha a chave do colégio, escondia e dizia que não tinha encontrado a chave, tinha perdido a

¹³ Atualmente esta professora já está aposentada e mora em Alcântara.

chave, então muitas e muitas vezes o sindicato fez reunião no meio da rua, porque o povo tava apoiando. (Dona Leandra)

O grupo da professora, como Seu Melquiades chamava, acabou contribuindo para que a Aeronáutica agilizasse a assinatura do termo e neutralizasse o movimento contrário do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais). Ela foi a primeira moradora a assinar, influenciando os adeptos à sua opinião. Essas poucas assinaturas foram utilizadas pela Aeronáutica como instrumento de convencimento das famílias. Os seus funcionários passaram a mostrá-las em outros povoados afirmando que todo Peptal já havia assinado o termo e se uns assinaram os outros teriam que proceder da mesma maneira. Seu Melquiades, que morava em Pedro Marinho conta esse fato.

Pesquisadora: como foi que vocês decidiram assinar esse documento?

Seu Melquiades: Então as casa eram essa daqui, muita gente nessa época, no Peptal morava uma professora chamada P., era muito com eles e lá no Peptal eles obedeciam muito ela aí por isso o pessoal assinaram um convênio com eles né, aí quando eles (Aeronáutica) chegaram lá no sítio ela assinou com um grupo que tinha lá, a professora de Peptal, aí pegaram a assinatura do grupo dela, aí chegaram pra nós dizendo: tá aqui assinado por todo mundo.

A influência que a professora exerceu no grupo e nos outros povoados é também narrada por Dona Leandra:

Então a própria professora ela chamou e disse: olha é o seguinte, eu com meu grupo eu vou assinar, pessoas que não quiserem assinar eu não tô nem aí, mas eu com meu grupo nós vamos assinar, aí eles pegaram o livro que tava na mão da assistente social e assinaram e todas pessoas ali assinaram, com aquela assinatura de seis pessoas, seis pessoas, seis famílias que assinaram, nesse momento eles entraram no jipe e correram até o povoado de Cajueiro, chegaram lá e disseram: olha, tá aqui, já tá assinado, Peptal já assinou e vocês tão aqui no meio, vocês tem que assinar, ou vocês queira ou não mais tem que sair, uns assinaram, outros não assinaram e ficaram naquela, vai não vai, mas o resultado foi todos assinarem. Teve pessoas que não assinou logo, mas com um ano, por aí assim os que não tinham assinado, eles resolveram assinar.

Esses episódios relativos à assinatura do termo de adesão revelam outra ação dos funcionários da Aeronáutica: a cooptação de figuras estratégicas internamente ao grupo. A professora, pelo status que ocupava, acabou tornando-se um aliado importante na política de convencimento, dissimulando, por essa via, os atos da violência explícita, já que, caso não assinassem, seriam retirados por outros meios. Investir nessa alternativa foi a estratégia acionada pela Aeronáutica para neutralizar essa possibilidade.

O documento assinado os aproximava da mudança; ratificava a posição que iriam sair, embora a data ainda não tivesse sido determinada. Depois disso alguns anos se passaram e outros eventos marcaram a proximidade da saída.

Ser consultado sobre o modelo de casa desejada, visitar uma casa modelo, em seguida, presenciar toda movimentação da construtora, homens e máquinas envolvidos no objetivo de construir novos lugares e, por último, visitar as casas já prontas, compõem uma seqüência que confirma a mudança e os põe em definitivo em uma situação de liminaridade, que irei desenvolver mais adiante.

Os eventos que apresento a partir daqui são fatos seqüenciados, que precisam ser assim compreendidos. Mas é necessário, segundo Foucault, buscar neles a coexistência “de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa” (FOUCAULT, 2005, p. 31). Porém, além dessa relação mútua e recíproca entre os fatos, deu-se também compreendê-los na singularidade de cada situação, observando as suas condições de existência e a relação determinada entre os sujeitos.

A consulta sobre o modelo de casa

Após um tempo de movimentação silenciosa da Aeronáutica, iniciaram a consulta junto às famílias sobre como desejariam que a casa fosse construída. Ao indagar sobre esse fato, obtive a seguinte explicação.

Pesquisadora: Dona Leandra, a senhora lembra quando eles começaram a construir as casas? E porque construíram dessa forma?

Dona Leandra: primeiramente, antes de construírem as casas, eles procuraram para nós como nós queria as nossas casas, se nós queria a casa com banheiro dentro, casa de quantos quartos, quantos compartimentos e aí sempre nessa hora tem gente que se aproxima, gente que diz assim, ter mais conhecimento, então disse de que jeito queria a casa, grande e tudo.

As assistentes sociais visitavam as famílias realizando a consulta, de forma bem discreta, sem reuniões e sem questioná-los de forma coletiva. A consulta às famílias sobre o modelo de casa feita de forma individualizada e não coletiva, revela bem o exercício do poder, manifesto dissimuladamente no ato de generosidade virtual. Subjacente a tal ato verifica-se o que Bourdieu (1994, p. 121) denominou de estratégia da condescendência, ou seja, a tentativa de fazer crer que aquele que exerce o poder se coloca na mesma posição

daquele sobre quem é exercido sem que ele apareça como tal. Assim, por meio dessa suposta preocupação com o outro se processam atos de violência simbólica (BOURDIEU, 1994).

O modelo de casa foi concretizado com uma visita programada pela Aeronáutica para mostrar às famílias uma maquete da casa. Esse momento foi registrado e pela fotografia identifiquei Zé Carlos, um dos informantes. Pedi a ele que me contasse como havia sido esse dia, e este respondeu-me que não se lembrava bem, mas disse:

[...] eles botaram lá, o Frazão, a Irene e a Paula, lá em cima de um negócio lá, todo mundo chegou pra perto pra olhar, ai eu também não podia ficar de longe, ai eu fiquei por lá por perto pra bisbilhotar (Zé Carlos).



Foto 3: Maquete do modelo de casa sendo mostrado às famílias.

Após mostrarem a maquete, construíram em Alcântara, na sede do município, uma casa idêntica a casa da maquete, semelhante às que construiriam nas *agrovilas*, que a Aeronáutica denominou de *casa modelo*.

As visitas à casa modelo

Depois de construída a *casa modelo*, a Aeronáutica montou um cronograma de visitas das famílias que seriam remanejadas. Membros da Aeronáutica avisaram dias antes que passariam nos povoados para buscar aquelas pessoas que desejassem ir até a sede do município para observar a *casa modelo*.

Pesquisadora: Zé Carlos como foi o dia da visita à *casa modelo*?

Zé Carlos: O caminhão da Aeronáutica levou nós, foi até a Mercedinha, levou nós pra olhar o modelo da casa, muita gente agradou, eu não me agradei porque o modelo dela não era esse daqui, a varanda é só meia parede, eu falei lá pro Frazão, o nome dele é Frazão, aí eu falei, Frazão, olha doutor, é o seguinte, essa parte de cá não dá certo, na frente tudo bem, mas na cozinha não presta porque quando chover nas privadas molha tudinho aqui dentro de casa. Mas aí ele disse, a maioria já tinha escolhido, já tinha aprovado que era melhor por causa da ventilação, aí ficou, a cozinha só com meia parede.

Pesquisadora: Aí todo mundo aceitou?

Zé Carlos: Todo mundo aceitou

A construção dessa casa permitiu que as pessoas identificassem seus problemas. Aqui, o relato de Zé Carlos evidencia uma oposição de saberes em relação à formas arquitetônicas. A construção das casas, para os moradores, é uma atividade orientada pelos ciclos da natureza, levando-se em conta principalmente o período de precipitação das chuvas como aqueles de estiagem, já que um dos aspectos a ser levado em consideração na construção das moradias é justamente o da proteção tanto das chuvas (no inverno) quanto do calor (no verão). A partir de seus parâmetros ele já antevia que as casas construídas pela Base não seriam satisfatórias.

A Construção das casas e a visita à agrovila

Posteriormente, quando já havia sido visitado o modelo de casa e, aparentemente, aprovado por boa parte das famílias a serem remanejadas, as casas nas *agrovilas* começaram a ser edificadas. A construção das casas movimentou as localidades: pessoas de outros lugares vinham trabalhar nas construtoras encarregadas do serviço, os próprios moradores eram recrutados para esse trabalho. Tudo isso alterou significativamente a rotina dos povoados, ao mesmo tempo, trouxe a certeza de que a mudança estava cada dia mais próxima e conseqüentemente, a vida tranqüila que levavam seria modificada sem que soubessem disso antecipadamente. Essa certeza era percebida de forma clara por seu Melquiades ao dizer: “quando eles começaram a preparar as casas aqui, já tinha uma época certa pra esse povo sair”. Dona Leandra também narra o processo de construção das casas das *agrovilas*:

Pesquisadora: Dona Leandra, depois de saberem como seriam as casas quando eles começaram a construir?

Dona Leandra: Aí depois que a pessoa assinou, chegou a Andrade que veio construir as nossas casas, construir as casas, aí a assistente social pegava o

peçoal lá, vinha aqui olhar, isso aqui era um lamaçal, por isso que aqui hoje é baixo, porque que aqui era brejo, era brejo de você pisar e aquilo estremecer de baixo do seu pé, mexia lá adiante, isso aqui era puxado a guincho, os carros se atolavam, aí fizeram as casas pra cá.

A construção das casas foi marcada por várias idas ao local das obras. Uma vez finalizadas e antes da mudança propriamente dita os moradores visitaram a *agrovila* já pronta. Uns gostaram e outros não do lugar em que estavam sendo construídas as casas. O principal problema apontado era a localização, pois o lugar escolhido era baixo e alagadiço.

Pesquisadora: o senhor sabia para onde ia se mudar?

Zé Caroço: É, nós viemos primeiro vieram um dia trazer pra olhar..

Pesquisadora: Pra olhar? Nesse primeiro dia que o senhor veio pra olhar, como foi, o que o senhor achou desse lugar?

Zé Caroço: Eu não achei, eu achei que dentro é tudo baixo né, quando chove fica tudo cheio, é porque essa, raparam muita terra pra acolá, a torre é do tamanho disso ai, o trator foi levando.

Pesquisadora: e já tava pronto?

Zé Caroço: Já tava tudo feito aqui

A proximidade da mudança promoveu reuniões com maior frequência e visitas às *agrovilas* mais assíduas. Essa assiduidade é contada por Zé Carlos, que comenta também o dia que foi observar o local que iria morar.

Pesquisadora: Antes de levarem vocês para visitar a *agrovila* como tava?

Zé Carlos: ai fizeram a reunião e a mudança tava próxima de se mudar, que já está sendo construído os povoado, ai depois que eles fizeram essa reunião lá eles fizeram outra reunião, esse Coronel Monteiro que foi, que trouxe os pessoal aqui pra olhar as *agrovilas*.

Pesquisadora: e quando tu chegou na *agrovila* como tava?

Zé Carlos: já tava pronto, nós viemos a tarde, o carro foi buscar os pessoal, e nós viemos, só que tava em construção ainda, só quem tava preparada era a lavanderia, o colégio, a escola e as casa já tavam pronta.

Como descrito até aqui, já conheciam o lugar e como seriam as casas que iriam morar ao saírem dos lugares de origem: Santa Rosa, Pedro Marinho, Camaleão e Peptal. Restava saber agora que casa seria destinada a cada família.

O Sorteio das casas

A definição da casa em que cada família residiria foi realizada através de sorteio. A Aeronáutica organizou uma reunião, levou os chefes de família para a *agrovila*, e no local pensado para ser uma *casa de farinha* fizeram o sorteio.

Pesquisadora: como foi que definiram as casas que vocês iam morar?
Zé Carlos: Foi no sorteio.
Pesquisadora: Sorteio?
Zé Carlos: Sim, foi um sorteio lá na casa de forno, na casa de farinha. O primeiro que foi sorteado foi eu.
Pesquisadora: Como era, eles chamavam uma pessoa e pegavam um número.
Zé Carlos: Era a chave, é tinha a chave, com um papelzinho e o número da casa. Ai ela chamava e quem foi que segurou foi até um rapaz aqui do Peptal, não tô lembrado quem foi a pessoa que segurou essa caixa, ai pro lado de lá não tinha mais, o primeiro que foi sorteado foi eu, ai o segundo foi a mãe Leandra. Ai o terceiro foi seu Gaju, o quarto foi Dona Justina, o quinto foi Sulino, irmão de Dona Leandra
Pesquisadora: Nessa ordem foram tirando o nome?
Zé Carlos: Pra cada pessoa que tinha a mão, assim abençoada, é que foram tirando número com número assim quase igual.
Pesquisadora: Ai vocês ficaram, a família ficou perto?
Zé Carlos: Ficou perto.
Pesquisadora: Mais teve gente que ficou separado, o pai da mãe?
Zé Carlos: Ficou separado, o pai da mãe, como o Miguel, o Miguel ficou lá embaixo e mamãe ficou aqui.

O sorteio usado como forma de definir as casas negligenciou completamente as antigas relações de vizinhança, tradicionalmente consolidadas. Famílias foram separadas, filhos ficaram longe de mães, irmãos que sempre moraram perto tiveram que morar longe uns dos outros. Além das famílias terem que se adaptar ao novo ordenamento espacial imposto pela Aeronáutica, às novas distâncias, tiveram também que se adaptar aos novos vizinhos.

Pesquisadora: o que vocês acharam dessa mudança toda?
Zé Carlos: Muitos achou bom, que é porque lá é o seguinte, lá o nosso correio de casa era só a vizinhança, uma vizinhança muito boa, uma vizinhança lá muito boa que nós tínhamos, vizinho, e aqui mudou de vizinho, ai já vinha com nosso queria trocar de casa.
Pesquisadora: Alguém trocou de casa aqui?
Zé Carlos: Não, não trocou não, e ai muitos não queria, porque muitos que não tinha vizinho bom, ai já foi morar pelo vizinho, ai não queria, quer trocar a casa rapaz, ai não rapaz, eu não vou trocar a minha casa não, ai muitos não queriam e ninguém trocou. Mas tinha muita gente que queria trocar.
Pesquisadora: Se trocasse a Aeronáutica ia deixar?
Zé Carlos: Deixava, porque ai era decisão dos dono da casa já. Podia trocar, mas ninguém não quis.

A tentativa de troca a que Zé Carlos refere-se reflete uma atitude das famílias de minimizar os efeitos negativos do reordenamento no novo espaço, buscando acomodar as coisas a partir de suas próprias referências, embora o resultado obtido não se mostrasse satisfatório.

Cada um desses eventos descritos anteriormente, ainda que vistos separadamente, podem ser entendidos como definidores de uma unidade estratégica, todas elas destinadas a assegurar os objetivos traçados pela Aeronáutica. São diferentes momentos, com diferentes ações estratégicas, com distintos princípios de classificação. Essas ações em conjunto, formam um sistema, que Bourdieu (2001, p.11) chama de “sistema simbólico”, “que cumpre sua função política de instrumento de imposição ou legitimação da dominação”, contribuindo assim, para assegurar o predomínio dos interesses do Estado sobre aqueles do conjunto das famílias transferidas compulsoriamente para a *agrovila*.

As Fotos em frente às antigas casas

Dias antes da mudança, os moradores ainda não sabiam em que dia aconteceria o deslocamento, apenas tinham a informação que estava muito próxima. A Aeronáutica promoveu um dia no qual todos tirariam fotos com suas famílias em frente às suas casas. Muitos dos entrevistados mostraram tais fotos e contaram que a assistente social passou, no dia anterior, pelas residências afirmando que no dia seguinte um fotógrafo viria para fotografar as famílias diante de suas casas. No dia determinado todos esperaram, arrumados, como era costume na época, para serem fotografados. Vejamos algumas:



Foto 4: Antiga casa de Dona Leandra (Peptal Velho)



Foto 5: Antiga casa de Seu Zé Carço (Peptal Velho).
Da esquerda para a direita: *tribuna*, seguida da quitanda (comércio) e de sua casa.



Foto 6: Antiga casa de Dona Maria (Peptal Velho)

As fotos feitas nas antigas localidades integraram um documento, que muitos moradores ainda guardam, entregues a eles dias depois da mudança. Neste documento constam o nome da localidade, o nome do proprietário da casa, a foto e em seguida o texto abaixo, assinado pelo diretor executivo do GICLA, conforme ilustração a seguir:

“Agradecemos a colaboração e participação neste trabalho que representa o primeiro passo para a concretização da obra do Centro de Lançamento de Alcântara que estamos realizando juntos”.

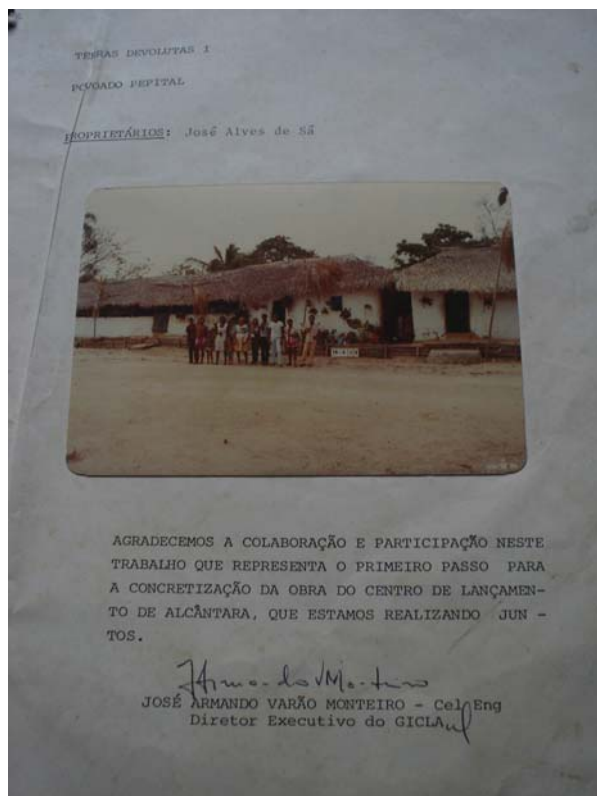


Foto 7: Documento entregue as famílias das localidades remanejadas, depois da mudança

A entrega do mencionado documento, algumas semanas depois das famílias terem se instalado na *agrovila*, reafirma o ato de violência simbólica. Imaginemos um lugar sem água, árvores, os animais morrendo, as assombrações aparecendo, - como veremos no próximo capítulo -, sem nenhuma referência de lugar, de vizinhança, sem saber até mesmo onde ficava a estrada que levava à sede do município Alcântara, obrigados a compartilhar um mesmo espaço com famílias de diferentes localidades, enfim, vivenciando um contexto de profunda desestruturação social e emocional e, depois disso, receber em sua residência uma foto de sua antiga casa? Esta foto, seguramente evocou lembranças, sentimentos de perda, de desamparo; ratificou a violência a que foram submetidos; sentenciou de forma radical a precarização das condições de vida que aquele lugar despersonalizado lhes proporcionaria.

A entrega do documento, menos que um ato de benevolência, sintetizou a desumanização que foi a transferência compulsória para a *agrovila*. Representou um ato de barbarizar o já barbarizado; de ferir aquelas famílias naquilo que as constituía como grupos específicos e autônomos. Significou também um ato de negligência por parte dos coordenadores do GICLA em relação aos sentimentos que as pessoas nutriam de suas antigas localidades de origem. A entrega do documento foi burocraticamente tratada como se não fosse permitido às famílias sofrer a perda de suas antigas formas de vida.

As estratégias de convencimento da Aeronáutica

O discurso usado como convencimento materializa os eventos. Cada um deles, tratados como unidades discursivas compunham um todo coerente, que teve o objetivo de convencer, também pelas palavras, que a mudança para as *agrovilas* seria algo bom para as famílias.

Não só os eventos já mencionados garantiram o convencimento, mas também um conjunto de ações da Aeronáutica, desde as assistencialistas a promessas que excitavam significativamente o imaginário das pessoas.

O conjunto de ações que chamo de assistencialistas baseava-se, principalmente, na doação de roupas, calçados e brinquedos para as crianças em datas comemorativas, como natal e dia das crianças. O depoimento de Dona Justina, a seguir, aponta tais atitudes como estratégias da Aeronáutica para convencer os moradores dos povoados e também transparecer uma falsa impressão que estavam sendo e seriam, depois da mudança, ajudados.

Eles faziam um bocado de coisas, assim pro natal, acho que pra exibir as pessoas, davam brinquedo, assim, roupinha para criança, chinelinho, aí davam.
(Dona Justina)

Outra estratégia acionada e que considero a mais eficaz, diz respeito ao discurso carregado de promessas de melhoria na qualidade de vida, que passariam a adquirir a partir da transferência:

Então a Aeronáutica chegou, prometeu as pessoas, nós lá, o que nós desejaria, o que nós queria para nossos filhos, se nós queria um bom colégio, uma boa casa, uma boa administração, uma coisa muito boa e todo mundo pensou no futuro dos nossos filhos, porque nós mais velhos, nós não tivemos essa oportunidade

que hoje nossos filhos tavam tendo e eles tavam oferecendo, então a gente se rendeu pra ele, não como nós tava necessitando mas nós pensamos na situação dos nossos filhos, no melhoramento, eles prometeram, se a gente não queria se mudar daquele lugar, daquela vida pra ir pra uma vida melhor, era uma vida de muito sofrimento, que a gente não ia mais sofrer e aí a gente ficou assim pensando e a gente fez os cadastros.

(Dona Leandra)

As palavras exercem sobre os sujeitos uma ação quase mágica, possuem uma eficácia que tem efeito de um verdadeiro milagre, pois “reside sem dúvida no fato de que eles conseguem fazer crer aos indivíduos que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa” (BOURDIEU, 1996, p. 106).

Ainda sobre esse assunto, além das promessas, a Aeronáutica preocupava-se em conscientizar as famílias, demonstrando que todo o processo era legítimo, trazendo para atuar junto de si órgãos públicos como Universidades, Incra e Emater, conforme depoimento de Seu Melquiades:

A Aeronáutica conscientizava as pessoas de que a gente não ia sentir nada, eles iam fazer tudo dentro da lei, tudo que o governo queria fazer, aí nessa época, eles movimentaram a Emater, o pessoal de Universidade, pessoal do Incra, foi trazendo tudo pra conversar com a comunidade de Alcântara.(Seu Melquiades)

O discurso da Aeronáutica, afirmado como verdade e com autoridade, incorporando a força da lei, constitui um ato de conhecimento, um saber próprio e alheio ao outro, que se funda no poder do reconhecimento pelo discurso que anuncia. Nisso reside o que Bourdieu (1996, p. 111) chama de “ato de magia social”, ou seja, “quando aquele for capaz de reconhecer por sua palavra o poder que tal palavra garante por uma usurpação provisória ou definitiva, qual seja o poder de impor uma nova visão, uma nova divisão de mundo social: consagrar um novo limite”. Ou seja, a Aeronáutica fez: consagrou por meio do discurso um novo limite entre a vida que os sujeitos tinham e a vida que eles deveriam querer ter.

A questão do conhecimento, do saber enquanto poder de conhecimento, utilizado pela Aeronáutica para atestar a validade do projeto Aeroespacial Brasileiro em oposição ao desconhecimento das famílias remanejadas é posta por Dona Leandra como principal causa da saída das famílias dos seus antigos lugares.

Pesquisadora: Mas a que a senhora atribui a saída de vocês de lá do Peptal Velho?

Dona Leandra: Faltava conhecimento, mas o povo ficaram embelezado com as promessas dela, quem que não quer o melhor?

O convencimento dava-se pelas palavras, um poder invisível, no qual os sujeitos não sabiam que estavam sendo manipulados pelo discurso. É o que Bourdieu (2001, p.08) chama de “poder simbólico”, um poder capaz de “constituir o dado pelo enunciado, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecida, quer dizer ignorada como arbitrário” (BOURDIEU, 2001, p.14). Mas, esse poder precisa de sustentação, o que só é possível por meio de um sistema institucional que imponha essa autoridade e a Aeronáutica possuía todo esse aparato necessário: advogados, soldados, coronéis, assistentes sociais; aparato esse que impõe e reconduz o poder simbólico e não o exerce sem pressão, “nem sem ao menos uma parte de violência” (FOUCAULT, 2003, p.14), que no caso estudado, é de violência simbólica.

A expectativa da mudança

A sensação de insegurança e incerteza sobre o futuro que lhes aguardava atingiu, naquela época, todas as famílias mais imediatamente ameaçadas pelo deslocamento compulsório e os demais moradores da área desapropriada para implantação do CLA. Essa sensação compartilhada, por todos, era construída não só pelo discurso de convencimento, mas também pelos acontecimentos a ele relacionados. Eram atitudes construídas sob a forma de violência, não na sua forma física, mas na forma de “violência simbólica” (BOURDIEU, 1975, p.19), que se trata, igualmente, de uma violência social, pois usando do poder simbólico, como já foi mencionado acima, é capaz de “impor significações e de forma legítima, dissimulando as relações de força de sua base”. Mas a violência simbólica não pode produzir seu efeito se não o forem dadas às condições necessárias para isso.

As condições foram propiciadas a partir do discurso de convencimento, que levou muitos a acreditarem que mudar para a *agrovila* seria uma boa alternativa para melhorar de vida. Isso pode ser claramente percebido nas expectativas que alguns alimentavam, na época, em relação à mudança.

Pesquisadora: quando vocês viram esse lugar todo construído, como vocês ficaram?

Zé Carlos: Tudo mundo ficou alegre, porque tudo bem que nós morava lá, era bom era um povoado que oferecia, oferecia trabalho pra gente, tinha da pessoa ganhar dinheiro, chegemo aqui, todo mundo simpatizou, todo mundo gostou.

Pesquisadora: tu te preocupou com alguma coisa?

Zé Carlos: Eu fiquei preocupado com aquela distância que nós ficemo do igarapé, da pescaria, ficou muito longe.

Pesquisadora: Quando tu veio a primeira vez quer dizer que tu pensou logo nisso?

Zé Carlos: Pensei nisso que ficava muito longe pra pescaria e ia se tornar mais difícil.

Mas, nem todos tinham essa mesma expectativa da mudança, principalmente os mais velhos. Vejamos dois casos: Seu Melquiades e Seu Zé Carço.

Pesquisadora: o que o senhor esperava da mudança:

Seu Melquiades: Eu sempre pensei que a gente deixar o lugar que a gente se habituou, se adaptou, pra vim prum lugar que a gente não sabe se ia ser realmente da gente, então, a situação a gente sabia realmente que não ia ser muito boa.

Pesquisadora: o que o senhor sentiu quando disseram que o senhor ia ter que se mudar?

Zé Carço: Não é medo, mas só que o destino nunca ia dar certo como lá, a roça, a gleba que eles dá, a gente planta maniva e morre assim tudo.

A expectativa de saírem do lugar a que estavam habituados a viver despertou nas pessoas sentimentos indefinidos e a única clareza que se referia à insegurança acerca da garantia material de vida e da possibilidade de terem terra para implantar seus roçados, elemento fundamental na vida cotidiana das famílias.

Os dias da mudança

O momento de saída das famílias de seus antigos lugares e a chegada à *agrovila* não se configura rigidamente como dois pólos opostos. Percebi que não havia uma simples transição entre lugares, mas que existia um momento *entre*, que se passa em outro tempo, que não o linear e em outro espaço que não o geográfico. Esse outro tempo e lugar podem ser definidos como uma situação de “liminaridade” e não somente de transição, como pensava inicialmente. Na liminaridade, há particularidades sociais que Victor Turner (1974, p. 116) denomina de “fase liminar”.

Essa idéia de “fase liminar” caracteriza o momento, ou seja, o período no qual pessoas ou grupos “não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre posições atribuídas e

ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimoniais” (TURNER, 1974, p.117) e ainda, esse momento traz consigo um “vínculo social generalizado que deixou de existir, e contudo, simultaneamente, tem que ser fragmentado em uma multiplicidade de laços” (TURNER, 1974, p.118). É dessa forma que vejo o processo de mudança forçada de lugar que os moradores da *agrovila* de Peptal sofreram.

Por um tempo eles não eram mais do hoje chamado Peptal Velho e, ao mesmo tempo, ainda não eram da *agrovila* Peptal. Não estavam nem neste nem naquele espaço, flutuavam em meio a uma dificuldade de localização, tanto espacial, como temporal. Em consequência dessa transição laços sociais foram desfeitos, bem como outros foram construídos.

O processo de desestruturação dos costumes dos povoados já vinha acontecendo desde o primeiro ato de intervenção da Aeronáutica, ou melhor, desde os primeiros contatos estabelecidos com as famílias nos antigos povoados, como vimos em itens anteriores. O dia da mudança apenas consolida e serve de marco para esse processo.

A única certeza que as famílias tinham era que iriam se mudar, afinal de contas já tinham assinado uma série de documentos e as casas já estavam construídas, contudo, continuavam sem saber quando mudariam. Essa notícia veio somente um dia antes daquele que deveriam sair.

A ordem de saída das famílias também não foi definida com antecedência, não sendo a mesma do sorteio das casas, embora tenha coincido de a primeira pessoa sorteada ter sido a primeira a ser transferida. Mudaram em uma ordem aleatória estabelecida pela Aeronáutica, na qual vizinhos próximos e famílias passariam a morar longe umas das outras. Nos primeiros dias as mudanças eram feitas de forma que, aqueles que chegavam ficavam bem distante uns dos outros. O corte na relação entre as pessoas começa a ser dado nesse momento. São obrigados a sair e não podem ficar perto dos conhecidos, conforme fragmento abaixo:

Pesquisadora: como vocês souberam o dia que iam mudar?

Zé Carlos: Dia antes da mudança, foi a última festa que Zé Carço fez lá, em setembro que teve, em 86, ai é que eles foram lá e ai disseram ó amanhã é que começa a mudança de vocês, na primeira noite da festa de seu Zé, começa a mudança de vocês, ai quando foi oito horas, de manhã, os caminhão chegaram, ai nesse dia quem se mudou fui eu.

Pesquisadora: eles avisaram de que forma?

Zé Carlos: ele chegou e disse olha a primeira mudança é tua, o carro já ta na tua porta, eu olhei pro carro e meus olhos encheu d'água, porque tinha poucos tempo que eu tinha vindo de São Luis e eu já tinha construído o meu lar, já tinha construído o meu lar com a minha a esposa, eu já tinha a minha filha, vivia muito bem, tinha do que trabalhar, tinha de onde ganhar o dinheiro, tirar o sustento, eu achei um pesadelo pra mim, eu disse pra ela, minha mulher vamo enfrentar outro obstáculo pior do que esse que nós enfrentemo, esse aqui já foi resolvido, agora nós vamo enfrentar um que ninguém sabe, só Deus sabe como é que vai dar isso, ela disse não, nós vamo, é assim mesmo, talvez dê certo é um lugar bom, e o lugar pode ser bom.

No primeiro dia foram transferidas quatro famílias e realizaram a mudança durante todo o dia. Os moradores revezavam-se entre o auxílio àqueles que estavam mudando e a ajuda na organização da festa de São Benedito, que estava ocorrendo nesse momento. As famílias que mudaram não ficaram próximas umas das outras, ficaram em pontos bem distantes na *agrovila*. Na mesma noite a Aeronáutica enviou um carro para buscá-los para participar da festa.

Pesquisadora: como é que foi nesse primeiro dia que tava só vocês quatro.

Zé Carlos: Ah, nos primeiros dias até que ainda foi, foi só um dia, que cinco horas, eles chegaram com o carro e levaram nós pro festejo.

Pesquisadora: ai nesse dia tu dormiu lá?

Zé Carlos: Nós dormimo lá, na casa de mamãe, eu ia ajudar a fazer a mudança dela no outro dia, também botar as coisa dela no carro.

Somente após alguns dias, com a chegada de mais famílias, a *agrovila* foi ganhando movimento, principalmente depois do término da festa de São Benedito, como complementa Zé Carlos:

[...] Já no terceiro dia, ai terminou a festa, foi mudando os outro pessoal, ai foi mais uma animação, porque já se encontrava por ai, teve até gente quando se mudou pra cá, logo no começo, vinha pra lavanderia, e quando vinha não acertava a casa que já tava morando. Osmarina, mulher de Miguel foi uma, porque as casa era tudo igual.

Os dias de mudança foram marcados por sentimentos de perda, tristeza e distanciamento. Para várias pessoas fiz a mesma pergunta: como foi o dia da mudança? Observemos a seqüência de respostas:

A nesse dia, senhora, foi uma emoção, sabe que esse negócio de mudança assim fica tudo difícil, eles ficaram de dá com oito dias, ficaram de dá assistência pra gente, bandeco essas coisas, de dá a comida e que nada, foi só nesse primeiro dia.

(Dona Maria)

Ah, foi um dia muito triste pra gente.
(Dona Justina)

Perguntei também para Dona Justina, o porquê desse sentimento e ela respondeu:

Ah, a gente largou a casa da gente, botamo tudo no caminhão, os menino tudo triste, pergunta: mamãe pra onde nós vamos? Minha filha eu não sei pra onde nós vamos, chorava as crianças. Aí eles diziam: mamãe pra onde nós vamos, aí eu digo: nós vamo simhora, minha filha, não chore mamãe, não chore, ai foi muito triste.

Continuando a seqüência de respostas, Seu Melquiades disse:

Foi triste. É a gente foi obrigado a mudar mesmo, mas, é, até hoje a minha esposa, ela tem saudade de voltar pra lá, eu, não, não vou mentir não, se fosse pra voltar pra lá eu não queria não.

Indaguei ainda como tinha se sentido nesse dia e rapidamente respondeu-me:

Minha amiga eu me senti mucho, né, quem muda mucha, né, quem muda mucha, eu to te falando, muita gente chorou, chorou.

Esse último relato, de Seu Melquiades, demonstra o sentimento de perda e o rápido empobrecimento causado pela mudança. Murchar para ele é a palavra encontrada para designar a falência a que foram submetidos os camponeses, a partir da transformação compulsória de suas tradicionais formas de plantio e de acesso aos recursos naturais.

Os sentimentos demonstrados neste dia, por vezes, eram contraditórios e até opostos, principalmente entre as diferentes gerações. Não houve apenas tristeza, houve também quem se sentisse feliz com a mudança, Zé Carlos conta que os mais velhos foram os que se sentiram mais tristes.

Pesquisadora: Como é que foi nesse dia?

Zé Carlos: Pra mim foi alegria, pra muitos foi tristeza, inclusive pros moradores mais antigos de lá, para meus pais, que era morador mais antigo que fundou o Peptal, vê dizer que foi esse o pessoal, foi uma tristeza, choraram, porque tavam saindo de uma terra que era tão rica pra vim pra cá, porque ninguém sabia como era que ia ser aqui.

Pesquisadora: Tudo indeciso?

Zé Carlos: Tudo indeciso, muitos, muitos falavam que ia ser, dar bom, outros falavam que não iam dar certo, que ia ser ruim, e ai foi aquela, aquela revolução, uns achavam que era bom, outros achavam que era ruim, e começou.

Sobressai no relato o sentido do desenraizamento, da perda de vínculos fundamentais com o lugar de origem, de afastamento do lugar da certeza, da terra rica. O novo lugar era a antítese disso, ou seja, o lugar do desconhecido, o lugar da incerteza. O fato de terem sido praticamente arrancados de suas casas imprime uma imagem de algo que não volta mais, de uma vida anterior que sempre vai ser melhor do que a atual. A transferência para a *agrovila* foi uma experiência traumatizante para todos os moradores de Peptal, especialmente por ter sido no dia da festa de São Benedito, como mostra o fragmento abaixo:

Dona Leandra: Nós se mudamos pra cá, eu até hoje tenho muita saudade do lugar porque nós quando se mudamos pra cá foi no festejo de São Benedito, que Seu Zé Carçoço que o nome dele é José Alves Sá, mais conhecido por Zé Carçoço ele era o proprietário lá do Peptal Velho e fez essa festa pela ultima vez, então nós se mudamos pra cá em 86 no dia nove de setembro, nós se mudamos pra cá, entramos dentro do caminhão, deixamos a festa pra trás, o restinho da festa e nós se mudamos pra cá, eu vim chorando que parecia que eu tinha deixado, que nesse momento era que eu tinha deixado todos os meus familiares, e deixei pra trás mesmo, deixei minhas plantaçoão, deixei tudo, o que eu trouxe de lá, que nós trouxemos de lá foi somente as criação e o restinho que ficou por lá, uma gata, depois eu mandei buscar e até hoje eu tenho saudade desse lugar.

Dona Maria também lembra desse dia, narrando a sua mudança no último dia da festa, embalada ao som dos músicos tocando no chamado lava-pratos:

Pesquisadora: a senhora se lembra do dia que a senhora se mudou?

Dona Maria: Me alembro sim, eu não lembro muito foi a data do mês. Ah! quer dizer que a data do mês eu me alembro, agora é o ano que eu não me lembro. Aqui a minha mudança que o carro trouxe foi no dia oito de setembro, foi antes do lava prato da festa de Zé Carçoço, os musico tavam tocando lá pro fim da festa e veio a primeira mudança, aí depois veio os outros.

A festa, como dito no capítulo anterior, é um momento de reforço da identidade do grupo, na qual laços de amizade são reforçados, possibilidades de casamentos concretizam-se. É também um momento de circulação intensa de produtos, serviços, solidariedade e reciprocidade. Há nisso, um enorme conjunto de eventos e que são por si muito complexos. Em função dessa multiplicidade de eventos simultâneos que a festa de São Benedito pode ser entendida como um (MAUSS, 1974, p. 41) fato social total, pois nela está presente “ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, políticas, jurídicas, morais, familiares, econômicas”.

A saída, exatamente nos dias da festa, mostra a arbitrariedade da condução do processo de mudança e concretiza um ciclo de atitudes violentas por parte da Aeronáutica, “que constituem violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário de um arbitrário cultural” (BOURDIEU, 1975, p. 20). É a imposição de um modo de vida diferente do modo até então vivido pelas famílias de Peptal, Pedro Marinho, Camaleão e Santa Rosa, como se este fosse legítimo. Sair no momento da festa constitui uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social vigente e opera no imaginário das pessoas de forma extraordinária.

Extraordinária no sentido de cumprir sua função social de estabelecer uma linha limite na passagem, quase sempre despercebido, pois consagra a diferença e a institui. Instituído, nesse caso, ao mesmo tempo quem é remanejado, quem é atingido e quem não o é.



Foto 8: Chegada na *agrovila*.
Fonte: ARAÚJO (1990)

O que significa estabelecer essa linha exatamente nesse momento? A festa passa agora a ser, além de um momento de celebração, um momento que concretiza a passagem, que estabelece o início de um drama social, no qual as famílias passaram a ter que viver. É o drama da alteração profunda nos seus costumes e relações secularmente enraizadas.

A última festa realizada no povoado Peptal foi realizada com um empenho maior e o envolvimento de todos, entretanto sentimentos de dúvida e tristeza foram sua maior marca, como relata Zé Carlos:

Pesquisadora: como foi a ultima festa no Peptal Velho?

Zé Carlos: ah, foi uma festa boa, uma festa bonita que foi um festa de despedida, bonita, de muita bebida, muita comida, foi a despedida que nós fizemo do lugar. Muita gente chorando.

Seu Zé Carçoço, dono da festa, conta como foi fazê-la a última vez:

Pesquisadora: Seu Zé como o senhor fez a última festa?

Zé Carçoço: eu fiz melhor, fiz melhor, porque era a derradeira lá, hein, hein, ai deu muita gente também.

Pesquisadora: e me diga uma coisa, como era que o senhor se sentia fazendo a festa, sabendo que era a ultima lá no seu lugar?

Zé Carçoço: não, eu imaginava, mas não podia mais fazer nada né, que já eram obrigados a se mudar, as casas já tavam prontas aqui

Pesquisadora: mas, o que o senhor ficava pensando, o que o senhor imaginava?

Zé Carçoço: eu imaginava sempre, que era nunca como era lá

Pesquisadora: é?

Zé Carçoço: é, e não é mesmo, a que tão fazendo aqui, não era como era lá.

O relato de Seu Zé Carçoço caracteriza de forma clara este momento que chamo de liminaridade, no qual o que se tem é sempre posto em oposição ao que não se pode mais ter, de um momento entre duas realidades e em nenhuma delas ao mesmo tempo, como poderemos entender melhor no item abaixo.

A constituição dos sujeitos liminares

Na liminaridade, há particularidades sociais que Turner (1974, p. 116) chama de “fase liminar”. Essa “fase liminar” caracteriza o momento, ou seja, o período no qual pessoas ou grupos “não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial” (TURNER, 1974, p. 117) e, ainda, esse momento traz consigo um “vínculo social generalizado que deixou de existir e, contudo, simultaneamente, tem que ser fragmentado em uma multiplicidade de laços” (TURNER, 1974, p. 118). É dessa forma que vejo o processo de mudança de lugar que as diferentes famílias da *agrovila* de Peptal passaram.

Embora as leituras de obras de Turner tenham sido importantes, principalmente por ter sido meu primeiro contato com a noção de liminaridade, passei a não mais de utilizá-la como principal fonte de referência, pois com o passar do tempo e o avanço das atividades de pesquisa, percebi que pensar o processo de mudança em fases poderia me gerar algumas dificuldades. A primeira delas é que os acontecimentos não são rapidamente demarcados, como se pudessemos encaixá-los sem maiores prejuízos em fases. O processo

de mudança não é uma estrutura estanque, passível de ser enquadrada em fases como Turner propõe.

Há uma transitoriedade entre os espaços e é este aspecto que define a liminaridade como um “estar entre”, nem antes e nem depois. É um “estar entre” que está posto no pensamento de quem vive a experiência da liminaridade. É pensar entre o lugar que não se refaz mais e pensar o lugar que ainda está em construção. É um outro pensamento que se situa nos dois lugares e em nenhum deles, que se situa em sua fronteira.

Há, portanto, uma maneira de pensar característica, uma maneira que Mignolo (2003, p. 26) chama de “pensamento liminar”, o que para ele “implica em pensar a partir de ambas as tradições, e, ao mesmo tempo, de nenhuma delas” (MIGNOLO, 2003, p. 102). É um outro pensamento que “tem a possibilidade de superar a limitação do pensamento territorial” (MIGNOLO, 2003, p. 103).

O pensamento liminar constitui o ponto de partida para compreender o envolvimento com os lugares, pois quanto mais diversas são as relações, maiores são as possibilidades de se sentir parte deles. O problema é que a reconstituição do novo lugar não forneceu condições necessárias de readaptação, como já pôde ser observado em outras partes deste trabalho.

A desorientação no novo espaço, a agrovila, que conduz a uma certa desorganização torna a apropriação e a associação mais difícil, pois os sujeitos agem sob determinada organização. O lugar afeta o homem, sua personalidade e, principalmente, suas atividades. O sentido do lugar não é apreendido somente através da circunscrição física do espaço povoado, ele depende necessariamente da experiência. Nesse ponto, a relação que os moradores tinham com a terra é fundamental para compreender o processo de adaptação, pois essa é sua experiência mais significativa. É uma relação sentida profundamente, o que a terra dá, o sustento que se tira dela, a alimentação, são fatores que marcam decisivamente o significado do lugar.

“A organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais” (AUGÉ, 1994 p. 50). O homem tenta tornar compreensível o universo que o rodeia e o faz através da classificação de seus elementos, procurando encontrar influências mutuas entre eles. Durkheim & Mauss nos mostram que as classificações que os homens

fazem de seu mundo estão localizadas no espaço, em função dos seres, dos acontecimentos e também em função dos lugares que ocupam, “há afinidades sentimentais entre as coisas assim como entre os indivíduos e é de acordo com estas afinidades que elas são classificadas” (DURKHEIM; MAUSS 1981. p. 453). O lugar é particularmente uma forma de espaço vivido e vinculado ao território, uma experiência de vida profundamente enraizada no emaranhado das tradições.

Dessa forma, o lugar afeta o homem, sua personalidade e, principalmente, suas atividades. O sentido do lugar não é apreendido somente através da circunscrição física do espaço povoado, ele depende necessariamente da experiência, por isso o homem “atribui personalidade ao espaço, conseqüentemente transformando o espaço em lugar” (AUGÉ, 1994. p. 103). As relações e sentimentos envolvidos num lugar levantam uma importante questão: de que maneira se constrói essa relação com o lugar?

Na tentativa de explicar essa questão, Y- Fu Tuan (1986, p. 184) se refere a uma simples casa: “uma casa é um edifício relativamente simples. No entanto, por muitas razões, é um lugar. Proporciona abrigo, a sua hierarquia de espaços corresponde às necessidades sociais, é uma área onde uns se preocupam com os outros, um reservatório de lembranças e sonhos”. No entanto as casas por si mesmas não criam um sentimento de lugar, é a satisfação das necessidades práticas e também simbólicas (currupira, mãe d’água, lugar onde se enterram os mortos e também o umbigo dos bebês), que estimulam significativamente o sentimento de singularidade e de identidade.

Já Escobar (2000. p. 170) aponta “el lugar em tanto que experiência de uma localización particular com uma cierta ligazón a la tierra, um cierto sentido de los limites y uma conexión com la vida cotidiana, incluso se su identidad se construye continuamente, si quedar nunca fijada”. As possibilidades de localização podem ser bastante numerosas e capazes de construir e reconstruir o lugar, muitas vezes em função da ação dos homens, mas não exclusivamente ligada a ele, nem mesmo a experiência perceptiva do lugar, entendida como a percepção que o homem tem do seu mundo. Conforme Bourdin (2001, p. 167), “o lugar constitui um conjunto de recursos cujos vínculos permanecem relativamente indeterminados”, facilitando “a multiplicidade das relações com um mesmo lugar” e isto produz a localização. Essa experiência de localização, entendida por mim como uma

experiência de vivenciar um espaço e atribui-lhe personalidade e o vínculo com recursos que o lugar pode oferecer podem ser claramente entendidos na situação estudada.

Neste caso, os lugares são postos em oposição em virtude da ausência de recursos mínimos necessários para a manutenção do grupo é sempre posta em oposição à condição antes vivida. Essa comparação constante estrutura o pensamento liminar, “é uma dupla consciência, uma dupla crítica atuando no imaginário” (MIGNOLO, 2003, p. 128). Imaginário, aqui entendido como “todas as formas pelas quais uma cultura percebe e concebe o mundo” (MIGNOLO, 2003, p. 48). Dessa forma, o pensamento liminar é também “um momento de fissura no imaginário do sistema” (2003, p.49).

A festa de São Benedito, santo padroeiro da localidade foi o momento que melhor compreendi essa ruptura com o imaginário caracterizado por Mignolo, pois num momento da história dos moradores de Peptal a festa passou a marcar uma passagem, uma transição, haja visto a mudança do lugar acontecer durante os dias da festa, como foi tratado anteriormente, neste mesmo capítulo. Por esse motivo, acredito que, para eles, a festa além de confraternização religiosa e de fé, além de marcar o fechamento de um ciclo anual (fim da colheita e início do preparo do solo para esperar a chuva que marca um novo ciclo), marca também a ruptura com o lugar de origem e a mudança para o lugar desconhecido. O que me possibilitou, com efeito, trabalhar a festa como um rito de passagem, entendido como “ritos que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social de idade” (TURNER, 1974 p. 116). Mas, considerar a festa como um rito de passagem é uma construção pessoal, não é assim considerada por quem vive e pensa a liminaridade.

O que é ter na história das famílias dessas distintas localidades uma festa inacabada? O que significou sair nesse momento? Uma resposta possível seria que sintetizam a expressão da violência simbólica na sua plenitude; reafirmam os atos da violência legítima (Weber, 2001) implementada pelo Estado.

No processo de mudança há um conjunto de acontecimentos, temporal e espacialmente marcados, como vimos no início deste capítulo. Todos esses acontecimentos relacionam-se a estar nos dois lugares e não ocupar nenhum deles ao mesmo tempo. Há uma transitoriedade entre os espaços e também um espaço abstrato que transcende a própria experiência de localização.

É o aspecto da transitoriedade que define a liminaridade como um “estar entre”, nem antes e nem depois. É um “estar entre” que está posto no pensamento de quem vive a experiência da liminaridade; é pensar entre o lugar que não se refaz mais e aquele que ainda está em construção. É um outro pensamento que se situa nos dois lugares e em nenhum deles; que se localiza em sua fronteira.

A mudança de lugar e todas as transformações por ela causadas coloca os sujeitos na posição de elaborar ligações, através dos elementos instáveis que o novo lugar oferece. Eles passam a exercer “uma função transferencial pela qual o passado dissolve-se no presente, de modo que o futuro se torna (mais uma vez) uma questão aberta, uma vez de ser especificado pela fixidez do passado” (BABHA, 1998, p. 301). Babha (1998, p. 307) considera então que a liminaridade dessa experiência coloca os sujeitos como “sujeitos da diferença cultural”, ou “sujeitos da liminaridade”, ou ainda, “sujeitos esquizóides”, ou seja aquele que está no entre-meio, entre duas condições de fronteira.

Durante o trabalho de campo percebi que os membros do grupo marcam um conjunto de acontecimentos, temporal e espacialmente marcados, tais como, o dia que receberam a notícia da mudança, a preparação e a espera, a proximidade do dia, a mudança em si, entre outros.

Voltando a questão colocada por Babha (1998), de que a liminaridade estabelecesse “entre- tempos” e “entre- espaços”, é preciso esclarecer, mesmo que rapidamente, essa idéia de tempo e espaço, pois, segundo Durkheim (1996), essas duas categorias são fundamentais para o entendimento da vida em sociedade.

Já que estou tratando de acontecimentos temporalmente marcados e do tempo de adaptação ao novo lugar, é preciso colocar em análise a noção de duração. O que se escolhe como ponto de referência são alguns fenômenos materiais, ou não. É a ocasião que lhes oferece o que todos percebem ao mesmo tempo, embora cada um dê aos fatos interpretações diferentes. “São tantos os pontos de referência dentro de uma duração onde todas as partes diferem, dentro do pensamento comum, e não podem ser substituídas umas pelas outras” (HALBWACHS, 2004. p, 108). Pois, “o tempo não é outra coisa senão uma série sucessiva de fatos, ou uma soma de diferenças” (HALBWACHS, 2004. p, 123). Mas, o que seria duração?

Segundo Halbwachs, “todo ser dotado de consciência teria sentimento de duração [...]. Cada homem, nesse sentido, teria sua própria duração e isso seria mesmo um desses dados primitivos da consciência, que conhecemos diretamente, e do qual é necessário somente que a noção penetre em nós de fora” (HALBWACHS, 2004. p, 97). Dessa forma, como, então, percebê-la? Em uma mudança, sem dúvida, e o caso estudado aponta para isso, pois estende-se uma duração, que “às vezes é uma duração muito longa. Mas isso vem confirmar que ela se decompõe em uma série de mudanças parciais separadas por intervalos onde nada muda” (HALBWACHS, 2004. p, 113), ou pelo menos, não parece mudar.

É claro que os acontecimentos a que me refiro sucedem-se no tempo, mas o tempo em si, é um quadro imóvel. São os pontos de referência escolhidos para marcá-los que dão à duração um caráter comum, pois “isolados, geralmente um do outro, todas as vezes que seus caminhos se cruzam, essas referências saem de si mesmo e vêm fundir-se num instante numa representação maior, que envolve ao mesmo tempo as consciências e as relações entre elas” (HALBWACHS, 2004. p, 100). Com efeito, a duração e o tempo social, em suas particularidades, não se confundem com o tempo cronológico, cartesiano. Esse tempo universal, imposto às consciências e que se propõe envolver todas as existências, forneceria, no caso estudado, uma seqüência, digamos, descontínua dos acontecimentos tomados como referência.

Para Halbwachs, “o tempo é real somente à medida que tem um conteúdo, isto é, quando oferecer um conteúdo de acontecimentos ao pensamento. É limitado e relativo, porém tem uma realidade plena. É muito amplo, aliás, para oferecer às consciências individuais um quadro suficientemente respaldado para que elas possam nele dispor e encontrar suas lembranças” (2004, p. 133). Mas, em todo caso, há um espaço de existência, simbólico e material, no qual os sujeitos relacionam-se a todo o momento, seja por voz, pelos gestos, atitudes ou pensamentos. É isso que nos traz de volta a questão do espaço, pois as lembranças estão ligadas às diversas partes do solo, “é porque a imagem do solo permanece, materializada fora dele; e porque pode a cada instante retomá-la” (HALBWACHS, 2004. p, 147). Dessa forma, para este autor, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. O espaço é uma realidade que dura, nossas impressões se sucedem, uma a outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria

possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito no meio material que nos cerca” (HALBWACHS, 2004. p, 150).

O espaço, assim como o tempo, são fundamentais para marcar a liminaridade e fazer com que os sujeitos que antes determinavam nesses dois aspectos suas certezas e garantias de vida, passem a vivenciar neles uma situação de sujeitos liminares.

A vida na agrovila: o difícil processo de adaptação

3

A adaptação na *agrovila* Peptal, para onde foram compulsoriamente transferidos há vinte anos, foi difícil e demorada. No novo lugar para onde foram transferidos não havia marca social alguma que pudesse assegurar uma instalação menos traumática, que minimizasse os efeitos negativos da relocação nesses primeiros instantes.

As antigas localidades se opunham radicalmente a esse novo ambiente porque lá o lugar assumia um significado diferente, pois era um espaço que assegurava uma forma de situar-se no mundo a partir da vivência nele. Esse novo e estranho lugar, a *agrovila*, teria que ser forçosamente reconstruído em virtude de terem que viver nele. O problema é que esse novo ambiente não forneceu condições necessárias de readaptação, como podemos observar no trecho abaixo:

[...] o lugar novo sem árvore sem nada só o sol, no verão muito sol, muita poeira, nós só tinha o que nós trouxemos de lá, criação, galinha, porco, mais não seguiu porque tinha só o sol não tinha um pé de árvore pra fazer uma sombra, galinha andava morrendo era a toa mesmo, galinha morreu, porco morreu, agente ficou assim sem nada, foi um sofrimento, aqui foi um sofrimento, nós saímos do nosso lugar e passamos aqui uns cinco ou mais anos sofrendo [...] (D. Leandra, setembro/2004).

As representações sobre o lugar novo, como denomina a informante, caracteriza-o como um espaço hostil: um lugar sem árvore, um lugar sem nada, um lugar de sofrimento, diametralmente oposto do lugar originário. A vida nesse novo lugar torna a apropriação mais complexa, as pessoas agem sobre um espaço desconhecido. O lugar inóspito afeta os agentes sociais, sua personalidade e, principalmente, suas atividades.

O sentido do lugar não é apreendido somente através da circunscrição física do espaço povoado, ele depende necessariamente da experiência, por isso o homem “atribui personalidade ao espaço, conseqüentemente transformando o espaço em lugar” (AUGÉ, 1994, p. 103). O novo espaço não poderia ser considerado, de imediato, um lugar. Nesses primeiros momentos, verifica-se a constituição de um não lugar, pois, segundo Augé (2000, p.80) “si un lugar puede definirse como lugar de identidad, relacional e histórico, un

espacio que no puede defirse ni como espacio de identidad ni como relacional ni como histórico, definirá un no lugar”.

A ausência de recursos mínimos necessários para a manutenção do grupo é evidenciada na primeira impressão que os moradores tiveram da *agrovila*. Estranheza era a sensação que prevalecia na maioria dos relatos que obtive entre os entrevistados. Para vários deles perguntei qual era a primeira coisa que pensavam quando chegaram à *agrovila* e obtive as seguintes respostas:

Ah, era muito esquisito, só as casas, não tinha planta, não tinha nada, não tinha luz, não tinha nada, era tudo na lamparina como era lá onde nós morava. (Dona Maria)

Nós vimo assim um lugar que não era, por isso que a gente chorava porque achava, achemo o lugar tudo limpo. Era tudo limpo, sem ter nada, sem ter uma planta, sem ter nada, era muito triste. (Dona Justina)

No fragmento acima, Dona Justina deixa bem claro o que para ela significava a *agrovila*, *um lugar que não era*, pois nele não havia referência alguma que a identificasse com aquele novo espaço. Essas referências são reflexos das relações com o ambiente, com as pessoas, enfim, relações que determinam um sentimento comum de pertencimento ao lugar e ao grupo. Plantas, quintais, animais, rios, igarapés são elementos que servem de referência e a perda deles foi e ainda é profundamente sentida por quem passou pela experiência do deslocamento compulsório.

Continuando a seqüência de respostas à pergunta citada anteriormente, Seu Melquiades responde em dois momentos:

A gente achou muito estranho, esquisito, desde da água, lá era um rio que chegava da roça, tirava a roupa antes, tirava pra o rio pra tomar banho, água corrente né, água saudosa. (Seu Melquiades)

Logo, a gente achou aqui tudo descampado, quintal nu, a casa toda aberta né, a gente estranhou que a minha casa lá não era de alvenaria, era de taipa, era bem feitinha, bem simples, era importada de madeira, uma casa bem aterradinha, o piso era cimento, mais barro, bem aterradinha. (Seu Melquiades)

A primeira resposta reforça as anteriores, a questão fundamental reflete-se na estranheza que tiveram do lugar e também aponta, juntamente com a segunda, elementos da vida cotidiana que foram por ele perdidos após a mudança: o banho no rio, a casa de taipa, *bem feitinha*, como ele diz.

As técnicas de deslocamento compulsório utilizadas pela Aeronáutica, segundo Almeida (2006, p. 88) “quebram paulatinamente os pilares que sustentam sistematicamente a rede de povoados” e dia após dia, conforme o mesmo autor, “os moradores viram destruídas suas estratégias centenárias de conservação e uso dos recursos naturais”.

Num outro momento Dona Maria relata que o primeiro pensamento, na verdade, traduzia-se na saudade, pois teve que abandonar aquilo que havia construído, especialmente as plantações, já que não poderia levar nada consigo, mesmo assim, tentou transportar algumas plantas em um trator, o que foi facilitado por seu marido conhecer o motorista da *patrolha*, como ela denomina o veículo.

Não, eu pensei de ficar com saudade lá do lugar que eu morava, eu deixei minhas plantas tudo por lá, que a Base disse que não podia trazer, eles disseram que antes de mudar quem pudesse era pra trazer as plantas de muda porque não tinha planta nenhuma aqui, aí eu agarrei e trouxe e tinha um rapaz que vivia lá com nós que ele trabalhava na *patrolha* e ele trouxe um bocado de planta, eu trouxe plantei, morreu um bocado e só escapou umas, viveu a metade. (Dona Maria)

O apego às plantas e a necessidade de levá-las consigo, como sublinha Dona Maria, revela o drama vivido pelas famílias do desenraizamento provocado pela Aeronáutica. O desejo de transportá-las, para o novo lugar onde foram obrigados a viver, revela a importância da relação com os elementos da natureza e a marca que eles imprimem à noção de pessoa, para falarmos nos termos de Mauss (1974). O lugar de origem, por abrigar esses elementos imprescindíveis a tal caracterização, acaba sendo mencionado como indicador da perda dessa referência importante. A transferência compulsória violentou as muitas famílias nesse aspecto fundamental.

Não só os adultos sofreram com o afastamento de seus antigos lugares. As crianças também sentiram a mudança e compartilharam com seus pais a estranheza e a surpresa do lugar novo.

Pesquisadora: a senhora lembra como seus filhos ficaram com a mudança?
Dona Justina: Ah, elas ficaram tudo assustadas, tinha crianças que nem acertava suas casas, estavam tudo perdida, saíam e não acertavam, é muito ruim.

A falta de referências nesse novo espaço parece ser mais evidenciada entre as crianças, em virtude de terem enfrentado muitas dificuldades para consolidarem referências de localização. Episódios narrando o fato de muitas delas, assim que chegaram à *agrovila*,

não conseguirem voltar corretamente para suas casas era tema freqüente nas rodas de conversas sobre o assunto, durante o trabalho de campo.

Em um desses momentos de conversas no final de tarde na *agrovila*, contaram-me um caso de uma garota, com mais ou menos oito anos, que saiu para levar um recado para sua mãe e não conseguiu voltar para casa. Com o passar do tempo começaram a procurá-la e só a encontraram à tarde, chorando, na lavanderia. Esse caso é sempre comentado e durante muito tempo a garota foi motivo de chacota entre as outras crianças.

Ainda que para alguns tal episódio pareça divertido e lembrado como anedota, serve para demonstrar outro tipo de violência que a impessoalidade desse lugar estranho provocou. Esse efeito de sentir-se perdido abriga um componente de violência que transcende em muito a simples impossibilidade de retornar à sua casa naquele momento. Como aquela criança, as famílias tinham perdido referências importantes ao serem compulsoriamente transferidas de seus lugares de origem. De certo modo elas também estavam perdidas.

Além dessa falta de pontos que facilitasse a localização, as crianças sempre eram as que mais reclamavam da ausência de recursos naturais que antes tinham com abundância:

Pesquisadora: o que suas crianças mais sentiram?

Seu Zé Raimundo: A menina da gente, as crianças da gente era acostumado de pegar uma manga, ir no rio pegar uma canequinha d'água e ficamos aqui e as crianças sentiram disso aí, que não tinha. Aqui tem uns rios aqui, mais é mais longe e a gente não confiava de enviar de mandar suas meninas aí maior com a menor.

A alimentação era farta, sempre havia uma fruta no quintal para as crianças, além disso o lugar antigo era conhecido e suficientemente mapeado pelos pais, de modo que não se preocupavam tanto com a segurança dos filhos.

A escassez de água na *agrovila* também era fortemente sentida pelas crianças. Seu Melquiades evidencia esse aspecto, mencionando o contraste e o sentimento delas ao tomaram banho de *cuia* e não mais no rio:

Pesquisadora: o que seus filhos mais reclamavam?

Seu Melquiades: reclamavam muito da água, porque a água de lá era o rio né, e aqui eles tinham que tomar banho era na cuia, num tanque que eles fizeram no quintal.

Como o relato mostra, hábitos rotineiros como tomar banho, aparentemente insignificantes, nesse contexto ganham relevância porque não se sentiram violentados na forma de atender às necessidades de higiene pessoal, mas em um componente cultural cujo significado simbólico e sentimental transcende em muito a essa necessidade diária.

A ausência de recursos e de referências espaciais fez com que os moradores tivessem, durante um determinado período de tempo, um sentimento de desorientação, conforme fragmento abaixo:

Pesquisadora: como foi a adaptação depois que vocês chegaram aqui (*agrovila*)?
Dona Leandra: é depois que nós chegamos aqui, nós passamos um tempo, pensando até na vida, sem saber até o que fazer, porque (silêncio) mudamos pra cá, ficamos quase até desorientado, sem saber nem onde é que tava vivendo, uma casa que nós chegamos aqui, só tinha o sol, não tinha um pé de árvore, aqui tudo era sol e aí passou uns tempos sem a gente saber o que fazer.

O trecho acima mostra o quanto “a terra tornou-se irreconhecível” (HALL, 2003, p. 27) para Dona Leandra e também para muitos outros que juntos viveram a experiência de saírem compulsoriamente de seus lugares de moradia e de trabalho.

O processo de reconhecimento do novo lugar

Pesquisadora: como foi quando vocês chegaram aqui?
Dona Justina: nós ficamos até pasmados, sem fazer nada, só arrumando caixa, arrumando um bocado, botar rede de menino.

Escolhi o fragmento acima para introduzir este tópico, pois vejo nele uma boa ilustração da dificuldade de adaptação ao novo espaço, capaz de mostrar como o reconhecimento e a construção de novas referências foi um processo lento, evidenciando o sofrimento da saída compulsória de seus antigos lugares de moradia.

O lugar, segundo Halbwachs (2004, p. 145), “oferece uma imagem de permanência e estabilidade”, pois, “não há grupos que não tenham relação com o lugar, isto é, com uma parte do espaço”. Para os moradores da *agrovila* Peptal, perder seus lugares representou a falta de apoio de uma tradição que os amparava, isto é aquilo que Halbwachs considera a única razão de ser. Isso pode, também, ser claramente percebido no fragmento abaixo:

Pesquisadora: seu Melquiades, como foi, para o senhor, ter se mudado?
Seu Melquiades: então, é triste minha amiga, a gente mora já num lugar tantos anos, acostumado e nascido ali, aí chega o governo pra desapropriar a pessoa, como acontece com muita gente, né. Desapropriaram, aí a pessoa sai deixando tudo pra trás.

De acordo com Halbwachs (2004, p. 145), “os vínculos com o lugar se tornam claros no momento em que vão se romper”. Isso é bastante evidente no relato de Seu Melquiades. O fato de ter deixado tudo para trás demonstra, com mais força, os vínculos com o lugar, que é por ele justificado desde seu nascimento e, por isso, a principal causa do sentimento de tristeza a que ele se refere. Porém, um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, “seja porque modifiquem o grupo em sua extensão, seja porque modifiquem o lugar” (HALBAWACHS, 2004, p. 145). E nesse caso, as duas coisas foram profundamente alteradas, tanto o grupo quanto o lugar, já que nunca voltarão a ser os mesmos. Dessa forma, a imagem de Camaleão, Santa Rosa, Pedro Marinho e Peptal Velho permanecem sempre presentes na memória do grupo, pois cada lugar recebe uma marca característica do grupo que o habita.

A *agrovila* Peptal, por não oferecer recurso nenhum que facilitasse a adaptação, pois a terra era quase improdutiva, aquilo que conseguiam plantar não assegurava uma colheita suficiente para atender às suas necessidades a ponto de precisarem comprar farinha a fim de complementar a alimentação. A estrutura da casa, mal construída, favorecia a entrada de água quando chovia. O local de construção das casas era considerado, por eles, baixo demais e, portanto, alagadiço no período das chuvas. É em função desses fatores que muito dos entrevistados, quando indagados se já tinham se adaptado ao novo lugar respondiam que não, como é o caso de Dona Leandra:

[...] moro aqui já esses anos todos, 18 anos, 19 que nos mora aqui, mas sinceramente eu moro porque daqui eu não vou mais sair pra outro lugar pra morar, mas eu nunca me acostumei, eu passo no carro ou no caminhão que eu vou pra Alcântara eu olho a entrada de lá do Peptal Velho, que hoje a entrada de lá é a entrada da Caema, que fornece água para Alcântara, quando eu passo lá meus olhos não sai lagrima, mas meu coração chora de saudade. Eu digo e repito, moro aqui, mas nunca me acostumei não, moro porque agora e daqui pra frente desde que nós chegamos aqui eu não faço mais mudança, não dá pra mudar mais não, nós não somos carangueijo. (Dona Leandra)

Seguido dessa resposta, perguntei, então, o que significava para ela o lugar que atualmente morava e obtive a seguinte resposta:

[...] é como eu já falei, eu to morando, mas eu não sou simpatizada com ele não, não sou simpatizada, mas de qualquer maneira eu tenho que morar, eu tenho que ficar e também não quero mais sair daqui não, porque eu já fiz minhas plantações, o meu quintal, já tenho esses tempos todinho aqui morando e eu não vou querer mais sair daqui, mas aqui significa uma coisa assim sem apega pra mim, eu não tenho amizade [...]

O sentimento de não ter amizade com o novo lugar, expresso no relato, leva a crer que “a idéia de espaço está subordinada a idéia de localização de lugares significantes” (Y-FU TUAN, 1986, p. 103). Plantações, quintais, casa, garantem o apego ao lugar. Esse sentimento, se é que ele existe, “se desenvolve tão lentamente quanto a familiaridade” (Y-FU TUAN, 1986, p. 190). Apesar da afeição evidente ao antigo lugar e da tragédia que foi ser arrancado dele, a familiaridade pouco a pouco construída com o novo lugar que foram obrigados a viver é suficiente para de lá não querer mais sair. O trauma vivido pela relocação faz com que a possibilidade de mudança não seja aventada.

O fato de uma pessoa afeiçoar-se a um lugar constitui uma qualidade desse lugar, que pode tornar-se mais agradável à medida que nele se constroem relações concretas e simbólicas. É o aspecto da construção que leva Augé (1994) a formular o conceito de “lugar antropológico”, isto é, a “construção concreta e simbólica do espaço que não poderia da conta, somente por ele, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ele designa um lugar, por mais humilde e modesto que ele seja” (AUGÈ, 1994, p. 51).

O conceito analítico depende da experiência empírica, embora não seja uma consequência dela, tendo em vista que o lugar conceitual não envolve emoções, mas o lugar vivido sim, como podemos ver abaixo:

[...] mas o meu lugar era lá onde eu nasci e me criei e aonde foi enterrado meu pedaço de umbigo, meu companheiro, que todo mundo sabe que a criança quando nasce tem uma companheira que precisa enterrar, então lá eu tenho amizade, mas aqui não, eu moro, mas não tenho amizade nesse lugar [...]

Como pode-se perceber no trecho acima, nascer no lugar, viver a experiência de ser criado nele, além do umbigo ter sido lá enterrado, o que na tradição significa estabelecer, criar vínculos, e como Dona Leandra diz, criar amizade com o lugar. São qualidades que as pessoas atribuem ao espaço através das faculdades lógicas de

classificação e conseqüentemente, os transformam em lugares. Escobar (2000, p. 180) diz que “la clasificación no es más que un aspecto de un proceso por el cual los humanos dotan de significado y relevancia a los rasgos del entorno natural”. A relevância dos significados que os homens atribuem ao lugar em que vivem é traduzido por Dona Leandra como um forte sentimento de afinidade, como pode-se observar.

O dispositivo espacial, ou seja, a localização e a ocupação de um lugar, é capaz de definir a identidade das pessoas e do próprio grupo. Sem dúvidas, há laços múltiplos entre identidade e lugar, que nem sempre podem ser facilmente compreendidos, devido às das inúmeras mudanças ocorridas tanto em um, como em outro.

As assombrações, a morte de animais e de plantas

O homem tenta tornar compreensível o universo que o rodeia e o faz através da classificação de seus elementos, procurando encontrar influências mútuas entre eles. Conforme Augé (1994, p. 50), “a organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais”.

Durkheim e Mauss (1981, p. 453) nos mostram que as classificações que os homens fazem de seu mundo estão localizadas no espaço, em função dos seres, dos acontecimentos e também em razão dos lugares que ocupam, “há afinidades sentimentais entre as coisas assim como entre os indivíduos e é de acordo com estas afinidades que elas são classificadas”.

Aqui trato de uma outra esfera, distinta das plantas e dos animais ou de qualquer outro ser vivo, é a esfera, denominada, pelos membros do grupo, de sobrenatural. Esse componente poderia ser tratado como um domínio à parte, mas o que interessa aqui é entender a influência que a presença desses seres causa no processo de adaptação ao novo lugar.

A existência de relatos sobre assombrações, que causaram a morte inexplicada de plantas e animais, denunciam a estrutura social do grupo, aparentemente classificada entre viventes e não viventes. Esses últimos seres não obedecem nem à leis naturais, nem à considerações racionais, mas fazem parte de um sistema de significações, que nem sempre

pode ser determinado, a qual podemos chamar de imaginário ou imaginado (CASTORIADES, 1982).

Esse assunto raramente é comentado em entrevistas formais, ou melhor, nunca foi tratado quando o gravador estava ligado. Parecia haver um código implícito de que essas coisas não poderiam ser gravadas e quando pedi para fazer isso obtive a seguinte resposta: “essas coisas não são para serem conversadas assim”, embora sempre estivesse presente em conversas ao cair da noite, normalmente depois do jantar, momento em que é comum formarem pequenos grupos para sentar-se às portas das casas.

Segundo alguns moradores, cada localidade tem suas assombrações, suas entidades, que guardam o lugar, a mata, os animais e as pessoas. Nessas rodas de conversas era comum ouvir falarem que o problema seria as almas, os *currupiras* ou as assombrações do lugar onde foi construída a *agrovila* não conhecerem as pessoas que estavam morando lá.

Essas entidades estavam presentes no cotidiano das pessoas. Apareciam na *roça*, nos caminhos de acesso, na mata durante as caçadas e até mesmo em alguns pontos da *agrovila*, que segundo eles, provavelmente o lugar de uma árvore que foi derrubada e que servia de morada para tais seres.

A familiaridade com o lugar determinava o aparecimento desse seres, que segundo relatos, só apareciam e assustavam as pessoas porque não as conhecia e atualmente isso não mais acontece, uma vez que todos já se conhecem, embora digam que algumas entidades não se conformam e em determinados pontos não se pode passar sozinho à noite, pois podem aparecer. Segundo Mourão Sá (1972, p. 22), há no lugar, uma presença que “assume uma conotação diferente da presença dos homens, em sua própria vida social rotineira”, pois cada sociedade define e elabora sua imagem de mundo natural, do universo em que vive, tentando tornar esse universo significante e importante para a vida da coletividade, instaurando o que Castoriades (1982) chama de “ordem no mundo”.

Nenhuma sociedade pode existir se não organizar a produção de sua vida material, a reprodução do grupo e isso não se dá somente de forma racional, vincula-se, na verdade, com o simbólico, ou seja, “uma capacidade elementar e irredutível de evocar uma imagem” (CASTORIADES, 1982, p. 154). Imagem esta, que no caso da *agrovila* Peptal, funcionou como complemento necessário para o restabelecimento da ordem, já que os laços

com as antigas localidades foram rompidos e os laços com o novo espaço ainda não estavam estabelecidos.

Escolher símbolos capazes de garantir a funcionalidade do grupo é uma rotina que está intimamente relacionada à identificação e classificação do espaço socialmente conhecido.

A constante morte de plantas e animais é sempre atribuída à presença dessas entidades, pois a estranheza era das duas partes: os seres sobrenaturais que não reconheciam as novas plantas e os novos animais, sendo que estes não reconheciam as entidades como suas protetoras.

Para se protegerem dessas assombrações, os moradores pintavam nas portas de suas casas, com tinta preta, uma estrela de seis pontas que, segundo eles, garantia proteção, mantendo as assombrações afastadas das casas. Zé Carlos, em uma dessa conversas de fim de tarde, explicou-me essa situação, pedindo a caderneta que estava em minha mão e a caneta para ilustrar como era o desenho que faziam.



Foto 9: Ilustração do símbolo pintado na porta das casas.

Ainda assim, essa idéia de mal, causado pelas entidades sobrenaturais, é sempre relativizada pelos moradores quando afirmam que os acontecimentos dessa ordem eram culpa do próprio homem, que inicialmente invadiu seus espaços sem pedir licença, nesse caso referindo-se sempre aos integrantes da Aeronáutica. Às vezes sugerem que por

consequência disso nenhum lançamento de foguete teve sucesso e provavelmente continuará fracassando, dado o grande desrespeito a esses seres.

Dessa forma a idéia de mal volta a surgir, mas agora num nível mais específico “no contexto de uma desorganização social, onde as regras sociais foram transgredidas” (MOURÃO SÁ, 1972, p. 21), para obedecerem a regras meramente utilitárias e racionais do Maer, que não levou em consideração, os sistemas de crenças dessas famílias, desestabilizando a relação entre os planos natural (social) e sobrenatural, um dos elementos que estruturavam a vida desses grupos remanejados.

Estabelecendo referências

Segundo Durkheim & Mauss, o homem em sociedade orienta-se por um conjunto de faculdades lógicas como, deduzir, definir, induzir, idealizar, que constituem parte natural da vida social. O surgimento dessas faculdades constitui a idéia central dos dois, pois através delas os homens tentam explicar a gênese da função classificadora. Essa função consiste “em classificar os seres, acontecimentos, fatos, em gênero, espécie e subordiná-los uns aos outros” (DURKHEIM & MAUSS, 1981, p. 400).

As classificações, argumentam os autores, obedecem a uma ordem lógica, são sistemas de noções hierarquizadas e só podem ter origem na sociedade; são coletivas, mas não deixam de ser produto da atividade individual. Assim é a religião, mesmo que ela pareça estar no interior dos indivíduos, “é ainda na sociedade que se encontra a fonte viva da qual ela se alimenta” (DURKHEIM, 1981. p. 470). É só na ação compartilhada no grupo que a religião toma consciência de si e afirma-se.

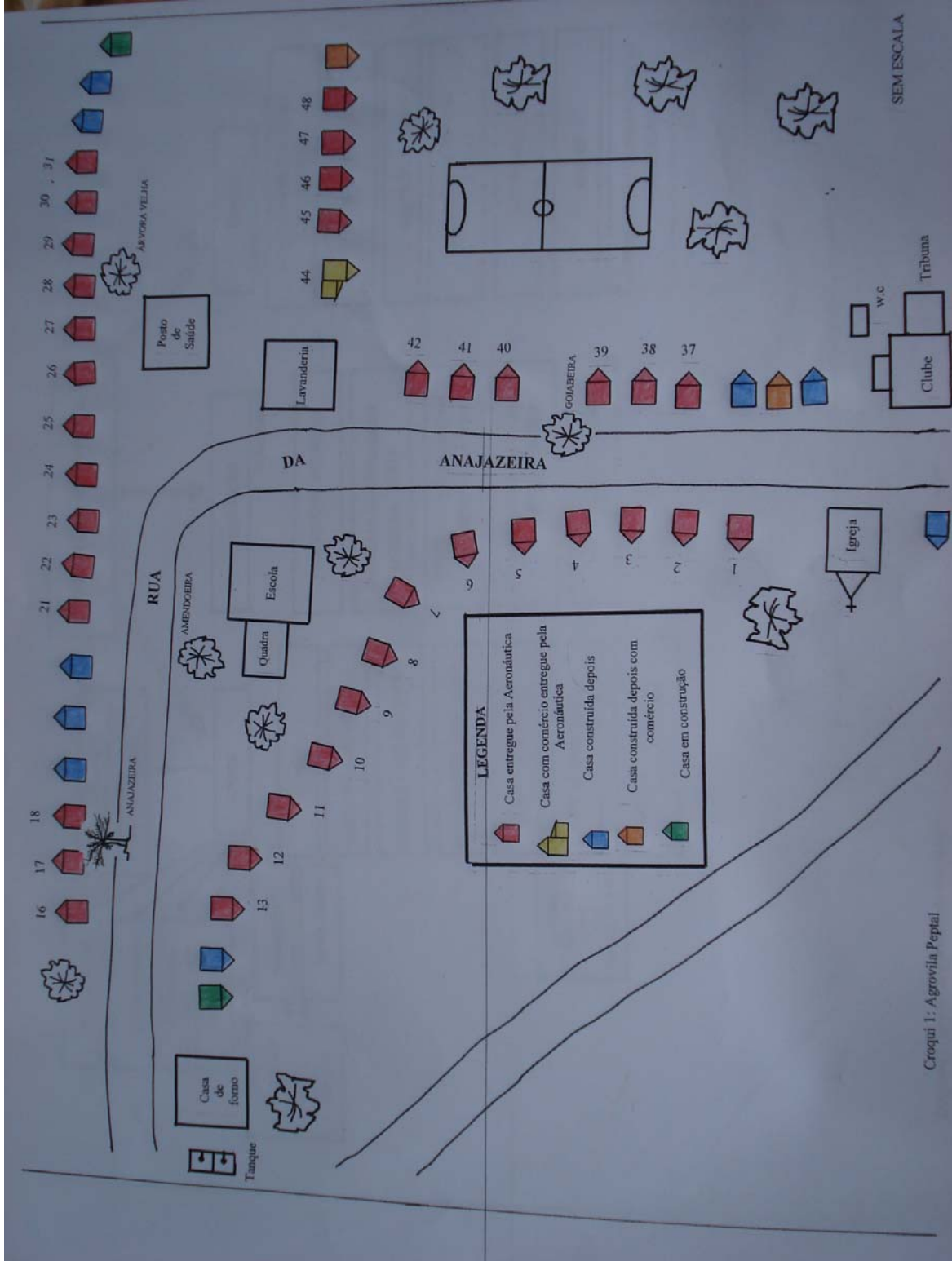
Assim como a religião, as referências que passaram a ser construídas pelo grupo no novo espaço, pareciam estar no interior de cada indivíduo em partículas: um que planta determinada árvore, outro que marca sua casa com uma cruz ou a batiza com o nome do santo de sua devoção, mas na verdade todas essas formas de referências estão subordinadas ao grupo e à aceitação dos outros.

Para melhor ilustrar como os moradores de Peptal construíam suas referências irei relatar brevemente a experiência que tive quando estava construindo o croqui da *agrovila*.

Desde o meu primeiro contato com o grupo, tive vontade de fazer um croqui da localidade, fundamentalmente por uma necessidade própria de localização. Entretanto, não

o fiz, principalmente porque o trabalho a que me propunha realizar naquele momento não exigia isso, por tratar-se de uma análise baseada na história de vida de uma só pessoa. Depois do término desse primeiro trabalho, quando redefini o objeto para esta nova pesquisa passei a pensar novamente na elaboração do croqui. De início, constituí uma idéia parcial do espaço e com base nela comecei a desenhá-lo. Veja ilustração a seguir:

Croqui da Agrovila Peptal



Croqui 1: Agrovila Peptal

Logo quando comecei, percebi que necessitava colocar nele alguns elementos que identificassem as casas. Pensei, primeiramente, nos nomes das famílias, mas logo em seguida percebi que as casas possuíam numeração, então decidi utilizá-la. Eu não conhecia o lugar completamente e precisava estabelecer minha maneira própria de localização, obviamente seguir a numeração das casas.

A numeração foi mais uma imposição arbitrária da Aeronáutica na implantação do CLA. Os membros das famílias não estavam acostumados a esse modelo de localização, próprio de espaços urbanos: casas, quadras, ruas e avenidas. Um espaço perfeitamente representável. No primeiro momento, essa numeração serviu para que eu me localizasse no espaço da *agrovila* e encontrasse com mais facilidade a casa das pessoas que procurava, o que não funcionou por muito tempo. Esse não era o princípio de localização por eles utilizado e tive, então, que me adaptar a ele.

A numeração imposta pela Aeronáutica não chegou a constituir referência para o grupo. Com o tempo as pessoas passaram a dar vida ao lugar, plantar árvores, criar seus próprios caminhos e com isso estabelecer, a partir daí, suas próprias referências, ou seja, passaram a vivenciar uma nova experiência de localização: transformar um espaço desconhecido num lugar com referências. Na medida em que essas referências foram sendo estabelecidas, a numeração das casas proposta pela Aeronáutica foi sendo abandonada e hoje serve apenas quando se precisa do endereço para envio de cartas, e ainda assim, quem não possui esse hábito não conhece nem mesmo o número de sua própria casa.

Quando encontrava as pessoas nos espaços públicos ou estas visitavam a casa em que estava hospedada, normalmente pediam-me uma visita e logo perguntava: onde é sua casa? Geralmente, forneciam uma referência a qual não conseguia localizar-me. Insistindo, perguntava: qual é o número da sua casa? E respondiam: *ah, senhora eu não sei não, mas minha casa é a primeira depois da curva.*

Várias vezes obtive respostas parecidas. Perguntei a Dona Leandra onde era a casa de Mocinha, sua neta, e ela me disse: “é a casa em frente à goiabeira, do lado da entrada do campo e continuei: é a 43 ou a 44”? Ela respondeu que não sabia, mas insistiu dizendo: “vai que tu encontra, só tem essa goiabeira no caminho”.

O mesmo aconteceu quando perguntei a uma outra moradora, Ana, onde era a casa de Dona Maria, sua tia, e esta respondeu-me: “é nesse correio de casa, em frente a uma

árvore velha que tá caindo”. Dessa vez, mostrei o croqui e ela foi apontando as casas: “aqui é a casa de tia Maria”, então disse: é 31. Ela respondeu: “é, a árvore fica bem aqui na frente”. Dessa forma, adaptei-me às referências de lugar e da mesma maneira pude preencher o croqui de informações, indicando nele os marcos do lugar estabelecidos pelas famílias.

A construção do croqui, idéia inicialmente minha, em sua primeira versão não apresentava ponto algum de referência que não fosse as edificações existentes no lugar. Às árvores, por exemplo, não me pareciam ter a menor importância. Com o passar dos dias, passei a mostrar o croqui para algumas pessoas a fim de que elas me indicassem a localização das casas que pretendia visitar. Com efeito, o croqui, mesmo indiretamente, passou a ser coletivamente construído, pois cada pessoa indicava nele um ponto de referência que até então eu não havia percebido.

O lugar é produto de um sistema de classificação, é algo construído como resultado de uma configuração sócio-histórica, na qual se elegem determinados elementos, em detrimento de outros, em razão de um universo maior. É antes, estabelecido pela familiaridade que se constrói, pouco a pouco, e pelas possibilidades do lugar corresponder às necessidades sociais, sejam elas práticas ou simbólicas.

A comparação entre os lugares: estar aqui, estar lá

A comparação entre os antigos lugares de origem e a *agrovila* é evidente e inevitável. O hoje está sempre relacionado com o antes e entre os dois momentos parece ter um vazio, quase intransponível, que ainda assim liga as duas realidades. Intransponível, no sentido de que, aparentemente viveram muito tempo num vazio sem saber exatamente que lugar ocupavam e sem conseguir materializar a experiência de localização. O antes que não voltava mais e o agora que não se constituía, a não ser pela força das lembranças.

Essas lembranças estão sempre relacionadas à aspectos específicos que servem de elementos de comparação: é a fertilidade do solo, a produtividade das chamadas *roças*, a fartura alimentar, a abundância de água, a proximidade de Alcântara, a relação entre os moradores e as festas religiosas.

A noção de fatura, por exemplo, sempre aparece nas representações que os membros das unidades familiares fazem do momento anterior à relocação e liga-se diretamente, à forma de acesso aos recursos naturais.

O sentimento de perda que aparece nos relatos é posto, explicitamente, por Augé (1994, p. 54), quando diz que as pessoas tornam-se “espectadoras de si mesmas”, ou melhor, ouvintes das histórias que elas mesmas contam, que “não saberiam imputar à nostalgia ou as fantasias da memória as mudanças que atestam objetivamente o espaço no qual eles continuam a viver e que não é mais o local no qual viviam”.

Assim, passado e presente articulam-se de tal forma nos depoimentos dos trabalhadores, que se torna impossível dissociá-los. No momento em que se referem ao passado, a noção de saudade aparece abstratamente, mas relacionada a lugares e situações concretas: saudade do igarapé, das fruteiras, do cemitério, dos pastos, da *tribuna* onde realizavam as festas, do porto, dos povoados vizinhos.

A morte social dos sujeitos

O que chamo de morte social é uma morte diferente: “a supressão física e imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente adiados, segundo a capacidade de resistência da maioria oprimida” (CLASTRES, 2004, p. 83). E, embora, em condições adversas, os segmentos camponeses remanejados compulsoriamente conseguem manter-se, resistindo, mesmo com profundas alterações no sistema de vida, principalmente pela dificuldade de reprodução material e social.

A questão da reprodução do campesinato constitui um eixo central para entendam-se as transformações que atingiram as famílias camponesas decorrentes da implantação da Base. O projeto de relocação não levou em conta a dinâmica dessa forma de reprodução, de modo que essa visão limitada passou a gerar impasses profundos.

Impasses entre os objetivos dos camponeses e do Estado Brasileiro, com sua ideologia desenvolvimentista. Para a implantação da Base de Alcântara, os segmentos camponeses são inúteis e considerados um obstáculo ao avanço do progresso do país, contudo esta diferença precisa ser abolida. Uma diferença que esta posta em oposição aos interesses do Estado, aos interesses do MAer.

Mas, tal diferença é tolerável e até, relativizada. É claro que não há um interesse em exterminar esses segmentos indesejáveis, pois acredita-se que o diferente pode melhorar, obrigando que os tornem idêntico ao modelo que lhes é proposto, ou melhor, imposto. A essa dinâmica Clastres chama de “violência etnocida” (2004, p. 90), que neste caso pertence clara e exclusivamente ao Estado.

É sabido que ao Estado pertence o uso legítimo da força física, ou seja, da violência, desde que seja para garantir sua ordem e legitimidade. Com essa prerrogativa, o Estado brasileiro usou do poder de violência etnocida que lhe cabia para suprimir as indesejáveis diferenças culturais julgadas inferiores.

A essa prática podemos chamar de etnocídio, pois “é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio mata em seu espírito” (CLASTRES, 2004, p. 83). É essa morte que vitima os moradores das *agrovilas*.

Um exemplo característico dessa situação é Seu Zé Caroço, que antes detinha uma autoridade de subdelegado, como se fosse o conselheiro do lugar, a pessoa de referência para resolução de conflitos de toda ordem na localidade, fossem eles comerciais ou até mesmo matrimoniais. A mudança provocou a perda dessa autoridade, devido à profunda alteração nas relações entre os membros do grupo. Tanto Seu Zé Caroço quanto as outras pessoas ficaram sem referência de autoridade, não poderiam se dirigir a alguém para reclamar e nem sabiam a quem recorrer.

Além disso, Seu Zé Caroço não foi somente expropriado de suas terras, mas também de suas práticas culturais e hábitos religiosos. Dele foi suprimido dele as condições para realização da festa de São Benedito, supressão materializada na ausência da tribuna ao lado de sua casa. Ele também deixou de ser o proprietário da festa, passando a responsabilidade para alguém do grupo que pudesse assumir. Mesmo que de forma voluntária, isso o coloca fora do círculo festivo e de religiosidade. Tais situações levam a invisibilidade do sujeito no grupo, ou seja, a morte social, pois todos os papéis sociais desempenhados no grupo lhes foram tirados com a mudança.

Como afirmei anteriormente, a morte nem sempre é física, a precarização das condições de existência e a violência com que isso foi realizado, levam, conseqüentemente,

a essa morte a que me refiro. Há outros exemplos de sujeitos que se tornaram invisíveis para o grupo, sobre esse aspecto.

A questão principal nesse caso é o rápido empobrecimento. Quando morava na antiga localidade, Seu A¹⁴, era considerado o homem mais rico da região, era quem possuía maior quantidade de terra, os melhores e mais bonitos cavalos, produzia mais farinha e empregava uma maior quantidade de trabalhadores em suas *farinhadas* e na colheita do arroz. Muitas pessoas comentam que quando ele chegava em Alcântara, montado em de seus cavalos, bem vestido e empunhando sempre pulseiras e relógio de ouro, todos paravam para vê-lo passar, principalmente as moças casadoiras, pois ele era o pretendente mais cobiçado da cidade. Possuía também boas relações comerciais, tanto com os *quitandeiros*, forma com chamam os pequenos comerciantes locais donos de comércios, como com os barqueiros. A quantidade de sua produção dispensava atravessadores, ele mesmo comercializava a produção no barco de Seu Zé Carço e vendia seus produtos no porto da Camboa em São Luís.

Em algumas conversas, nos preparativos da festa do ano passado, contaram-me que depois do dono da festa, Seu Zé Carço, Seu A era a figura mais importante, responsável pela maior circulação de dinheiro. Todos aguardavam sua chegada, a fim de que pagasse a bebida para os adultos e doces, bolos e mingaus para as crianças.

Com a mudança, Seu A perdeu a posição que ocupava no seu grupo e na sociedade alcantareense. O rápido empobrecimento causa uma mudança, não menos rápida de *status* social. Comparativamente à situação anterior, em menos de um ano ele se tornou uma figura praticamente invisível em termos de prestígio social. A transferência compulsória amputou dele os elementos que lhe assegurava um lugar de destaque.

Um outro aspecto do etnocídio, como elemento de morte do espírito, é a perda de saberes específicos do grupo, fundamentais à manutenção e reprodução das famílias. Um dos saberes em questão, as habilidades próprias da atividade de pesca, a distância do mar e do igarapé, provocou uma perda progressiva dos conhecimentos exigidos à prática dessa atividade, de tal modo que filhos de pescadores não sabem nadar. Da mesma forma, o distanciamento de outros ecossistemas a que estavam acostumados provoca também a

¹⁴ Nesse caso, por razões éticas, resolvi utilizar a letra A, com o propósito de poupar o entrevistado de constrangimentos que podem ser causados no grupo com a leitura desse trabalho.

perda de saberes relacionados com cura de determinadas doenças, pois o novo ambiente não possui as mesmas espécies medicinais que, secularmente, eram preparados os remédios.

A perda desses saberes é um outro exemplo que ratifica a violência de que essas famílias foram vítimas; é onde o princípio de identificação do grupo sede forçosamente lugar a um projeto de redução do outro ao mesmo. Em outras palavras, o etnocídio resulta na dissolução do múltiplo em um (CLASTRES, 2004, p. 87). Processo capaz, inclusive, de impor a necessidade de reestruturar suas próprias noções de “eu”, perdidas no processo de transferência compulsória.

A transformação de um campesinato de uso comum em parcelar: a vida na agrovila

4

Na busca de uma melhor apreensão do objeto de estudo, torna-se fundamental um retrato da vida na *agrovila* Peptal hoje, como os moradores adaptaram-se a esse novo lugar, construíram novas relações e restabeleceram suas atividades produtivas, bem como os arranjos que foram construindo ao longo desses anos para minimizar os efeitos negativos da mudança compulsória para a *agrovila*.

Em todas as tentativas de conversa com os informantes sobre tais aspectos pude observar algo que sempre se repetia: nenhum deles comentava as condições de vida atuais que experimentavam na *agrovila*, se não em oposição àquelas que vivenciavam em seus lugares de origem.

A ausência, a falta, eram a tônica desoladora, de tal forma que os impedia de discorrer acerca das dificuldades enfrentadas no atual lugar de moradia, a não ser quando faziam alusão a seus lugares de referência, ao lugar antigo. Era constante nas conversas mantidas ouvir vários deles falarem que “Peptal velho é que era um bom lugar para viver”. Tal afirmação sempre estava associada à disponibilidade de recursos indispensáveis à reprodução social e material de suas famílias.

As relações entre as pessoas de uma mesma localidade foram alteradas bruscamente, principalmente em função de uma única *agrovila* passar a aglutinar, em um mesmo espaço, conjuntos de unidades familiares de diferentes povoados. Tal fato tem causado inúmeros problemas relativos à organização social, pois cada povoado possuía especificidades na sua organização social, bem como particularidades culturais. Cada um cultuava determinado santo e realizava festas em sua homenagem de forma singular em diferentes datas ou etapas do ciclo agrícola.

A ausência de qualquer tipo de referência em relação ao lugar onde foram obrigados a viver tornou a adaptação mais difícil e demorada, como vimos em capítulos

anteriores. Ao lado dessa completa ausência de referências nesse novo lugar, houve uma desorientação que tardou em ser minimizada.

A desorientação justificava-se, naqueles primeiros momentos, porque tudo era diferente daquilo a que estavam acostumados: tratava-se de outras casas com construção e desenho arquitetônico diferentes, outra divisão espacial, vizinhos diferentes, enfim, uma nova realidade que tornou a adaptação no novo espaço problemática.

Tal situação remete àquela distinção apontada por Halbwachs (2004) entre espaço e lugar, ou seja, o espaço só é lugar quando ele é um espaço vivido. É por essa razão que para falarem desse novo espaço, em que foram obrigados a viver, os membros das famílias relocadas sempre o faziam contrastando a seus antigos lugares, pois lá haviam construído as suas referências de lugar, como lugar bom para viver, como lugar que possibilitava a consolidação de laços de diferentes tipos, como lugar de identidade. Isto é, o lugar como um marcador simbólico importante.

Dentre as várias alterações provocadas pela mudança, a que considero principal e mais danosa às famílias foi a transformação compulsória de um campesinato de uso comum em parcelar, pois é dessa transformação radical que emanam vários outros problemas que tiveram de ser superados pelas famílias ao chegarem na *agrovila*,

A medida que essas perdas são processadas, agrava-se, progressivamente, a situação de precarização das condições de vida das famílias relocadas. Dentre elas destaco a falta de espaço para assegurar a reprodução social das famílias e a construção de novas casas; as atividades produtivas e a organização econômica; as festas e a cultura alimentar. Foram justamente em tais dimensões que as mudanças radicais mencionadas anteriormente puderam ser sentidas. São práticas que existiam nos antigos lugares que não são reproduzidas de forma satisfatória na nova situação ou, quando muito, de forma bastante precária, em função de arranjos operados pelas famílias numa tentativa de as verem reproduzidas nesse novo contexto.

Devido às características da ocupação e organização social das territorialidades específicas que compõem o município de Alcântara, como vimos no início deste trabalho, o acesso à terra e à utilização dos recursos da natureza foram pautados no princípio do uso comum (PAULA ANDRADE, 1999; ALMEIDA, 1989). Tal noção aparece como princípio

regulador, servindo, igualmente, para reforçar laços de solidariedade e formas variadas de reciprocidade.

O uso comum era a forma pela qual as famílias das antigas localidades deslocadas estruturavam-se. Este princípio, além de reforçar a territorialidade em tais espaços, fortalecia a coesão social. A terra de uso comum era central no sistema de representação que as famílias das distintas localidades tinham. O usufruto comum indicava um território não marcado pelo parcelamento, sobre o qual cada família podia escolher livremente onde queria realizar suas atividades agrícolas, evidentemente que respeitando algumas regras socialmente estabelecidas e consensualmente aceitas, tais como: não plantar onde outra família já tivesse escolhido para plantar e nem onde a terra estivesse se recuperando após ciclos de plantio e colheita a fim de garantir a sustentabilidade ecológica do território.

Embora esse sistema fosse marcado pelo usufruto comum dos recursos da natureza, certos domínios de apropriação privada¹⁵ eram garantidos como algumas noções ligadas ao universo da casa: cercado, quintal, galinheiro, chiqueiro. Ainda que nos povoados antigos não houvesse cercas separando os quintais de um ou de outro, todos sabiam onde terminava a sua parte privada e começava a do vizinho. O quintal envolvia não só a parte de trás da casa, mas também suas laterais, nele dispostas um conjunto de benfeitorias identificadas e reconhecidas por todos do grupo, além de árvores frutíferas, abrigos para animais, canteiros de hortaliças, poços e fornos.

A relação com a terra era definida em termos dos significados a ela associados. A terra constituía princípio de sentido para quem nela trabalhava e as pessoas tinham uma idéia parcialmente materializada, em função do conhecimento cotidiano e dos limites nela estabelecidos. Os limites não se davam somente em termos da forma ou da temporalidade da ocupação ou ainda em termos de parentesco, mas também por outros planos de organização social como as festas, as trocas comerciais, os casamentos e as relações de compadrio.

Que importância a transformação de um campesinato de uso comum em parcelar tem na estruturação das novas relações na *agrovila*, do ponto de vista material e social? A forma de cultivo e de trato com a terra, nas situações estudadas, eram preponderantes na

¹⁵ Para maiores detalhes sobre as formas de articulação de domínios privados e de uso comum vide PAULA ANDRADE (1999) *Terra de Índio – identidade étnica e conflito em terra de uso comum*.

estruturação da vida coletiva e na consolidação da organização social das famílias. É em torno dessa questão que procurarei traçar algumas considerações

A reprodução social das famílias e o problema da construção de novas unidades residenciais

Entre as distintas implicações negativas da transferência compulsória para a *agrovila* Peptal, o problema da reprodução social e a constituição de novas unidades residenciais impôs-se como um dos mais graves. Isso ocorreu em virtude das normas de ordenamento de ocupação dos espaços das *agrovilas* impostas pelo Ministério da Aeronáutica.

Conforme dito anteriormente, a vivência do espaço está diretamente relacionada às formas de uso da terra e à apropriação dos recursos da natureza. Essas práticas são resultado de uma ocupação historicamente determinada, na qual várias famílias, de geração a geração, consolidam formas específicas de utilização do espaço em seus territórios, indispensáveis à reprodução material e social de seus membros

Ao mudarem para as *agrovilas*, essas famílias depararam-se com uma limitação espacial que obrigou a adaptarem-se a uma nova forma de vida à qual não estavam acostumados. Com o passar do tempo foram percebendo a gravidade de tais limitações e uma delas foi a proibição, por parte da Aeronáutica, de que os filhos dos trabalhadores que fossem crescendo, casando e constituindo novas unidades familiares pudessem construir suas casas.

Inicialmente o Comando do CLA proibia qualquer iniciativa de construção de casas nas *agrovilas*. Posteriormente, com o aumento da população e da constituição de novas unidades familiares, decorrente das uniões estabelecidas entre os jovens casais, para que novas famílias pudessem construir suas casas era preciso obter consentimento do Comando do CLA. Da mesma forma, era também vedada o aumento ou reforma das casas já existentes. A nova família, além de não poder construir, não podia também aumentar a casa dos pais, construir um “puxado”, como denominam uma pequena ampliação da casa, ou um novo quarto para abrigar o novo casal.

A proibição, obviamente, acarretou alguns problemas para as famílias. O principal deles foi à migração para Alcântara, São Luís e outras capitais. Os homens, em geral,

buscavam postos de trabalho na construção civil ou em mercados e feiras; já as mulheres destinavam-se a trabalhar prioritariamente como empregadas domésticas. Esse era, e ainda hoje continua sendo, um caminho comum de muitos jovens da *agrovila* Peptal, pois além de não ter principalmente a terra para plantar, continuam enfrentando impedimentos para construir suas casas, o que tem gerado sérios problemas para as novas gerações.

Ao se mudarem para a *agrovila*, os moradores já haviam sido informados sobre a proibição. Seu Melquíades conta que: “*quando nós viemos pra cá eles disseram que não podia fazer casa aqui, a não ser se a gente fazia do mesmo padrão dessas daqui*”. Construir no mesmo padrão significava construir de alvenaria, o que era impossível para os moradores, pois o custo era muito alto e inacessível tendo em vista as dificuldades econômicas que passaram a experimentar depois da mudança.

A permissão para construir segundo, os padrões estabelecidos pelo Comando do CLA, também soava como uma proibição, já que os moradores não tinham condições financeiras para arcar com os gastos exigidos. Além dessa dimensão, a imposição do modelo arquitetônico significa uma violência simbólica (BOURDIEU & WACQUANT, 1994), à medida que desconsidera e desqualifica etnocentricamente as formas particulares de construção de suas edificações, de acordo com saberes específicos que levam em consideração, além dos aspectos econômicos, critérios estéticos, ecológicos, térmicos, próprios de uma tecnologia particular, consolidada pela prática continuada (SOUZA FILHO, 2003). Um tipo de violência que exprime o exercício do poder, revelando explicitamente princípios de colonialidade de saber (SANTOS, 2005)

Conversando com Seu Melquíades, que na época da construção das primeiras casas era presidente da associação de moradores da *agrovila* Peptal, ele relatou que este processo iniciou-se mais ou menos no começo dos anos 90, cinco a seis anos depois da chegada na *agrovila*, quando aqueles que à época da mudança tinham de 11 a 13 anos já se encontravam com idade de 17 a 20 anos, faixa etária na qual geralmente os jovens se casam em Peptal. Quando isso aconteceu, o Comandante do CLA o procurou várias vezes, fez algumas reuniões com o propósito de exigir dele, como presidente, uma ordem para a destruição das casas.

Pesquisadora: e depois que começaram a construir as casas, o que foi que aconteceu?

Seu Melquiades: tinha um cara que chamava Sérgio, ele já foi embora e esse Sérgio era danado, vinha várias vezes aqui e me mandou fazer reunião pra derrubar as casas, aí eu disse: olha rapaz, eu não vou mandar derrubar as casas dos pessoal, porque quem mora lá debaixo das casas não são animal, é cristão, pra mim mandar derribar aquela casa ali, pra mandar o dono sair, a não ser que você leve o trator e passe por cima dessa gente de lá, mas sair de lá não mando sair não, nem derribar as casas, até que seguraram e não derribaram também.

O depoimento acima mostra que o Comando do CLA procurava compelir os próprios moradores a realizar a derrubada das casas, valendo-se da posição de um deles como Presidente da Associação e como o próprio relato evidencia, desconsiderava-se por completo a necessidade das novas unidades familiares possuírem seus espaços de moradia.

Além desse fato, tal iniciativa criava condições que geravam tensão entre as famílias, jogando uns moradores contra outros, piorando uma situação de dificuldades já insustentável. Mas, com o tempo e depois de vários conflitos e interferência dos movimentos sociais em favor das famílias das *agrovilas*, alguns tiveram a permissão para construir suas casas.

Ainda hoje, esse processo de permissão é demorado. Alguns jovens já começam a construir suas casa antes mesmo de obterem permissão, pois, caso contrário, terão que morar na casa dos pais ou dos sogros, como já vem acontecendo. Há muitos casos, também, de casa que abrigam duas famílias.



Foto 10: Casa construída de taipa, do lado armação de uma outra casa.

Hoje na *agrovila* Peptal existem nove casas construídas depois da mudança, sendo que em uma funciona um comércio e em outra, um bar (ver croqui no capítulo 3). Das nove, três são construídas próximas umas das outras, e dentre estas uma já é de alvenaria. Pertencem a três irmãos, que fizeram a opção de não sair de Peptal e à proporção que cada um foi casando e construindo sua casa, manteve-se uma prática comum do antigo lugar, construção das casas próximas às residências dos pais e dos irmãos. Há também outras duas casas que estão sendo construídas, encontrando-se na fase de armação da estrutura, o que em breve totalizará onze casas construídas segundo os critérios adotados pelas famílias, diferenciando-se, portanto daquele modelo outrora imposto pela Aeronáutica



Foto 11: Casas dos três irmãos, construídas fora do padrão da Aeronáutica.

Esse processo de construção de casas tem se intensificado nos últimos cinco anos. É interessante mencionar que durante os quatro anos de pesquisa na localidade a cada novo período de campo uma casa nova era construída. Durante o intervalo entre as etapas de campo para a monografia e para a dissertação, três novas casas foram construídas, um número bastante significativo se se considerar o tempo de intervalo de seis meses. De julho de 2006 a setembro de 2007, período que estive com mais frequência na *agrovila* Peptal para realizar o trabalho de campo mais três novas casas estavam sendo construídas. Ao final desse período uma já se encontrava pronta e um jovem casal já residia nela; nas outras duas as obras ainda se encontravam em andamento

Quanto a essa casa que já está pronta, em virtude de, temporariamente, estar residindo na *agrovila* para fins de realização do trabalho de campo, pude acompanhar in loco todas as etapas de sua edificação. Todo processo levou cerca de cinco meses. Cada etapa era realizada sempre nos finais de semana pelos homens da família e amigos, neste caso o jovem rapaz é funcionário da prefeitura e trabalha como gari em Alcântara durante toda a semana. Cada etapa era sempre regada a cachaça ou conhaque, enquanto as mulheres cozinhavam coletivamente no quintal, preparando a comida a ser servida àqueles que ajudavam na tarefa.

São várias as etapas de construção da casa, de modo que a primeira consistia em **buscar pau no mato**, ou seja, selecionar a madeira que será utilizada na construção. Essa atividade leva dois dias, no caso, sábado e domingo. Em seguida tem-se a **armação**, que diz respeito a feitura da estrutura da casa, o que a deixa pronta para o **enchimento**, etapa na qual a armação é preenchida com barro. Logo após, realiza-se a **cobertura e o tapamento**. Esta última consiste em colocar as portas e janelas. Nas duas últimas etapas, organizadas em momentos diferentes, não pude presenciar, pois na cobertura estava de folga da escola e no tapamento estava escrevendo o texto para qualificação. Quando retornei à localidade, na festa de São Benedito o jovem casal já estava morando na casa.

Mesmo depois de superada uma das dificuldades de reprodução das famílias, conseguir construir sua própria casa não equaciona o problema. A falta de terra e a escassez dos recursos naturais permanece e uma nova batalha inicia-se para as novas gerações: a busca de alternativas econômicas para garantir as necessidades das novas unidades familiares.

Atividades produtivas

As famílias das diferentes localidades relocadas combinavam as mais diversas atividades produtivas, uma sempre complementando a outra. Tanto a agricultura, quanto a pesca, a criação de pequenos animais, a caça e o extrativismo ficaram comprometidos depois que houve a transferência compulsoria de seus antigos lugares.

A atividade agrícola, por exemplo, foi extremamente afetada, a começar pela diminuição da quantidade de terra disponível, passando pela péssima qualidade do solo, até a distância das áreas agricultáveis. Em função desses fatores, a produção diminuiu

consideravelmente. O que passaram a produzir depois que foram transferidos para a *agrovila* Peptal, por vezes, não atendia às necessidades do consumo da própria unidade familiar.

Apesar de longo, o trecho a seguir sintetiza a violência à qual as famílias relocadas foram submetidas:

“Em 1985 uma comissão técnica do extinto MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - , ainda no período chamado de transição à democracia -, quando era presidente da República o atual senador José Sarney, aconselhou a não transferir as famílias para as *agrovilas*, já que os solos não eram próprios para o cultivo; que os grupos eram constituídos também por pescadores e que as áreas das *agrovilas* se localizavam distantes do mar; que os povoados de origem estavam interligados e apresentavam como que uma especialização interna, uns produzindo farinha, outros produzindo pescado, outros fabricando barcos, outros ainda dedicando-se ao fabrico de utensílios de barro; uma vez que todos esses locais encontravam-se unidos por laços de parentesco; já que os ecossistemas encontravam-se em interdependência. Enfim, naquela informação técnica, como se chamou o relatório então produzido, havia total desaconselhamento para o remanejamento compulsório das famílias para as atuais *agrovilas*. Qual não foi a surpresa daquela equipe técnica, quando o então ministro da reforma agrária [Nelson Ribeiro] não apenas assinou um decreto, em conjunto com o presidente da república e os ministros da área militar, que aprovava o remanejamento das famílias e, ainda reduzia o módulo fiscal do município de 35 para 15 hectares? Alcântara tornou-se, deste modo, o único município a possuir dois módulos fiscais – um para a Base de Lançamento e outro para o restante” (PAULA PAULA ANDRADE, 2006, p. 17) (colchetes meus)

A má qualidade do solo, imprópria para a agricultura é sempre evidenciada nos depoimentos dos trabalhadores quando o assunto é a *roça*. Dona Justina reclama que a plantação apodrece e compara a atual com as roças que faziam anteriormente:

Pesquisadora: Dona Justina e como é a roça que vocês fazem aqui?

Dona Justina: Ah, é pouquinho. Lá eu plantava muito. Ela não apodrecia, não tinha esse negócio de apodrecer roça assim. Aqui apodrece muito, tem terreno que vai plantando, vai morrendo.

Além da péssima qualidade do solo relatada acima, passados vinte anos do remanejamento, a área destinada às famílias para cultivo encontra-se em fase de esgotamento ou completamente esgotada. Isso se dá basicamente por dois fatores: primeiro, pela péssima qualidade do solo, segundo, pela imposição do sistema parcelar das terras, que devido à sua pequena dimensão (15 hectares) impede a constituição de novas áreas de

trabalho para os filhos que vão casando, obrigando-os a cultivar nos lotes de seus pais ou de outro, o que contribui para o esgotamento do estoque de terras disponível na *agrovila*.

As dificuldades de acesso a outras porções de terra para fins das atividades agrícolas das famílias têm ocasionado um processo de esgotamento do estoque disponível, provocado pela diminuição do período de encapoeiramento que, a longo prazo, sem a utilização de corretivos no solo, contribui para o comprometimento da economia camponesa.

A baixa produtividade obriga os moradores da *agrovila* a procurarem alternativas para complementar a renda familiar, a fim de que possam adquirir os alimentos necessários ao sustento da unidade doméstica. Essa situação de escassez leva os trabalhadores a saírem da condição de produtores para transformar-se em compradores de alimentos. Uma das alternativas é a procura de emprego na prefeitura, em casas de família na sede do município e em São Luís, ou ainda a outras formas de sub-emprego. Seu Melquiades, por exemplo, atualmente é funcionário da prefeitura de Alcântara, mas essa situação não lhe parece ser confortável:

Eu nunca tinha trabalhado, nunca trabalhei empregado pra ninguém, meu emprego, sempre foi minha agricultura, lá onde eu morava a terra era muito boa, tinha muita farinha e todo mundo que trabalha e que me conhece sabe disso.

(Seu Melquiades)

O trabalho na agricultura era motivo de orgulho para seu Melquiades, consubstanciado na idéia de fartura e reconhecimento social, como deixa transparecer em seu relato. O destaque de sua produção não se devia à quantidade de força de trabalho disponível na sua unidade familiar, já que seus filhos eram pequenos. Era consequência, na realidade, da posse de grande quantidade de terras e um certo poder econômico que lhe permitia ter agregados, além de empregados que trabalhavam num sistema de troca de serviços, no qual um dia de trabalho era pago, comumente, com uma determinada quantidade do produto que era colhido.

Ele relata sua produção da seguinte forma:

Pesquisadora: Seu Melquiades, agora o senhor tem que trabalhar de empregado, mas quando o senhor trabalhava na sua agricultura, quanto o senhor produzia?

Seu Melquiades: agora, parece até mentira, mas não é mentira não, eu tinha 48 linhas de roça, dentro do levantamento que eles fizeram (Aeronáutica). Só no

meu quintal eu tinha 8 dias que eu tava fazendo uma roça pra lá, a roça chamada de verão, tinha oito dias de roça de verão, de maniva, pequena, tudo bonitinha. No quintal era só no verão que eu fazia, agora não boto mais roça no verão.

Sua preocupação em afirmar com tanta ênfase que a quantidade de linhas de roça que lhe pertencia não é falsa é expressão de uma necessidade de demonstrar, mesmo que isso possa parecer inacreditável, que sua condição anterior é bem distinta da atual situação de carências. A mudança drástica em relação à produção de alimentos, revela o quanto essas famílias foram afetadas na sua condição camponesa, ou seja, de produtores, na qual um certo orgulho poderia lhes ser conferido. A lembrança dessa grande capacidade produtiva causa espanto, inclusive, ao próprio informante. Um outro aspecto que aparece no relato acima refere-se à chamada roça de verão, uma prática comum nos antigos lugares. Agora, na nova situação, nem sempre é possível implantar, ou melhor, quase nunca implantam.

A pouca disponibilidade de terras, que impede a circularidade e a denominada *procura de mato*, primeira etapa do ciclo agrícola, não permite a realização de ciclos bi anuais, pois eles têm que continuar sempre na mesma área e plantam apenas a chamada roça de inverno, com maior produtividade e não implantam a roça de verão, entre os meses de julho e setembro, que segundo eles deve-se ao solo arenoso.

Nos meses em que anteriormente implantavam a roça de verão, são meses que já é possível colher a mandioca, cultura que precisaria de um pouco mais de tempo para ser colhida. O principal produto cultivado pelos moradores, matéria prima da farinha, alimento mais apreciado na sua cultura alimentar, é normalmente colhido antes do tempo em virtude de implantarem somente um tipo de roçado (o de inverno), sendo obrigados, portanto, a colher antes do tempo para atender às necessidades das famílias.

Além das adversidades relativas à redução do estoque de terras e a má qualidade do solo, as famílias foram obrigadas a praticar uma agricultura cujo ciclo agrícola, para atender às suas necessidades, teve que ser forçosamente encurtado, o que rebate direta e negativamente na sua organização econômica.

Em face às dificuldades, a colheita acaba sendo antecipada. No caso da mandioca – uma cultura de ciclo longo – sua colheita ocorre em menos de um ano. São duas as suas motivações para isso; primeiro porque precisam do mesmo solo para fazer novo plantio e,

segundo, porque se demorar muito tempo para colher à produção apodrece em função das características do solo, como já foi mostrado no relato de Dona Justina.

Observa-se desse modo que as famílias acabam entrando num ciclo de plantio e colheita que contraria um sistema por eles entendido como ideal para otimizar o investimento realizado, tanto em termos de qualidade das culturas plantadas como em relação às condições de colheita e transformação dos itens plantados. No sistema ideal operado nos antigos lugares, poderia ser observado, principalmente em relação a mandioca que, permanecendo na terra por um período mais longo, torna-se uma reserva, como um fundo a que podem recorrer para fins de transformação em farinha, seja para atender a uma demanda de consumo doméstico, seja para a sua comercialização destinada a suprir alguma outra necessidade que se apresente.

Por ainda não estar totalmente madura, a mandioca não produz uma boa farinha, apresenta características escura e grossa, o que torna o produto pouco aceito no mercado. Entretanto, quando plantando nas antigas terras tem-se roça com mandioca de dois anos. Somente Seu Zé Carço informou possuir uma roça de três anos, segundo ele, a mandioca é grande e boa, pronta para ser colhida. Essa mandioca produz uma farinha mais clara e fina.

Depois de plantada, a limpeza da roça é feita constantemente, quase todos os dias os homens vão para a roça fazer a capina, o que não permite o crescimento de espécies mais resistentes. A limpeza da roça não é mais feita mensalmente como antes, em uma grande atividade que envolvia muitas pessoas, conforme relatos em conversas informais. A limpeza quase que diária se dá principalmente por falta de outras atividades para realizar, especialmente a pesca e a criação de pequenos animais.

Quanto à pesca, essa atividade fora totalmente comprometida, tendo em vista que os moradores foram retirados de uma área na beira do rio Peptal e perto do Igarapé do Trajano, que garantia fácil acesso ao mar, e o novo espaço que residem está longe de todos esses recursos. A distância praticamente inviabiliza essa atividade e, quando realizada, são muita as dificuldades enfrentadas, conforme relato abaixo:

Pesquisadora: E como é que faz pra pescar aqui?

Seu Melquiades: ah, senhora, quem mora aqui e vai pescar ele empata dois dias, até três dias, tem que ir de manhã e depois pra voltar de tarde não dá tempo, ele tem que ir de manhã e voltar só no outro dia, dorme lá na pescaria pra poder voltar.

Esse obstáculo não torna a atividade atrativa, embora peixes e mariscos sejam alimentos muito apreciados. Em consequência disso, filhos de pescadores, jovens nascidos na *agrovila*, não sabem nadar, perdem uma habilidade imprescindível para uma atividade antes fundamental na vida dessas pessoas. As novas condições ambientais e ecológicas não permitem que consigam reproduzir tais habilidades. Da mesma forma esses jovens não conhecem, nunca viram e nem nunca comeram o que denominam de peixe grande, pois não há disponibilidade desse alimento na *agrovila*, devido à distância. Restringem-se a comer apenas peixes pequenos como sardinha e bagrinho, peixes pouco apreciado pelo país.

Uma outra atividade realizada por conta da proximidade ao igarapé era a coleta de caranguejo. Esta atividade era importante tanto para suprir a necessidade de alimento em casa, quanto para venda, para também atender a outras necessidades que dependiam de dinheiro, como açúcar e café. Seu Paulo conta que quando precisava de dinheiro para comprar algum desses produtos bastava ir ao igarapé, coletar uma quantidade de caranguejo e vendê-la na sede de Alcântara. Quando voltava para casa, já trazia os itens que precisava.

Hoje é quase impossível praticar essa atividade. São raros os momentos em que é realizada. Além de atender somente necessidades de consumo da família, essa atividade, em virtude da forma como está sendo praticada atualmente, assumiu um certo caráter lúdico. Um grupo de amigos reúne-se e vai até o igarapé do Trajano, lá passando o dia envolvidos com a atividade de coleta regada a bebida. No início da noite, por volta das sete horas, retornam à *agrovila* com cofos repletos de caranguejo.

As mulheres que permanecem em casa passam o dia comentando que à noite irão comer caranguejo. Durante todo o tempo que realizei o trabalho de campo em Peptal, presenciei esse momento duas vezes. É importante acrescentar que esse é um dos crustáceos que podem ser transportados do local em que é coletado e consumido na *agrovila* no mesmo dia, pois não se deteriora facilmente e não precisa de condições especiais de acondicionamento.

Em relação à produção e consumo de alimentos, os efeitos daninhos da transferência compulsória não se fizeram sentir somente em relação à sua disponibilidade e quantidade, mas fundamentalmente em relação à cultura alimentar das famílias deslocadas. Muitos dos itens de sua preferência, facilmente encontrados nos seus lugares de origem, simplesmente desapareceram.

Quanto à atividade pecuária, o comprometimento dá-se principalmente em função das condições ecológicas. No Peptal Velho existiam brejos destinados só para porcos, que podiam ser criados livremente sem incomodar ninguém. A alimentação desses animais também era facilitada pela disponibilidade de frutas, como: buriti, manga, banana. O ambiente natural permitia que tais animais fossem criados soltos, praticamente se auto-sustentando, o que assegurava a criação de grande quantidade e variedade de animais. Isso é claramente percebido no relato de Seu Zé Raimundo:

Pesquisadora: e as criações?

Seu Zé Raimundo: mas lá que a gente tinha a criação da gente pela vontade, aqui a gente não pode ter. Aqui pra gente ter porco é preso, depende demais, até pra galinha tem que cercar o quintal.

Pesquisadora: lá era criado tudo solto?

Seu Zé Raimundo: era. Aqui se não cercar o quintal você não tem nenhuma, aqui em casa já ficou sem ter nenhuma só de bicho comer, vinha buscar bem aqui na cozinha e aí tem que cercar o quintal pra criar, lá não, quem que usava o quintal cercado? É difícil. Lá sempre bicho comia, mas era muito difícil, uma galinha, as vezes, mas a gente tinha muita.

(Seu Zé Raimundo)

A criação de galinha também ficou mais difícil, como aponta o relato acima, pelo fato de terem que cercar o quintal, hábito não verificado nos antigos lugares, o que impede as galinhas de ciscarem livremente. Um outro fator é o desequilíbrio ecológico, pois a área onde a *agrovila* Peptal foi construída era mata, freqüentemente usada pelos trabalhadores para caçar e com grande incidência de raposas e gaviões que comem as galinhas do quintal. É comum lá, matarem esses animais durante o dia para proteger as galinhas.

Dona Maria também fala da dificuldade de manter as criações e hoje não cria mais nada, diz ela:

Aqui é um lugar reprimido, que eu não posso criar com minha vontade como lá no sítio onde eu morava. Onde eu morava, eu criava a vontade, sem incomodar ninguém. (Dona Maria).

E no que diz respeito ao aspecto da repressão, em várias conversas que tive com Dona Leandra, a moradora afirma sempre que a palavra principal da *agrovila* era “não”. Não pode plantar, não pode criar, a terra não dá o suficiente. Segundo ela, para os povoados que permaneceram em seus lugares de origem a palavra é fartura, a vida é de alegria e na *agrovila* é só tristeza, que não permite ter o prazer de dizer “eu tenho”.

Cultura Alimentar

A transferência para a *agrovila* Peptal gerou graves problemas relativos à reprodução material das famílias. Provocou uma crise centrada principalmente na redução significativa das fontes de alimentos. Essa mudança não significou somente o afastamento dos espaços onde comumente obtinham alimentos, mas também a modificação na dieta alimentar das famílias.

Um depoimento bastante representativo desta situação é o de Dona Leandra, que ao ser questionada sobre as mudanças na sua alimentação diz também ter perdido o sabor de determinados alimentos:

Juçara não tem, buriti tem um pezinho aqui outro acolá, lá a gente tinha uma fartura, buriti, juçara, babaçu, que aqui não tem. Eu não sei mais nem o gosto do azeite de babaçu, aqui a gente não tem, colocaram a gente aqui nesse lugar numa situação que a gente fica mesmo só na vontade. (Dona Leandra)

No depoimento de Dona Leandra fica evidente que os moradores não têm mais autonomia na escolher dos alimentos que mais apreciam, ficam somente na vontade, como diz, alimentando-se daquilo que aparece, mesmo não sendo o alimento de sua preferência. Em relação ao coco babaçu, a quebra só é feita depois de meses de acúmulo do fruto em casa. Os babaçuais ficam muito longe e não é possível coletá-lo, a não ser esporadicamente, quando se esta vindo da roça. Uma atividade que antes era feita coletivamente, num momento de socialização entre as mulheres, agora é feita individualmente na cozinha ou no quintal de sua casa, conforme foto abaixo.



Foto 12: quebra de coco babaçu, depois de meses de acúmulo.

Antes as possibilidades alimentares eram as mais diversas possíveis, além dos alimentos oriundos da atividade agrícola, extrativa e da criação de uma grande variedade de animais, tinham também a possibilidade de obtenção de uma grande variedade de peixes, mariscos, crustáceos, bastante importantes na cultura alimentar. E é essa proximidade ao mar, rio e igarapé que contribui para a consolidação da idéia de fartura compartilhada pelo conjunto de famílias quando se referem à disponibilidade de recursos nos seus antigos lugares.

Devido a proximidade ao mar, os peixes representavam um dos principais itens na alimentação diária das famílias, que agora, na *agrovila* deixou de ser, conforme depoimento abaixo:

Pesquisadora: e quanto ao peixe?

Seu Melquiades: aqui é difícil. Lá a gente comia peixe fresquinho, né, aqui a gente só come peixe gelado, porque até chegar aqui.

Além da escassez desse tipo de alimento, observa-se no relato a alusão à forma como ele é consumido: antes alimentavam-se de peixe fresco pela facilidade de acesso, hoje o comem resfriado devido a distância. Essa redução de alimentos, principalmente o pescado, não significou apenas um problema de segurança alimentar, mas mudou também outras esferas da vida social, como as festas e rituais religiosos, nos quais os alimentos ocupam um lugar de destaque.

As Festas

Todas as festas que eram realizadas no conjunto da localidade que foram, por mim, denominadas de unidade sociológica, foram alteradas e algumas até deixaram de existir, em decorrência da quebra na rede solidariedade que existia entre os povoados para realização de tais festas.

Esses eventos, que envolviam o conjunto de povoados, podem ser caracterizados como um forte elo de ligação e identificação do grupo, pois em torno deles reside uma imensa rede de relações, que envolve as mais diversas esferas da vida social: parentesco, trocas econômicas, produção, casamentos e compadrios. Segundo Souza Filho, a festa, entre outros aspectos históricos, funciona como “elemento que fortalece a coesão social do grupo, contribuindo, igualmente, para a consolidação da identidade coletiva” (SOUZA FILHO, 1998, p. 99).

Dentre as festas que deixaram de existir, tem-se, como exemplo, o carnaval. Não aconteceu mais porque, entre outros fatores, os moradores de Pedro Marinho, principais responsáveis pela sua realização, foram separados no contexto da transferência para a *agrovila*. Na mudança, uns foram para Alcântara, outros para Só Assim e Seu Melquiades, um dos organizadores foi o único que se mudou para Peptal. não havia mais um grupo coeso para realizar a festa.

A festa de Santa Tereza também deixou de acontecer, principalmente por falta de estrutura. No primeiro ano não havia como realizá-la, pois no período em que ocorria, as famílias tinham chegado à *agrovila* há apenas um mês. O espaço, a vida, as relações, o trabalho, tudo estava ainda por reorganizar. Depois, Dona Maria ainda tentou organizar-se para realizá-la, mas a sua sogra adoeceu e veio a falecer e, conforme o respeito ao luto, novamente no segundo ano não realizaram a festa. Nos anos seguintes Dona Maria não conseguiu mais estruturar-se para levantar a festa, como ela diz, principalmente por não poder mais contar com a ajuda do grupo como no Peptal Velho.

Pesquisadora: mas aqui tinha a mesma ajuda para fazer a festa como tinha antes?
Dona Maria: não, não, ajuda mais é pouco, eles ficaram tudo afastado não querem ajudar, quando era dantes, lá no Peptal Velho, lá onde a gente morava, ah! pra fazer uma festa todo mundo ajudava, cortava lenha, botava caieira, todo mundo ajudava e aqui não, aqui não, é difícil, ninguém quer ajudar, eles ficam dizendo ah, ela vai fazer festa é pra ganhar dinheiro, não vai dar, não vai pagar, por isso a gente evita de fazer.

Em consequência das novas relações interpessoais que se estabelecem com a mudança Dona Maria deixou de realizar a festa, mas também em função de não conseguir mais garantir um fundo de reservas para a manutenção da festa, ou seja um “fundo cerimonial” (WOLF, 1976). Com efeito, a escassez de recursos e também o tamanho reduzido de sua unidade familiar, ela e o marido tinham apenas um filho, ou seja, tinham uma atividade produtiva pequena em função do número de membros aptos para o trabalho.

A festa de Boi¹⁶ não acabou, mas acontece de uma forma diferente e praticamente sem nenhuma relação com a localidade, nem com os membros do grupo. Na expressão de alguns informantes, deixou de ser uma festa – como fato social total, nos termos de Mauss (1974) - e passou a ser uma “brincadeira” do período junino. A própria denominação utilizada pelos informantes para se referir a esse domínio importante, acaba sendo reveladora das transformações sofridas. O denominado *dono da festa*, o *promesseiro*, faleceu logo depois da mudança para a *agrovila* e hoje a festa não acontece mais lá. Uma irmã dele que mora em Alcântara a organiza, com essa nova característica, fora da *agrovila*.

Ela convida algumas pessoas para participar da “brincadeira” e organiza apresentações em várias localidades durante o período junino, o que não acontecia antes. A “brincadeira” faz apenas uma apresentação em Peptal na véspera do dia de São João, na porta da casa onde morava o antigo dono. Nada referente à organização da “brincadeira” passa pela *agrovila* e nem pelo controle dos antigos moradores de Camaleão que lá residem.

No contexto do deslocamento foram várias as mudanças ocorridas. As festas e a religiosidade não ficariam fora desse processo. Tiveram que ser acomodadas na nova situação a que foram submetidos. Atualmente, a única festa que acontece na *agrovila* Peptal é a de São Benedito, também readaptada em termos de seus preparativos e realização. Os dados coligidos sobre essa festa permitem-me realizar uma descrição, bem como a análise de alguns aspectos que a justificam hoje, considerando suas alterações e novas características.

¹⁶ Como mencionado na apresentação, não é minha intenção realizar uma reflexão sobre as festas. Em relação a tal aspecto, remeto o leitor à excelente etnografia de Regina Prado (1976) *Todo Ano Tem: as festas na estrutura social camponesa* na qual a autora realiza de forma primorosa a análise da festa do Bumba-meu-boi em povoados dos municípios de Alcântara e Bequimão.

Com a transformação de um campesinato de uso comum em parcelar, mudam também as formas de aquisição de recursos para a manutenção da festa. A modificação compulsória de um sistema de uso comum a parcelar, promoveu enormes mudanças na organização social e econômica das famílias, o que comprometeu sobremaneira a realização das festas.

As *agrovilas* tiveram suas festas e rituais empobrecidos. Passaram a ser obrigadas a “celebrar suas festas religiosas sem contar com recursos fundamentais: a farinha, tapioca, azeite de babaçu, carne de porco, alimentos imprescindíveis para sua realização” (SOUZA FILHO. et. al, 2006, p. 54). A constituição de um fundo cerimonial é de suma importância para a garantia do sucesso da festa, e a falta de condições econômicas e produtivas para garantir essa reserva é um dos fatores predominantes nas alterações ocorridas.

Uma das principais alterações deu-se em relação aos alimentos, sobretudo no que diz respeito aos gastos, já que tiveram que passar a comprar mais alimentos, pois o que era produzido não era suficiente para manter todos os dias de festa. A carne, por exemplo, é bastante consumida nesse período, portanto “para realizar a festa na *agrovila* as famílias são obrigadas a realizar maiores sacrifícios. Esse aspecto dá a dimensão das alterações sofridas na estrutura da festa e na distribuição e consumo de alimentos nesse contexto” (MORAES & SOUZA FILHO, 2006, p. 247). Não só a pouca atividade produtiva compele os moradores a realizar maiores sacrifícios, mas também a pouca circulação monetária.

A chamada *jóia* é fundamental para a realização da festa¹⁷. Hoje, o recolhimento dela é reduzido, pois as famílias não dispõem de dinheiro para contribuir. Os que permanecem contribuindo o fazem em quantidades irrisórias. Além disso, em algumas conversas relataram-me que a disposição para o “tiramamento” tem diminuído bastante, o que se associa ao pouco comprometimento das novas gerações que cresceram na *agrovila*. Tal fator aponta para o comprometimento da festa como fator de socialização e fortalecimento da identidade coletiva do grupo. Esse é apenas um dos aspectos que revela porque para os jovens os motivos que justificam a realização da festa não são os mesmos que justificavam anteriormente.

¹⁷ O trabalho de Regina Prado, já referido, mostra com riqueza de detalhes a importância da denominada jóia no contexto das festas camponesas na Baixada Maranhense.



Foto 13: Tiramento de jóia.

O componente religioso era o elemento central para a realização da festa anteriormente. O que justificaria a festa agora nesse novo contexto? Para entender as novas motivações é necessário pensar em termos geracionais. Para os mais velhos, que viveram no Peptal Velho e dominavam os códigos de conduta da festa, a promessa e o que denominam de tradição eram o atrativo principal. A falta desses elementos hoje torna a festa pouco atrativa para os moradores, como podemos perceber no relato de Seu Melquiades:

Pesquisadora: me conte como é a festa de São Benedito hoje?

Seu Melquiades: eu não acho a festa daqui animada como era antigamente. Eu achei que mudou. Porque, por exemplo, essa do Peptal de sete de setembro, dava muita gente, vinha gente de todos os povoados, de todas as redondezas, aqui já tá perto da cidade, mas a festa não foi mais aquela de tradição, como naquele tempo lá do Peptal velho, no antigo povoado, lá era uma festa tradicional, chamava atenção de muita gente, muitos times de futebol iam jogar, iam brincar, muita gente mesmo.

Subjaz no relato do informante, quando ressalta os termos tradição e tradicional, a importância que a festa desempenhava como aglutinador social, como elemento que estimulava a reciprocidade, a interdependência. A sua realização ano após ano, ratifica não só a própria idéia de tradição, mas os vínculos mantidos entre diferentes grupos familiares pelo seu intermédio. A tradição consolidava-se pela perpetuação dos laços sociais que a festa tornava possível, que a festa ratificava.

Para essa geração, a festa deixa de ser animada. As alterações sofridas nos termos da organização social e produtiva das famílias contribuem decisivamente para isso. O

aspecto da tradição é entendido de forma diferente pelos jovens. Segundo Mocinha e Sandra, duas jovens que foram minhas alunas no CSJ, a festa de Peptal Velho não é de tradição, como caracteriza Seu Melquiades, é festa de promessa, e aquela realizada hoje na *agrovila*, sim, é de tradição. Durante essa conversa fiquei confusa com a explicação delas e pedi que estabelecessem a diferença entre as duas.

A explicação foi a seguinte: festa de promessa é aquela que uma só pessoa faz todos os anos por obrigação, se a pessoa faz a promessa ela tem que pagar, portanto não é uma tradição, é uma obrigação. Já a festa de tradição é feita sempre por pessoas diferentes para garantir que a festa aconteça todos os anos, caso não tenha uma pessoa anualmente para “levantar a festa” ela “cai”, ou seja, acaba a tradição.

Esse aspecto foi compartilhado pela ampla maioria dos jovens quando levei o assunto para ser discutido na sala de aula. Dessa forma, confirmou-se que a idéia de tradição não é a mesma para as diferentes gerações, assim como também não são as mesmas as motivações para a realização da festa. Apesar da distinção estabelecida pelas jovens, mesmo as festas realizadas atualmente na *agrovila*, terminam por serem enquadradas na classificação da obrigação, pois, do contrário, como elas mesmas sublinham, a festa “cai”. Desse modo, tradição e obrigação acabam sendo partes importantes de um mesmo demônio, no caso a festa.

Para os jovens a importância de sempre haver pessoas diferentes para “levantar a festa” traduz-se na necessidade de não esgotar diversão não um compromisso com o grupo, pois eles pouco se envolvem nas etapas da festa como, o *fazimento de bolo*, a cozinha, as ladainhas, o *tiramento de jóia*, e a procissão. As etapas em que os jovens estão sempre presentes é no levantamento do mastro, pelas brincadeiras que ocorrem, como baile, com a radiola de reggae e o lava-pratos. Até a noite do tambor de crioula os jovens participam pouco e normalmente chegam à *tribuna* só depois que termina a ladainha e começa o baile. Esses são os aspectos mais atrativos para as novas gerações.

Mesmo considerando esses aspectos, a festa continua sendo importante, embora com alterações nas motivações, que são necessárias para sua manutenção. Com esse intuito, o grupo buscou alternativas para que a festa continuasse acontecendo todos os anos.

Um aspecto foi fundamental para que todo o grupo se empenhasse para solucionar o problema de manutenção da festa: a desistência de Seu Zé Caroço. Ele era o *promesseiro* e considerado o *dono da festa*. Chegando à *agrovila*, resolveu não realizá-la mais.

Além de ser o *dono da festa*, Seu Zé Caroço era também o dono do clube, da tribuna e, por ser proprietário do comércio, era também o dono do bar e o responsável pela contratação da radiola, ou uma bandinha (apenas no começo da promessa). Tudo era perto de sua casa, ou melhor, tudo era lado a lado, como pudemos observar em algumas fotos anteriores.

Em entrevista, questioneei o porquê dele ter deixado de fazer a festa, e, pacientemente, mas com um ar de desagrado e tristeza, explicou-me, depois de ter se passado um breve silêncio antes dele começar a falar:

Pesquisadora: porque que o senhor não fez mais a festa?

Zé Caroço: não, a mulher ficou logo sendo crente.

P: Mas, quando? Depois que chegou aqui? (silêncio antes da resposta)

Zé Caroço: é, não é só isso não, não me dá mais vontade de fazer a festa.

Pesquisadora: depois que mudou pra cá?

Zé Caroço: não, não dá mais vontade.

Pesquisadora: mais porque Seu Zé?

Zé Caroço: não fizeram minha tribuna.

Pesquisadora: só porque não tinha a tribuna?

Zé Caroço: é, é não fizeram, lá ainda não fiz só um baile e nem uma festa, porque daqui lá pra tribuna é longe, ai faz um comer pra chamar um tocador ou coisa pra vim comer aqui, se é carne de boi, já tá tudo sebooso, se é carne de porco é pior, não eu não faço, não faço.

Pesquisadora: mas, e se a tribuna fosse aqui perto?

Zé Caroço: ai tá certo, se fosse bem aqui abeirando a casa, como era lá, ai eu de vez em quando fazia uma festa.

A primeira resposta dada foi a mudança de religião da mulher. Obviamente isso é importante, mas depois de um silêncio, dele ter pensado na resposta, o real motivo apareceu. A falta de vontade que ele diz ter em relação à festa se dá, fundamentalmente, em razão da nova organização do espaço, bem como pela perda da autoridade e da autonomia. A tribuna deixou de ser dele e passou a ser um espaço público (vide croqui), além de ser longe de sua casa.

Quando diz no relato “não fizeram a minha tribuna” quer sublinhar que a Aeronáutica não cumpriu a promessa feita a ele de construir, na *agrovila*, a *tribuna* colada à sua casa, como no antigo lugar. Em função disso, seu Zé Caroço foi violentado na sua

condição de dono da festa, no seu status social internamente ao grupo. A distribuição espacial imposta pelo CLA acabou ratificando isso.

Outro fator importante que aparece nesse relato trata-se obrigação do festeiro em servir bem. A generosidade do chamado *dono da festa* é explicada pela farta distribuição de alimentos e alimentos de qualidade, pelo cumprimento das etapas da festa, pelo bom funcionamento da festa e pela inexistência de reclamações por parte dos participantes em relação a organização. Seu Zé Caroço, após ver suas reservas esgotadas e sua produção insuficiente, resolveu deixar de fazer a festa, evidenciando nas entrelinhas da entrevista que era gostaria de passar vergonha por uma situação vexatória.



Foto 14: Mesa do mordomo durante a distribuição da comida.

A primeira festa na *agrovila* parecia não ter muitos motivos para confraternização, afinal de contas esse evento marcava um ano de saída de seus antigos lugares. Além disso, meses antes, Seu Zé Caroço havia anunciado que não realizaria mais a festa. Um informante, Zé Carlos, contou-me como o grupo ficou sabendo da desistência:

Pesquisadora: como vocês souberam que seu Zé Caroço não ia mais fazer a festa?

Zé Carlos: Porque ele mesmo que se decidiu, ele disse que não ia mais fazer festa de novo.

Pesquisadora: mas, ele avisou todo mundo?

Zé Carlos: avisou, chamou, fez reunião e disse que não ia mais fazer festa. Ele combinou com a gente, só faria a festa se fizesse a tribuna dele perto ai.

Pesquisadora: como foi a reação de vocês?

Zé Carlos: teria que fazer, não podia acabar, o festeiro era ele, ai todo mundo ficou sem saber, ai foi que as pessoas começou a se unir e fazerem festa.

A desistência de Seu Zé Carço acabou provocando, mesmo que momentaneamente, a união do grupo a fim de não deixar a festa acabar. Essa primeira festa, conhecida como “festa da comunidade”, pois todos se organizaram e trabalharam para realizá-la. Todos colaboraram com o que podiam, pois um ano depois todos já estavam bastante empobrecidos. A curiosidade em torno dessa primeira festa gerou grande expectativas entre todas as pessoas, dos povoados, de Alcântara e também da Aeronáutica, como relata Zé Carlos:

Todo mundo esperando como ia ser a primeira festa aqui, como ia ser a reação dos pessoal, deu muita gente, inclusive da Aeronáutica, esse pessoal veio ver, deu muita gente, foi, muito carro que veio trazer os pessoal pra festa, muita gente (Zé Carlos).

A expressão “festa da comunidade” aparece em várias entrevistas quando pergunto quem fez a primeira festa, mas relacionada somente a esta e não mais às outras. A partir da segunda festa na *agrovila*, aparece o termo “festa de sócio”, junção de duas ou três famílias para a realização da festa, pois ninguém possuía condições de arcar sozinho com as despesas, não dispunham de recursos monetários nem de reservas oriundas das atividades agrícolas e de criação, ambas completamente comprometidas pelas condições desfavoráveis na *agrovila*.

A primeira alternativa de fazer a festa com todo o grupo não continuou nos anos seguintes. Hoje a reclamação de que ninguém mais contribui é quase geral, que a festa sendo feita cada ano por um ou vários donos diferentes e até por pessoas de Alcântara prejudica bastante as relações entre as pessoas, pois às vezes gera, inclusive, brigas entre os moradores. Dona Leandra aponta apenas um dos aspectos da festa, o corte de lenha, não representando mais uma etapa importante da festa:

[...] hoje se vai fazer uma festa ninguém ajuda mais ninguém, hoje não, hoje eles pegam, vamos rachar lenha para festa, eles pegam vão rachar, hoje não tem mais aquela animação, hoje eles vão rachar a lenha pra fazer a comida do Santo Padroeiro, eles vão duas ou três pessoas e colocam nesse pula que já vem aí, quando a pessoa procura, ah, a lenha já ta rachada, já ta lá na igreja, hoje não

tem mais não, hoje cada qual não quer se misturar, cada qual quer ser melhor que o outro, então eu sinto que há uma grande diferença.

(Dona Leandra)

Mesmo com as relações entre os membros do grupo comprometidas e com a diferença sentida por Dona Leandra, a “festa de sócio”, que surge no contexto da *agrovila*, permanece até hoje como uma alternativa viável, ainda que depois de vários anos haja um consenso de que a *festa de sócio* não é algo bom. Apesar dessa constatação, eles não têm outra alternativa para promover a festa todos os anos.

Nas últimas festas, precisamente as dos três últimos anos, 2004, 2005 e 2006, as quais tive oportunidade de presenciar, as reclamações em torno do desentendimento dos sócios eram uma constante. Em 2005, por exemplo, o problema maior foi o fato de um dos *festeiros* ser de Alcântara (sede do município), que esteve na festa de 2004 afirmando que tinha feito uma promessa para São Benedito e havia sido agraciado. O grupo permitiu por ele ser filho de uma família de Peptal, embora não estivesse vivendo lá desde a mudança para a *agrovila*. O fato de ele não estar familiarizado com o cotidiano e com os códigos da festa o levou a cometer uma seqüência de deslizos, imperdoáveis, do ponto de vista do grupo.

O principal deles e que gerou maiores comentários e burburinhos foi o fato de toda a comida da festa ter sido comprada em Alcântara. O festeiro não comprou nada dos moradores da *agrovila*, como é de praxe, já que a festa é um período que movimenta o comércio local e também é tido como tempo de possibilidade de conseguir alguma renda.

Há quem venda arroz, tapioca, milho e principalmente animais, galinha e porcos, alguns moradores, por sua vez, alimentam porcos o ano inteiro para serem vendidos durante a festa. As pessoas que trabalhavam na cozinha também eram de Alcântara (sede) e, parte da família do festeiro, não passou nas casas convidando as pessoas para participar da festa e ajudar no que pudessem, como acontece comumente. O raro momento de socialização entre as mulheres do grupo foi afetado neste ano.

O grupo permitiu, embora reticente, que ele fosse o *festeiro*, em consideração à sua mãe, uma senhora muito idosa que ainda mora na *agrovila*. Só que a experiência não foi agradável para o grupo, pois foram quebradas algumas regras próprias da dinâmica da festa. Mesmo sendo de uma família de Peptal esse fator não foi suficiente para que fosse considerado do grupo, pois a convivência cotidiana falava mais alto.

Nessa festa, os erros, os imprevistos, as transgressões às regras estabelecidas pelo grupo foram atribuídos ao fato de ele não viver na *agrovila*, de viver na sede em Alcântara. Com essa experiência, ser de fora da *agrovila* passou a ser um impedimento a quem deseje ser *festeiro*.

Os critérios de escolha dos festeiros para as próximas festas não são muito rígidos, basta que a pessoa interessada procure o grupo que está realizando a festa no ano corrente e diga que deseja ser *festeiro* no próximo ano. Alguns são movidos por promessas e outros não, mas em conversas com algumas pessoas, estas relataram que a prioridade é sempre para quem tem promessa.

Caso haja muitas pessoas interessadas, a prioridade é para quem teve uma graça alcançada. Segundo os moradores, se seis pessoas candidatarem-se, todos podem fazer a festa juntos. Em princípio não há impedimento algum, mas várias pessoas do grupo afirmaram que preferem que a organização seja feita por dois ou até três, caso contrário consideram que a possibilidade de conflitos é maior.

A única condição imposta é que o interessado participe do ritual de derrubamento do mastro no último dia da festa. Este é o momento que funciona como transferência de responsabilidade, na qual o *festeiro* do ano passa o posto para aquele que a realizará no ano seguinte.

Em 2006, foi o primeiro ano que houve quatro *festeiros*. Eram quatro famílias de *sócios*, dessas apenas duas disseram ter motivos de promessa: um tinha um filho doente e prometeu ser *festeiro* se o filho ficasse curado e o outro disse que era por devoção da mulher. Os outros queriam ser *festeiros* mesmo, sem outras motivações, pois segundo Dona Leandra, a intenção resumia-se a participar do movimento, não havendo, portanto, compromisso com o santo.

O número maior de *festeiros* também causou alguns problemas, como brigas públicas entre os festeiros. Esse episódio foi considerado pelo grupo como muito grave e, em função disso, instituíram uma nova regra: não será mais permitido um número superior a três *festeiros*. A respeito disso, Dona Maria conversou comigo, comentando:

Pesquisadora: me conte como é a festa hoje?

Dona Maria: a senhora quer saber de uma coisa que eu vou lhe dizer: festa é pra fazer só. Porque se a pessoa ganha prejuízo, é só ele e se a pessoa ganhar é melhor pro dono, agora esse negocio de sócio não é bom não, dá confusão, que aí eu sou sócia, a senhora é sócia, outro é sócio, aí vamos dizer que eu quero tirar

um tomate para botar na minha panela, outro quer tirar uma cebola, outro quer tirar uma colher de café, aí os outros vão dizer, olha tá roubando, fulano de tal tá tirando e assim não presta. Festa pra fazer que faça só e aí a pessoa ganha bem, se não ganhar bem também não tem que se queixar a ninguém, mas esse negócio de sócio não dá certo. E se eu fizesse festa aqui eu não ia fazer com esse negócio de sócio, eu ia fazer como eu fazia antes.

Essa idéia de fazer a festa só é compartilhada por vários moradores com quem conversei a respeito da realização da festa, mas ninguém consegue fazer sem a ajuda de outras pessoas, pois a festa envolve muitos gastos.

Para 2007, Seu Paulo, marido de Dona Leandra, candidatou para *festeiro* e ele mesmo convidou Miguel, seu companheiro de trabalho para fazerem juntamente a festa. Embora os dois não sejam ligados por laços de consangüinidade, consideram que a festa permanecerá na mesma família, pois os dois são casados com mãe e filha respectivamente.

Pelo motivo acima, mesmo sendo dois *festeiros*, de unidade familiares diferentes, eles e o grupo consideram que a festa será feita por uma só família. É interessante mencionar que uma terceira pessoa candidatou-se, mas os dois não aceitaram, afirmando desejarem que a festa ficasse só na família. Tanto eles quanto a maioria do grupo atestam que agora a festa será boa porque tudo estará em casa, na mesma família.

Mas o que sustenta a opção de não aceitar outro sócio? E do restante do grupo compartilhar dessa decisão? A questão familiar parece ser bastante forte nesse caso, mas também pode ser o fato do apego à festa como anteriormente era realizada e a tentativa de reproduzi-la agora com esse princípio fundamental na antiga morada. As duas unidades familiares viveram no Peptal Velho e conheciam a festa e dominavam seus códigos. Quando aceitaram realizá-la penso que desejam ver reproduzidos os hábitos antigos, a fim de preservar, mesmo com a mudança, a festa nos moldes tradicionais em seu aspecto fundamental: a coesão familiar e do grupo.

Nenhum dos dois *festeiros* parece ser movido por promessas, embora sejam devotos de São Benedito. Não questionei nenhum deles a esse respeito, mas em conversas informais durante os preparativos da festa de 2006, estes comentavam que iriam fazer a festa para mostrarem como realiza-se uma festa boa, pois isso só é possível quando tudo permanece na mesma casa.

Discutiam isso em decorrência de uma série de insucessos nas festas anteriores, notadamente no descumprimento de algumas regras tais como: etapas da festa não

cumpridas ou realizadas de forma muito diferente; o tambor não ter começado no horário marcado ou ter atrapalhado a ladainha; o recolhimento das jóias ter sido feito de forma apressada; o *festeiro* não convidar as mulheres para ajudarem na cozinha, não contratar um carro para deixar as *coreiras* e *tambozeiros* em Alcântara, a comida não ser de boa qualidade, a procissão do Santo não percorrer todo a *agrovila*, a quantidade de foguetes não ser suficiente e até mesmo brigas públicas entre os diferentes *festeiros*.

Há um empenho dos dois e também das suas mulheres, Dona Leandra e Lindalva, embora as duas não tenham concordado com a idéia no primeiro momento, para se empenharem na realização da festa. Vale lembrar que isso não se resume ao ato de mostrar ao grupo que festa boa é festa feita na família e não por sócios, como Seu Paulo assegurou em uma das conversas que tive com ele na porta de sua casa.

Essa expectativa é compartilhada por boa parte do grupo. Durante os cinco dias da última festa, conversei informalmente com várias pessoas e muitas delas disseram esperar pela próxima festa, garantindo que nesta não haverá confusão e também pelo fato de atribuírem a Dona Leandra a capacidade de organização e a Seu Paulo a feitura do melhor *levantamento de mastro* quando foi o padrinho, fato que ainda hoje é comentado por muitos.

Na verdade são duas as unidades familiares. Mas o que se justifica, do ponto de vista coletivo, são os laços de consangüinidade. A mãe e a filha, embora não tenham sido as duas que pediram para serem *festeiras*, mas os maridos de cada uma delas. Mas o fato dessas duas unidades familiares serem unidas pelo parentesco permite que o grupo atribua responsabilidade de organizar a festa a uma mesma família. Resta agora esperar como será a festa desse ano de 2007.

A festa para o santo, a religiosidade, dentre outros fatores, representavam um forte laço de identificação e união entre as pessoas do grupo, que também fora alterado com a mudança. Maffesoli (1996, p. 326) ressalta que faz-se necessário lembrar que o processo de identificação “é uma estrutura das mais normais, e preside, em geral, a fundação de toda agregação social, seja ela qual for”, dessa forma identificar-se com o lugar, com os valores, com uma causa, e não apenas com pessoas, é que constrói essa idéia de uniformidade e de pertencimento a um determinado lugar e são esses elementos que fortalecem o corpo social.

Relocados, remanejados ou atingidos: as agrovilas e a questão da identidade.

Durante todo este trabalho observou-se que as famílias remanejadas para as *agrovilas* eram oriundas de territórios com diferentes formações históricas e sociais, o que lhes garantia uma especificidade nas formas de ser, fazer e viver. Conseqüentemente, os membros do grupo compartilhavam valores comuns que lhes garantiam uma forma característica de identificação.

A identificação constitui valores sociais que podem ser disputados em conflito, dentro e fora do grupo. Os valores podem ser perfeitamente negociáveis e flutuam entre a identidade da personalidade como individualidade socialmente construída e a identidade socialmente determinada pelo grupo. Nos antigos lugares de origem os valores da identidade eram facilmente determinados, tanto internamente ao grupo, quanto externamente. Todos compartilhavam dos mesmos princípios ordenadores. A identidade não precisava ser constantemente levantada como condição para permanência nesses lugares, isso só ocorreu quando os membros do grupo começaram a ver ameaçadas sua territorialidade e sua subsistência.

A identidade está em constante processo de construção e o indivíduo define-se a partir da interferência do mundo circundante. A interferência causada pelo remanejamento imposto pela Aeronáutica abalou os sentimentos de pertencimento, afinidade, solidariedade e comunhão com os outros que participam do grupo. A saída dos lugares de origem, a disposição de vários povoados numa mesma *agrovila* propiciou que tais valores perdessem força e fossem claramente afetados, conforme depoimentos abaixo:

[...] morava no Peptal antigo e lá, quando nós morava lá, pra mim e pra todos era melhor, a nossa vivência era melhor, a gente se unia melhor, tinha os laço de família que era melhor, a gente se identificava uns ao outros [...]
(D. Leandra, setembro/2004).

A gente parece que se conhecia melhor porque não tinha assim diferença, hoje eu sinto que depois que a gente se mudou pra cá eu sinto que as pessoas não gostam mais de se unir não, cada qual prum lado, não tem mais aquela amizade que a gente tinha [...]
(D. Leandra, dezembro/2004).

Questionar sobre o que provocou estas mudanças é uma constante neste trabalho, mas as respostas nem sempre são evidentes. No plano teórico poderia ser aquilo que Bourdieu caracteriza de “esforço pela autonomia”, já que agora numa outra situação, num

outro grupo, cada um poderia construir a nova vida que desejaria, poderia “definir os princípios de definição do mundo social com seus próprios interesses” (BOURDIEU, 2001. p. 125). Essa falsa idéia de autonomia e independência, cultivada no grupo pela Aeronáutica, perdurou por um tempo. As pessoas acreditavam que com glebas individuais, privadas, iriam ter suas próprias terras, iriam plantar o que quisessem, o quanto pudessem e no período que desejassem. Seus quintais cercados davam a idéia de que a partir da mudança cada um seria dono de sua propriedade.

A esse respeito, Bourdieu (2001) também lembra da existência de “manifestações sociais” destinadas a manipular as imagens e as representações geradas no seio de cada uma dessas experiências, mas é claro que as manifestações dependem “também do grau em que o discurso que anuncia ao grupo e a sua identidade estar fundamentada na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo” (BOURDIEU, 2001. p. 117). E foram as promessas da Aeronáutica, capazes de fazer as pessoas acreditarem que viviam numa vida de sofrimento, depositando nelas um anseio por melhorias, que alteraram as relações mais estáveis, inclusive os laços de solidariedade e, relacionando-se à propriedades de origem, de lugar e de sinais duradouros, ressignificou assim, as representações e a identidade.

Quando o novo grupo se deu conta de que a autonomia antes proposta não funcionou ou que não alcançou os objetivos que lhes eram propostos, passaram então, numa tentativa de reordenamento das relações, a reconstruir suas identidades. Mas, esse processo não foi possível não fosse a própria intervenção da Aeronáutica e principalmente a interferência de grupos externos que atuavam junto ou a favor das famílias remanejadas. Maffesoli (1996, p.311) lembra que “o eu social é totalmente investido pelo outro, determinando diversas modulações da alteridade”, ou seja, o eu social é feito pelos outros e, necessariamente, é fruto das experiências compartilhadas no grupo.

A vida vivida parte de um pressuposto elementar: uma particular “compreensibilidade¹⁸” do sentido da ação dos outros, ou seja, na afinidade dos costumes e hábitos que são gerados no seio de uma comunidade; a compreensibilidade que está em jogo neste caso é mais um resultado do convívio do que uma característica do grupo,

¹⁸ Do texto original “comprensión” (WEBER, 1996. p.319). Utilizei compreensibilidade por considerar mais adequado ao texto e a idéia que tento passar.

“especialmente porque la ‘comprensión’ del sentido de la conducta ajena es el supuesto elemental para um proceso de comunización (WEBER, 1996, p. 320). A conduta anterior era indiscutível, afinal, as peculiaridades de origem e de formação garantiam-lhe uma identidade evidente: descendentes de escravos, que não reivindicavam a necessidade de ser freqüentemente evidenciada.

Somente quando a situação desses grupos virou um problema social, digno de ser entendido e solucionado, como já vimos anteriormente, é que essa identidade passou a ser constantemente acionada, primeiro pelos outros e depois incorporada pelo grupo como atributo que pudesse lhes garantir determinados direitos ou privilégios.

Paralelo a essa forma de identificação, há outras não menos importantes e da mesma forma manipuladas por agente externos posteriormente incorporadas e também manipuladas pelo grupo. Estou discutindo as categorias *relocados*, *remanejados* ou *atingidos*, várias denominações utilizadas com o mesmo propósito de identificar as famílias que foram retiradas compulsoriamente de suas terras para a implantação do CLA.

Essas categorias atuam como princípio de classificação e diferenciação, interna e principalmente, externa, pois definem um tipo social. Um novo tipo que “puede actuar como generadora de ‘costumbres’, así actúa cada una de alguna manera, al vincular con cualidades heredadas, probabilidades de vida, supervivencia y propagación” (WEBER, 1996. p. 317). A combinação desses fatores mencionados por Weber, como qualidades herdadas, probabilidade de vida, sobrevivência e propagação, garantem uma nova identidade, que os diferencia de outros grupos e se dá principalmente pela falta, pela negação e pelo contraste em relação à vida anteriormente vivida.

Mas, em relação a essa nova identidade, em processo permanente de construção, é importante ressaltar que seu objetivo é o perdurar do corpo social, considerado enquanto todo. Dessa forma “a existência real da identidade, supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença” (BOURDIEU, 2001. p.129). É nesse sentido que representa um vetor de suma importância, pois fornece os elementos necessários para analisar a vida social, assim como funciona como elemento, nesse caso, de disputa e garantia do território, especialmente no que diz respeito aos últimos acontecimentos envolvendo as famílias remanejadas e a Aeronáutica.

Relação com o CLA: buscando alternativas de sobrevivência.

A relação com a Aeronáutica é um ponto fundamental a ser compreendido, pois as famílias passaram a ter que se relacionar com os militares, um elemento não existente antes. Esta é uma relação que determina muitas práticas no novo contexto em que estão vivendo, principalmente a busca de alternativas para garantir a continuidade das atividades produtivas.

Há uma série de eventos que marcam a atuação mais recente do Comando do CLA. O que chamo de mais recente, não são só acontecimentos de agora: ao contrario, trata-se daqueles frutos de uma história de conflitos anteriores, uma historia que vem da ausência da pesca, do esgotamento do solo, da falta de escolas para as crianças e de uma busca por garantias de condições de reprodução do seu grupo social, de suas famílias.

Vou me deter aqui somente aos últimos seis anos, quando as famílias de Peptal buscaram como alternativas para sua manutenção o retorno às antigas terras onde antes moravam. O que coincide mais ou menos com o primeiro acordo de salvaguardas tecnológico entre o Brasil e os EUA¹⁹, que data de 18 de abril de 2000.

As dificuldades enfrentadas pelas famílias para continuar produzindo alimentos, em função da péssima qualidade dos solos, enseja, em muitos, o desejo de voltar aos antigos lugares. Devido a tais condições, o grupo é forçado a buscar alternativas e a mais viável é o retorno a Peptal Velho, desejo que está intimamente associado a variedades de espécies frutíferas, o que remete à idéia de fartura de alimentos sem a necessidade de compra.

O que resta ao grupo para garantir a sua reprodução material é a busca de novas áreas para plantio e a ocupação de áreas que hoje estão sob o controle da Aeronáutica. A situação aponta dois lados divergentes quanto aos seus objetivos: enquanto para as famílias remanejadas a busca dessas áreas é uma solução, uma garantia de sobrevivência, para a Aeronáutica é um grande problema, que se intensifica com acordo mencionado acima.

A justificativa do grupo em voltar para suas antigas terras é bastante explicita, a qualidade da terra:

¹⁹ Acordo entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo dos Estados unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos as América nos Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, de 18 e abril de 2000. Assinado pelos dois governos respectivamente.

Lá que a terra é boa e a gente antes não podia ir lá, a gente faz assim tipo uma invasão, dizendo eles que nos invadimos, mas até agora eles ainda não mexeram, logo no começo eles mexeram, mas a gente teimou, teimou, teimou e agora eles deixaram. (Dona Leandra).

No primeiro momento esse retorno foi difícil. Vários conflitos marcaram a conquista da permanência das famílias nessas áreas. A Aeronáutica construía cerca e eles derrubavam, chamavam os presidentes das associações para o Quartel a fim de conversarem. Helicópteros realizavam constantes sobrevôos sobre essas áreas e os moradores escondiam-se nos matos, dentre outras ações de resistência, as quais não me deterei a descrevê-las. Constantemente esses trabalhadores eram considerados invasores, como aparece no relato de Dona Leandra. Na realidade, do ponto de vista moral, eles eram induzidos pela ação constrangedora do Comando do CLA a pensar que realmente estavam invadindo as terras, quando na verdade o movimento que organizavam era, sim, de reconquista de um território que lhes pertencia e que foi expropriado.

O acordo de salvaguardas tecnológicas trata do primeiro passo da política do País para promover o uso comercial da área desapropriada. Dessa forma, as famílias vêm novamente a sua sustentabilidade ameaçada, pois um governo que deseja alugar parte de seu patrimônio a outros países não fará isso com parte desse espaço ocupado por grupos considerados invasores.

Após vários conflitos, audiências públicas, discussão sobre os problemas de soberania nacional, pressões dos movimentos sociais e a questão dos remanejados de Alcântara ter se tornado um problema social de âmbito nacional, o acordo foi suspenso. A partir daí as famílias continuaram a plantar nas antigas terras sem serem incomodadas ou constrangidas. Segundo Dona Leandra, a relação com a Aeronáutica melhorou muito depois disso, e em 2004 ela prestou o seguinte depoimento:

Pesquisadora: Dona Leandra, e a relação de vocês com a Base hoje?

Dona Leandra: Ah, a relação tá é bonita e boa, de lá é que nós tamo tirando o sustento agora, no lugar das casas tudo é roça, de onde a gente tá tirando a mandioca, o arroz, é de lá.

Essa “boa relação” durou cerca de dois anos, o que assegurou a eles um período de autonomia produtiva e garantia de fartura de alimentos, embora a área fosse longe e

tivessem que caminhar cerca de duas horas para chegar às áreas de plantio e outras duas horas para retornar. Mas, a fatura de farinha e de arroz, principalmente, compensava o esforço.

Segundo Seu Paulo, a primeira fatura de farinha que teve desde que mudou para a *agrovila* foi quando plantou nas suas antigas terras. De acordo com suas palavras a fatura de arroz foi enorme que há mais de dez anos não havia se deparado com uma grande produção de arroz, a casa estava cheia de arroz e orgulhava-se dizendo que o arroz seria suficiente para dar para aos filhos, vender e consumir ao longo do ano.

Da mesma forma, Dona Leandra afirma que há 15 anos não passava um ano sem comprar arroz, exatamente o período que eles permaneceram plantando nas glebas dadas pela aeronáutica. No segundo ano de plantio nas terras de Peptal Velho, Dona Leandra não pôde colher tudo, porque seu núcleo familiar é pequeno e, por conta disso, teve de doar uma *linha de roça* inteira para quem havia plantado pouco ou nada cultivou nas antigas terras.

“Eu dei, dei, dei mesmo tudo, sem pena, eu disse: olha, pode colher pra ti e ficar com tudo, eu só não quero é ver arroz estragar” (Dona Leandra)

A fatura de arroz foi maior que a de farinha, porque além da melhor qualidade da terra, a experiência adquirida ao longo dos quase vinte anos produzindo nas terras dadas pela Aeronáutica, determinava que o trabalho na cultura de arroz deveria ser mais intenso que nas demais. Nas glebas da *agrovila*, a mandioca enfrenta menos problemas que o arroz. Para terem uma quantidade razoável de arroz, deveriam dedicar um esforço maior no plantio, plantando muito mais do que esperavam colher. Quando passaram a plantar nas antigas terras, reproduziram as mesmas práticas e o arroz produziu muito mais do que eles podiam colher.

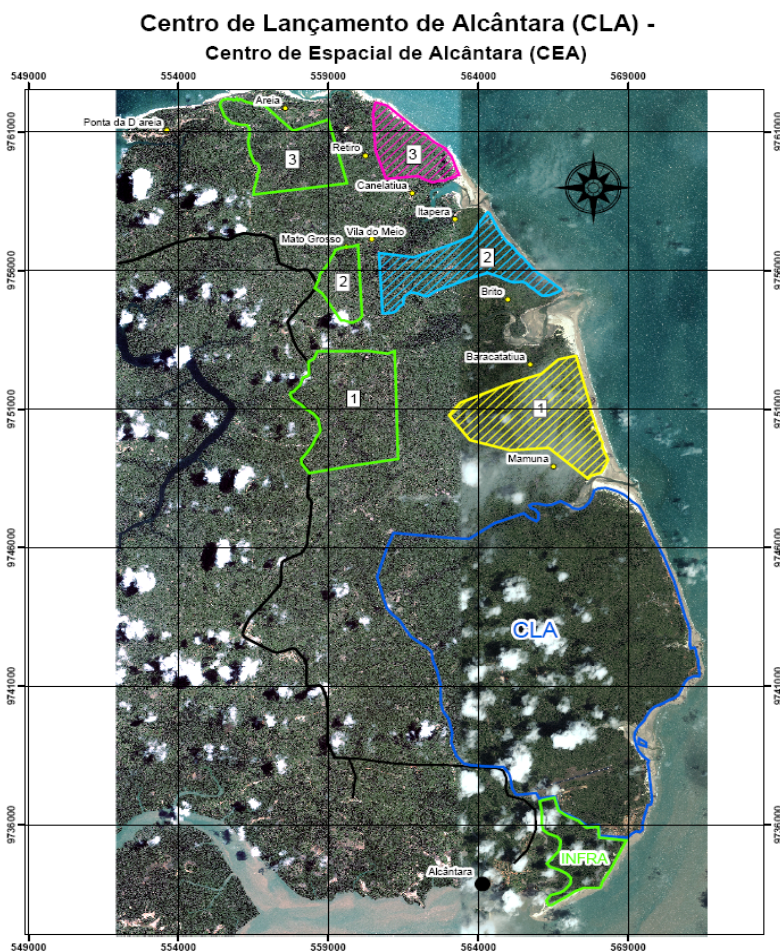
A mandioca que plantavam nas antigas áreas, além de melhor qualidade, conseguiam obter uma colheita em maior quantidade. Nos últimos anos eles têm fabricado tapioca, um outro derivado da mandioca. A farinha é o principal produto e o elemento mais importante na cultura alimentar das famílias. A tapioca, embora usada na preparação de mingaus e bolos para serem consumidos com café, sendo bastante apreciada pelos moradores não é prioridade, pois somente era feita caso sobrasse mandioca, o que raramente acontecia.

Agora a maioria deles produz a tapioca em quantidade razoável, apenas para consumo próprio, uma vez que a mandioca plantada não estraga na terra e pode-se colher o suficiente para o preparo da farinha e de um pouco de tapioca. Isso possibilitou, também, uma reserva maior para a festa, pois em 2006 não precisaram comprar tapioca para fazer os bolos e nesse mesmo ano presenciei a maior quantidade de bolos no dia do denominado *fazimento de bolo*.

Na nova conjuntura que esta posta aos moradores de Alcântara, desde 20 de abril de 2006, essa fartura está novamente ameaçada. O Governo Brasileiro e a Agencia Espacial Brasileira lançam, juntos, uma proposta para viabilizar a implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA. Novamente essas pessoas encontravam-se diante de uma “festa inacabada”, não mais de um ritual religioso, mas de uma festa de fartura alimentar, pois, com essa proposta os trabalhadores, todos deveriam se retirar da área do CLA até 15 de agosto de 2006, retirando apenas aquilo que pudessem colher, lembrando que nesse período as culturas ainda não estavam totalmente maduras.

Essa situação de serem novamente expulsos das terras onde estvam produzindo os coloca numa situação de liminaridade, o que caracteriza um momento de incertezas e expectativas em relação à produção.

Atualmente, o Estado, por meio de distintos setores, principalmente o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Casa Civil e a Agência Espacial Brasileira, empenha-se em viabilizar o uso comercial da área do decreto desapropriatório a partir do aluguel de zonas estratégicas para a construção de sítios de lançamentos (1,2 e 3 destacados nas cores amarelo, azul e rosa) e institucionais (1, 2 e 3 destacados na cor verde), conforme imagem a seguir:



Mapa 3: Localização dos sítios de lançamento e institucionais
Fonte: Agência Espacial Brasileira, 2006

Tal proposta tem gerado expectativas para as famílias que moram nas áreas imediatamente ameaçadas pela instalação desses novos sítios, como também àquelas das *agrovilas* Peptal, (pela restrição de acesso às áreas de plantio), Cajueiro e Espera (pela construção da estrada de acesso ao atracadouro a ser construído no sítio de infra-estrutura [área em verde] próximo ao CLA)

Há mais de 20 anos a ausência de espaço para plantar não era o problema, o grande obstáculo consubstanciava-se na retirar as famílias dos seus lugares e a justificativa para tal empreitada foi decretar o uso das terras para fins de utilidade pública, objetivando o progresso da nação no setor aeroespacial.

Hoje as mudanças introduzidas pela Aeronáutica passam a ser justificadas por outro motivo: o da preservação ambiental, alegando que as famílias são predadoras do meio ambiente. As famílias que se encontravam implantando seus roçados na área do CLA serão

impedidas de utilizar esse espaço que vinha funcionando como alternativa para superação das dificuldades enfrentadas pelas famílias.

Agora a questão que se coloca é da militarização da área do CLA. Os sítios que serão construídos para abrigar plataformas de lançamento de outros países têm o propósito comercial e o CLA precisa assegurar a sua parte do território, justificando que é área militar. O movimento é feito no intuito de assegurar reserva do território agora, mais do que em qualquer momento.

Esse movimento de transformação da área do CLA em área militar funciona como justificativa do ponto de vista oficial, para que a área que já possuem não abrigue os sítios de lançamento de outros países, pois uma área de segurança nacional, que envolve segredos e reservas não pode ser dividida com bases da Ucrânia, EUA, por exemplo. Então, agora o CLA precisa defender os seus limites e passa a ter sua função social restrita do ponto de vista das finalidades declaradas na década de oitenta. Portanto, se a área é militar, precisa ser esvaziada.

Segundo Paula Andrade (2006, p. 53), “a ação oficial vem promovendo a desorganização social, a devastação ambiental e o desequilíbrio do estoque de alimentos nos povoados; transformando compulsoriamente áreas de trabalho em áreas de moradia, áreas de moradia em áreas de uso exclusivo da Aeronáutica, cemitérios antigos em áreas de circulação proibida e, sobretudo exterminando sistemas de conhecimento único, patrimônio imaterial desses grupos”.

Nessa dialética espacial observa-se o estabelecimento de uma oposição entre a visão do estado e aquela dos segmentos sociais de Alcântara afetados pela política oficial. Essa antítese é determinada, ainda, pela forma como cada uma das partes percebe, classifica e se relaciona nesse território.

Considerações Finais

A implantação do CLA e a expropriação a que foram submetidos os segmentos camponeses de Peptal, Pedro Marinho, Camaleão e Santa Rosa permitem observar o desastre social, ambiental e cultural provocado por um projeto Estatal. A ação oficial promoveu uma radical transformação nas formas de ser e de fazer dessas famílias que nenhum tipo de compensação pode reparar.

O sistema de uso comum, que organizava o processo produtivo e as formas de apropriação dos recursos da natureza, assegurava a reprodução material das famílias e era fundamental para garantir a coesão social do grupo e a consolidação de uma identidade tanto individual, quanto coletiva.

A coesão social e a identidade constituíam aspectos fundamentais para o conjunto de famílias dessa territorialidade composta por diferentes localidades, que através de uma rede de solidariedade, definiam uma unidade sociológica a partir dos diferentes planos de organização social que asseguravam a relação dessas localidades.

Essa unidade territorial e sociológica que aglutina diferentes unidades sociológicas, só poderia ser mantida com a permanência nos lugares de origem. A fixação dos grupos domésticos garantia também que a circulação de pessoas e de bens não abalasse a reprodução dos grupos. A partir da expropriação pode-se identificar claramente uma série de alterações significativas nas formas de ser e de fazer desses grupos. A territorialidade, que até então era a base da organização dos grupos e da sustentabilidade das famílias, deixa de ser a referência fundamental.

O espaço, enquanto uma das categorias fundamentais que orientam a ação dos homens passa, depois da mudança, a assumir uma conotação distinta. A *agrovila* e a idéia de lugar que dela emana passa a operar para os sujeitos com um duplo entendimento: materialidade e representação. É uma realidade objetiva, na qual têm que viver e se adaptar; mas também é uma projeção do que se quer ter, sempre tomando como referência as antigas localidades.

Quando cada um dos entrevistados falava na *agrovila* essa dupla realidade, esses dois sentidos apareciam sempre com muita clareza: o espaço que se tem não é o mesmo que se projeta num processo de construção de uma nova idéia de lugar.

Vários são os fatores que contribuem para essa dupla representação, alguns deles descritos em pormenores no corpo desse trabalho, tais como: alterações nas formas de produção e apropriação dos recursos naturais, junção de várias localidades em uma só *agrovila* e conseqüentemente as alterações nas relações de vizinhança, dentre outros. A perda de algumas dessas condições, fundamentais para a estruturação do grupo, levam os sujeitos a viverem numa situação de expectativa e de incertezas quanto à própria sobrevivência. Uma incerteza que teve início desde a primeira vez que tiveram a notícia de uma possibilidade de mudança.

É a essa situação que chamo de momento de liminaridade, entendido como um conjunto de eventos que marcam a perda das referências fundamentais. A festa de São Benedito é um marco fundamental deste momento. Ela determina a passagem de um estado a outro, nesse caso de um lugar a outro, mas, é importante não perder de vista que a festa não representa uma ruptura que determina uma passagem mecânica de um ponto A a um ponto B, é sim, um dos elementos que compõe esse processo, que lentamente se estabelece, marcado por uma seqüência de eventos que afastavam os sujeitos da realidade em que viviam e os aproximava de uma nova realidade, ainda desconhecida.

A festa, enquanto marco da liminaridade, estabelece também a mudança nas formas de produção, é a passagem do campesinato de uso comum a parcelar. Marca também a quebra da coesão social do grupo, dos laços de parentesco e compadrio, a perda das referências de lugar e de saberes práticos fundamentais para a manutenção do conjunto de famílias afetadas pela ação oficial.

Já no novo espaço, os sujeitos se viram obrigados a se adaptar. Inicia-se aí, um novo ciclo, que se desenha agora, em função da busca de alternativas para minimizar as perdas irreparáveis que sofreram e que demoram a ser sanadas. Os sujeitos passam a viver um problema que vai além do processo de liminaridade.

A dificuldade de acesso a terras agricultáveis imposta ao grupo por uma intervenção Estatal fez com que o grupo chegasse numa situação limite, de ausência de bens indispensáveis para a garantia de hábitos alimentares, produtivos, de cura, entre

outros. Uma condição que é dada pelo uso de um poder de coerção, por uma violência não só simbólica, mas também etnocida, dada pela real possibilidade de extermínio de aspectos fundamentais do conjunto de famílias, como seus sistemas de valores culturais, religiosos e simbólicos e, principalmente, seus sistemas de conhecimento. Os sujeitos são postos, com frequência, numa condição de liminaridade, evidenciada em diferentes momentos em função da conjuntura que lhes é imposta de fora.

A relação que esses sujeitos estabelecem hoje com o Estado, nesse caso com o MAer e a AEB, é dada em função de busca de alternativas para superar as dificuldades já mencionadas neste trabalho. A alternativa encontrada pelas famílias foi o retorno às antigas áreas onde moravam, retorno que os coloca numa nova situação de liminaridade.

Acredito, que mesmo passados vinte anos da transferência compulsória para a *agrovila*, os moradores nunca deixaram de ser sujeitos da liminaridade. O problema é que esta situação é evidenciada somente em alguns momentos. Nesse caso, há um ciclo de liminaridade, determinado pelos interesses em jogo em cada conjuntura, que faz com que a situação de liminaridade obrigue as famílias afetadas a lutar por melhores condições de vida; que as envolvam em embates constantes com órgãos oficiais; que recorram a outros para fazer valer seus direitos fundamentais; que as exponha à intervenção de instituições e entidades de diferentes tipos.

Nesse momento, diferentemente de dez anos atrás, se verifica um redesenho da geopolítica pensada para o município de Alcântara, qual seja, o do processo de militarização do CLA e a reformulação dos objetivos do Programa Espacial Brasileiro. Essa redefinição de objetivos tem provocado consequências imediatas às famílias: estão sendo proibidas de continuar plantando nas áreas que plantam atualmente, mesmo que isso tenha sido permitido nos últimos cinco anos.

O novo objetivo pensado para a área do CLA, qual seja, o de ser área de segurança nacional serve de justificativa, do ponto de vista oficial, inclusive para neutralizar a ação dos movimentos sociais, para que as famílias que estão plantando dentro desta área tenham que sair. É também justificativa para que o projeto de construção de sítios tecnológicos e institucionais para fins de aluguel para outros países não seja feito dentro da área do CLA que está ociosa.

Os diversos e constantes momentos de incertezas em relação à reprodução material e as garantias de sobrevivência que os grupos familiares que residem nas *agrovilas* passam, os freqüentes ciclos de liminaridade que precisam superar, os colocam numa situação de eternos sujeitos liminares, pois desde que chegaram nas *agrovilas*, há vinte anos, ainda não conseguiram condições de estabilidade satisfatórias para a sua reprodução social e material.

A violência e o desrespeito constante aos direitos fundamentais dessas famílias, compulsoriamente transferidas, revelam que de parte do Estado prevalece o tratamento como párias sociais, como cidadãos de segunda categoria, a despeito de algumas políticas demagógicas, propagandeadas como específicas e compensatórias.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. B. W. de. Et e al. **A economia dos pequenos produtores agrícolas e a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara**. Brasília: MIRAD, 1985.

_____. **Terras de preto, terras de Santo, terras de índio – uso comum e conflito**. Cadernos do NAEA, Belém, UFPA-NDEA, n.10, 1989.

_____. **Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, v. 01 e 02, 2006.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, mediação e campesinato: estudo das representações de uma liderança sobre as formas de solidariedade assumidas por camponeses na chamada Pré- Amazônia Maranhense**. Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado em Políticas Públicas – UFMA. São Luís, 2000.

AUGÉ, Marc. **Los no lugares espacios del anonimato**. Barcelona: Gedisa, 2000.

AUGÉ, Augé. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1994.

BABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BERREMAN, Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1975.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. IN: **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**. 1996

BOURDIEU, P & PASSERON, J. **A Reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Francisco Alves Editora S/A: Rio de Janeiro, 1975.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Löic J. D. “La violencia simbólica”. In: Per a una sociología reflexiva. Barcelona: Herder, 1994. pp. 118-152.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência – pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson (Org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. Representações individuais e representações coletivas. In: **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. Algumas Formas Primitivas de Classificação. In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo. In: VIOLA, Andreu. **Antropologia del desarrollo: teoría y estudios etnográficos em América Latina**. Barcelona: Paidós, 2000.

FERNANDES, Carlos Aparecido. **Remanejamento compulsório de segmentos camponeses: o caso do CLA de Alcântara**. Relatório de Pesquisa – FAPEMA São Luís, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GEERTZ, Clifford. From and variation in Balinese Village Structure. In: POTTER, J. M. et al. (Ed.). **Peasant Socyety: a reader**. [s.l], 1967.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LENOIR, Remi ... I et al. I. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. Outros autores: Louis Pinto, Patrick Champagne, Merllié, Dominique.

LINHARES, Luis Fernando do Rosário. **Terra de preto, terra de Santíssima: da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta.** Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Públicas da UFMA. São Luís: UFMA, 1999.

MARCIER, Maria Hortence Ferro Costa. **Padrões alimentares de um grupo camponês numa situação de expropriação no Estado do Maranhão.** São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1974)

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Os trabalhadores rurais de Alcântara: a transformação de um campesinato de Terras de Uso Comum em campesinato parcelar.** São Luís, 1994. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFMA.

MAUSS, Marcel. A Prece. In: **Ensaio de Sociologia.** São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. Ensaio Sobre a Dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EPU/EDUSP, v. 02. 1974.

_____. Uma Categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a noção de eu. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EPU/EDUSP, v. 01. 1974.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/ Projetos Globais: colonialidade, saberes sulbateros e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAES & SOUZA FILHO. A última fatura de farinha: remanejamento compulsório e insegurança alimentar a *agrovila* Ponta Seca. IN: PAULA ANDRADE & SOUZA FILHO (orgs). **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara.** São Luís, EDUFMA, 2006

MOURÃO SÁ, Laís. **O pão da terra – propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense.** Dissertação de mestrado – PPGAS – Museu Nacional – UFRJ. Rio de Janeiro, 1975.

_____. Sobre a classificação das entidades sobrenaturais. In: **Pesquisa Polidisciplinar – Prelazia de Pinheiro.** Aspectos Antropológicos. São Luís: IPEI-CENPLA, v.3, 1974.

PAULA ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio – identidade étnica e conflito em terra de uso comum.** São Luís: MMP-UFMA, 1999.

PAULA ANDRADE, Maristela de Paula. Expropriação de grupos étnicos, desequilíbrio ambiental e (in) segurança alimentar. IN: PAULA ANDRADE & SOUZA FILHO (orgs). **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara.** São Luís, EDUFMA, 2006.

PAULA ANDRADE, Maristela de Paula. “Prefácio”. In: PAULA ANDRADE & SOUZA FILHO (orgs). **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís, EDUFMA, 2006

PRADO, Regina Santos. **Todo ano tem**. Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da UFRJ/ Museu Nacional, 1976. Dissertação de Mestrado.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política e senso comum. In: AMADO & FERREIA. **Usos e abusos da historia oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Introdução – para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**, Vol 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 21-121

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas de antropólogos sobre Religiões Afro-brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SOUZA FILHO, Benedito. Alcântara: acción estatal, hegemonía y tecnología étnica. IN: **Diálogos Latinoamericanos**. Nº 7. Dinamarca: Universidad Aarhus, 2003, pp. 1-22.

SOUZA FILHO, Benedito. **Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da UFPA. Belém, 1998. Dissertação de Mestrado.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1974.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**, parte 2. São Paulo; Cortez; Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2001.

Y- FUTUAN. **Espaço e lugar**. São Paulo: Ed. DIFEL, 1986.